

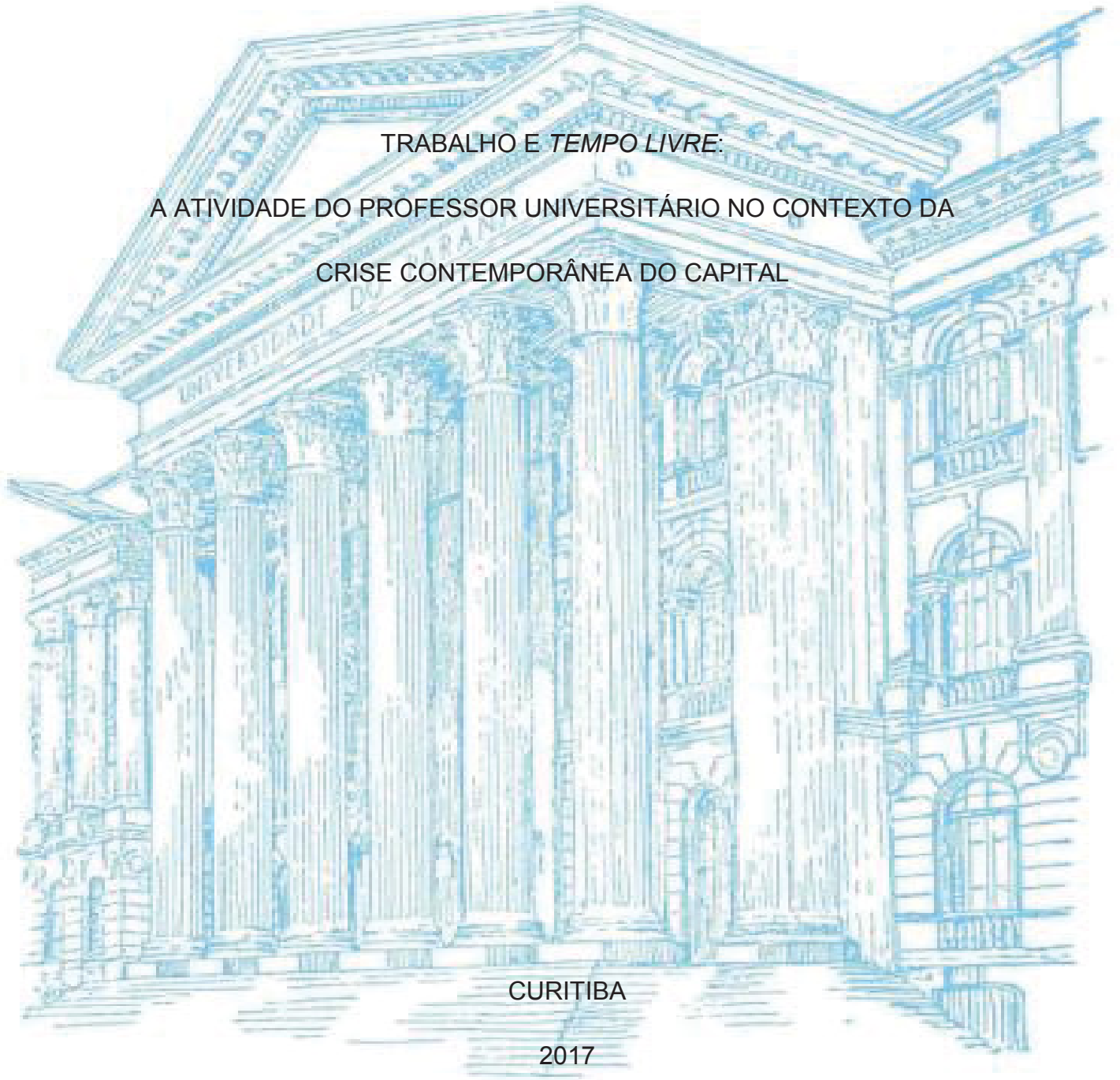
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA

TRABALHO E *TEMPO LIVRE*:
A ATIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NO CONTEXTO DA
CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL

CURITIBA

2017



FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA

TRABALHO E *TEMPO LIVRE*:

A ATIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO NO CONTEXTO DA
CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientação: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza

Curitiba

2017

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/UFPR
Biblioteca de Ciências Humanas
Maria Teresa A. Gonzati / CRB 9-1584
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Francisco das Chagas da.

Trabalho e tempo livre : a atividade do professor universitário no contexto da crise contemporânea do capital / Francisco das Chagas da Silva. – Curitiba, 2018.

204 f .

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza.

1. Professores universitários. 2. Professores – Práticas profissionais.
I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 378.12

FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA

**TRABALHO E *TEMPO LIVRE*: a atividade do professor universitário
no contexto da crise contemporânea do capital**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR – Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Sociologia – como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 29/09/2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza – Presidente – UFPR

Profa. Dra. Ana Cláudia Moreira Cardoso – DIEESE – Convidado externo

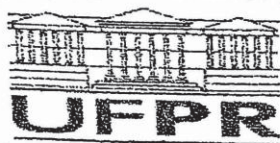
Prof. Dr. Cesar Sanson – UFRN – Convidado externo

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira – UFPR

Profa. Dra. Fernanda Landolfi Maia – UFPR

Curitiba/PR, 29 de setembro de 2017.

TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA intitulada: **TRABALHO E TEMPO LIVRE: a atividade do professor universitário no contexto da crise contemporânea do capital**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

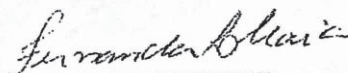
A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

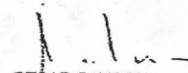
Curitiba, 29 de Setembro de 2017.


NELSON ROSÁRIO DE SOUZA
Presidente da Banca Examinadora


ANA CLÁUDIA MOREIRA CARDOSO
Avaliador Externo


RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Avaliador Interno


FERNANDA LANDOLFI MAIA
Avaliador Externo


CESAR SANSON
Avaliador Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, principalmente, àqueles que, mesmo ocupados com suas atividades, usando uma parte do tempo de trabalho, ou do *tempo livre*, participaram da pesquisa.

Àqueles que, por algum motivo, não se dispuseram ou não puderam responder ao questionário e, também, àqueles que contribuíram (alguns, mesmo não se incluindo no perfil de docentes e/ou departamentos acadêmicos selecionados), indicando colegas de profissão, nos repassando informações relativas às atividades de trabalho do professor universitário, indicando bibliografia (“Momo” e outros), cedendo cópias de documentos, fazendo observações pertinentes etc.

Aos servidore(a)s técnico-administrativos/secretários(as) e auxiliares, da UFRN, que procuraram viabilizar informações, documentos e contato para entregar os questionários aos professores de seus respectivos departamentos, assim como também aos professores/gestores que contribuíram.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, professores e funcionários.

Aos professores e alunos da base de pesquisa da UFPR/PPGS que estuda a temática do trabalho, professoras Maria Aparecida Bridi e Benilde Lenzi Motim, pelas primeiras orientações do projeto na UFPR.

Ao Professor Nelson Rosário, pela continuidade da orientação e pelas sugestões.

A professora Ana Cláudia Cardoso, pela leitura crítica e importantes sugestões para o desenvolvimento da pesquisa.

A todos os professores examinadores que participaram da Banca de Qualificação, pelas observações e sugestões.

Aos professores da Universidade Estadual de Roraima – UERR, àqueles que participaram de um “pré-teste” para o projeto de pesquisa inicial (mesmo que a gestão central desta instituição, à época, não tenha liberado formalmente para cursar o doutorado nos dois primeiros anos do curso).

A Judson e Carlos Alberto, pela formatação dos gráficos.

A Andreia, pela revisão técnica e correções.

A Lígia, uma guerreira cheia de ternura, pela força, companheirismo, luta e humanidade.

A Maria Honória, pela oportunidade de um tempo para conviver um pouco mais com seus mais de 90 anos de sabedoria e exemplos que são lições guardadas na memória,... e família.

Aqueles que contribuíram, de alguma forma, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa/tese.

A todos que lutaram e lutam por outro tipo de educação, por menos tempo de trabalho, mais tempo realmente livre e pela emancipação humana.

*Economizar tempo de trabalho é
aumentar o tempo livre, quer dizer, o
tempo destinado ao desenvolvimento
completo do indivíduo.*

Karl Marx

RESUMO

A presente tese trata da atividade de trabalho e *tempo livre* do professor universitário no contexto da crise do capital. Foi a partir dos anos 1990 que, no Brasil, com a denominada reestruturação produtiva e mudanças no “mundo do trabalho”, teve início um conjunto de reformas com o intuito de adaptação e criação das condições históricas para um processo de precarização, intensificação, flexibilização do trabalho e *compressão* e/ou prolongamento do tempo de trabalho com implicações significativas nas universidades públicas e na atividade de trabalho do professor universitário. Essas observações possibilitaram elaborar a questão de pesquisa: no contexto da crise contemporânea e das mudanças ocorridas no “mundo do trabalho”, qual a relação entre atividade de trabalho e “tempo livre”, a partir da percepção do professor universitário? O objetivo é analisar a relação entre a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário a partir do contexto da crise contemporânea do capital. A pesquisa empírica teve como *locus* a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, contemplando professores de 8 (oito) Departamentos, abrangendo todos os Centros Acadêmicos dessa universidade: Centro de Biociências – CB; Centro de Ciências Exatas e da Terra – CCET; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA; Centro de Ciências da Saúde – CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA; Centro de Educação – CCSA; Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES/UFRN; Centro de Tecnologia – CT. Como instrumentos metodológicos para coleta dos dados empíricos, utilizamos questionários e entrevistas semiestruturados. A abordagem teórica se deu a partir da leitura de autores que estudam e discutem a questão da crise do capital, do trabalho e do *tempo livre*. A análise tem como base os dados/informações contidos nos questionários e depoimentos/relatos dos professores-participantes, além de documentos institucionais. Os resultados demonstraram que, de acordo com os relatos dos professores-participantes, com os dados coletados e os documentos analisados, ocorreu um processo em que identificamos o aumento do número de tarefas, preocupações contínuas relativas ao cumprimento de metas e prazos estabelecidos, execução de múltiplas tarefas simultaneamente, ampliação do tempo de trabalho para além do previsto em regime de trabalho formal e do espaço/tempo institucional etc. A análise dos resultados nos permitiu concluir que, nos últimos anos, essa realidade teve como uma das consequências fundamentais um prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho, comprometendo, assim, de várias maneiras, a própria atividade, o *tempo livre* e até mesmo o *tempo de vida* do professor universitário que, aqui, denominamos (esse processo) de *usurpação do tempo livre*, ou *tempo livre usurpado*.

Palavras-chave: Crise do capital. Mudanças no “mundo do trabalho”. Professor. Atividade de trabalho. *Tempo livre*.

ABSTRACT

This communication addresses the university professor's labor and free time in the context of the capital crises. Along the 1990s, in Brazil, with the so-called productive remaking and changes in the „labor world“, a series of reforms took place to adapt and give birth to the historical conditions of degraded, intensified, loosened labor conditions, followed by *compression and/or* prolongation of the labor journey with relevant implications inside the public universities and in the labor activity of the university teacher. These concerns permitted to develop the research question: in the core of the contemporary crisis and of the changes undergone by the „labor world“, what relation occurs between activity and „free time“ in the perception of the university teacher? The objective is to analyze the relation of the university teacher's activity and his *free time* in the background of the capital contemporary crisis. The empirical research had place (locus) at the Federal University of Rio Grande do Norte – UFRN, comprising eight departments' teachers, that is, all the Academic Centers of that institution: Bio-sciences Center-CB; Exact and Earth Sciences Center-CCET; Human Sciences, Letters and Arts Center-CCHLA; Health Sciences Center-CCS; Applied Social Sciences Center-CCSA; Education Center-CE; Seridó Superior Teaching Center-CERES/UFRN; Technology Center-CT. To collect the empirical data, the researchers used questionnaires and semi-structured interviews as methodological tools. Authors that explored the capital, labor and free time crises served as theoretical approach to this paper. The analysis is based on data/information contained in the questionnaires and statements/accounts of the teachers/participants, besides institutional documents. Results made clear that, in accordance with the teachers/participants, as data were collected, and documents analyzed, a process occurred in which it was possible to identify an increase in the number of tasks, expanding worries concerning the accomplishment of targets and deadlines, execution of simultaneous multiple tasks, enlargement of labor time beyond that foreseen in the regulation of formal labor and institutional space/time etc. The analysis of results allowed us to conclude that, in the last years, this reality has had among its main consequences an extension of the time dedicated to the labor activities, what has affected in many ways this same activity, as well as the *free time*, and even the university teacher's *life time*, that is why we name it (this process) *usurpation of the free time*, or better, *usurped free time*.

Key words: Capital Crisis. Changes in the “Labor World”. Teacher. Labor Activity. *Free Time*.

RESUMEN

La presente comunicación trata de la actividad laboral y *tiempo libre* del profesor universitario en el contexto de la crisis del capital. Fue después de los años 1990 que, en Brasil, con la denominada reestructuración productiva y cambios en el “mundo del trabajo”, ha empezado un conjunto de reformas con el propósito de adaptación y creación de las condiciones históricas para un proceso de precarización, intensificación, flexibilización del trabajo e *compresión e/o* extensión del tiempo laboral con implicaciones significativas en las universidades públicas y en la actividad laboral del profesor universitario. Esas observaciones han permitido elaborar la cuestión de investigación: en el contexto de la crisis contemporánea y de los cambios ocurridos en el “mundo del trabajo”, ¿cuál es la relación existente entre actividad laboral y “tiempo libre”, ¿desde el punto de vista del profesor universitario? En objetivo es analizar la relación entre la actividad laboral y el *tiempo libre* desde en contexto de la crisis contemporánea del capital. La investigación empírica tuvo como *locus* la Universidad Federal de Rio Grande do Norte-UFRN, contemplando profesores de ocho Departamentos abarcando todos los centros académicos de esa universidad: Centro de Biociencias-CB; Centro de Ciencias Exactas y de la Tierra-CCET; Centro de Ciencias Sociales Aplicadas-CCSA; Centro de Educación-CCSA; Centro de Enseñanza Superior del Seridó-CERES/UFRN; Centro de Tecnología-CT. Como instrumentos para la coleta de datos empíricos, utilizamos cuestionarios y entrevistas semiestructurados. El abordaje teórico fue desde la lectura de autores que han estudiado y discutido pela cuestión de la crisis del capital, del trabajo y del *tiempo libre*. El análisis tiene como base los datos/informaciones contenidas en los cuestionarios y testimonios/relatos de los profesores-participantes, además de documentos institucionales. Los resultados han demostrado que, de acuerdo con los testimonios de los profesores-participantes, con los datos colectados y los documentos analizados, ha ocurrido un proceso en lo cual identificamos el aumento del número de tareas, preocupaciones continuas relativas al cumplimiento de metas y plazos establecidos, ejecución de múltiples tareas simultáneas, ampliación del tiempo de trabajo para allá del previsto en el régimen de trabajo formal y del espacio/tiempo institucional etc. El análisis de los resultados ha permitido concluir que, en los últimos años, esa realidad tuvo como una de sus consecuencias fundamentales una extensión del tiempo dedicado a las actividades de trabajo, comprometiendo así, de varias maneras, la propia actividad, el *tiempo libre* y hasta mismo el *tiempo de vida* del profesor universitario, motivo pelo cual denominamos aquí (ese proceso) de *usurpación del tiempo libre o tiempo libre usurpado*.

Palabras clave: Crisis del capital. Cambios en el “mundo del trabajo”. Profesor. Actividad laboral. Tiempo libre.

RÉSUMÉ

La présente communication porte sur le travail et le *temps livre* du professeur universitaire, au contexte de la crise du capital. Dès les années 1990, au Brésil, avec la nommée re-structuration productive et changements dans le « monde du travail », une série de réformes a eu lieu avec le but d'adaptation et création des conditions historiques en vue d'un procès de précarisation, intensification, flexibilization du travail et *compression* et/ou prolongement du temps de travail avec les implications significatives dans les universités publiques et dans l'activité de travail du professeur universitaire. Ces observations ont aidées à élaborer la question qui devrait être investiguée : dans le contexte de la crise contemporaine et des changements intervenus au « monde du travail », quelle est la relation entre l'activité de travail et le « temps livre », selon la perception du professeur universitaire ? L'objectif est analyser la relation entre l'activité de travail et le *temps livre* du professeur universitaire, selon le contexte de la crise contemporaine du capital. La recherche empirique a eu lieu (*locus*) dans l'université fédérale de Rio Grande do Norte-UFRN, en contemplant professeurs de huit départements de cette université : Centre des Biosciences-CB ; Centre des Sciences Exactes et de la Terre-CCET ; Centre des Sciences Humaines, Lettres et Arts-CCHLA ; Centre des Sciences de la Santé-CCS ; Centre des Sciences Sociales Appliquées-CCSA ; Centre d'Éducation-CE ; Centre de l'Enseignement Supérieur du Sérídó-CERES/UFRN ; Centre de Technologie-CT. Comme instruments méthodologiques pour la collecte des données empiriques, nous avons utilisé des questionnaires et interviews semi-structurées. L'approche théorique s'est donné dès la lecture d'auteurs qui étudient et débattent la question de la crise du capital, du travail et du *temps livre*. L'analyse s'est basée aux données/informations contenues dans les questionnaires et témoignages/rapports des professeurs/participants, et aussi dans des documents institutionnelles. Les résultats démontrèrent que, selon les rapports des professeurs-participants, avec les données collectées et les documents analysés, un procès a succédé dans lequel on a identifié le nombre de tâches, préoccupations continues relatives au compliment de cibles et de délais établis, exécution de multiples tâches simultanées, l'ampleur du temps de travail au-delà du temps prévu en régime de travail formel et d'espace/temps institutionnel etc. L'analyse des résultats ont permis conclure que, dans les dernières années cette réalité a eu comme conséquences fondamentales un prolongement du temps dédié à des activités de travail, compromettant ainsi sous différents angles l'activité même, le temps livre et le *temps de vie* du professeur universitaire raison par laquelle, ce procès, ici, est appelé *d'usurpation du temps livre* ou *temps livre usurpé*.

Mots-clés: crise du capital. Changements dans « le monde du travail ». Professeur. Activité professionnelle. Temps livre.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Professores da UFRN	95
Quadro 2 – Outras atividades de trabalho desenvolvidas pelo professor universitário	105
Quadro 3 – Como avalia	107
Quadro 4 – Frequência em média anual com que realiza (elabora/escreve/preenche) cada atividade desenvolvida	118
Quadro 5 – Novas tarefas/funções	127
Quadro 6 – Por que o ritmo de trabalho do professor universitário é <i>acelerado, apressado</i> ou regular	128
Quadro 7 – Por que o ritmo de trabalho do professor universitário aumentou, diminuiu ou continuou o mesmo nos últimos 5 anos (a que atribui?)	130
Quadro 8 – Por que o crescimento do número de IES e o aumento do número de alunos interfere na <i>quantidade</i> e/ou na <i>qualidade</i> das atividades de trabalho do professor universitário	132
Quadro 9 – Por que os professores universitários desenvolvem múltiplas tarefas ao mesmo tempo	136
Quadro 10 – O tempo de trabalho interfere na qualidade de vida do professor universitário	143
Quadro 11 – Por que o professor universitário continua com algum tipo de preocupação relacionada ao trabalho durante o seu <i>tempo livre</i>	146
Quadro 12 – O professor universitário tem tempo suficiente?	148
Quadro 13 – Algumas atividades não relacionadas ao trabalho que o professor universitário faria se tivesse mais tempo	150
Quadro 14 – Por que o professor universitário não tem tempo suficiente para atividades complementares como mais estudo, qualificação e aperfeiçoamento científico e didático/pedagógico	150
Quadro 15 – Por que o tempo para atualização em novas tecnologias não é suficiente	152

Quadro 16 – Por que falta tempo para melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas? 153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Atividades desenvolvidas pelos professores universitários.....	98
Gráfico 2 – Outras atividades que desenvolve na instituição em que trabalha.....	101
Gráfico 3 – Média de disciplinas lecionadas/semestre	103
Gráfico 4 – As atividades que desenvolve para participar em eventos técnico-científicos são realizadas	108
Gráfico 5 – Local onde dá continuidade às suas atividades de trabalho	108
Gráfico 6 – Novas tecnologias contribuem para trabalhar mais ou menos ..	114
Gráfico 7 – O professor universitário trabalha mais ou menos do que consta na carga horária do contrato de trabalho?	123
Gráfico 8 – Em sua jornada diária de trabalho, o professor universitário está trabalhando mais ou menos?	123
Gráfico 9 – Tempo que ocupa com atividade de trabalho	125
Gráfico 10 – Por que o professor universitário está trabalhando mais nos últimos cinco anos (a que atribuem?)	126
Gráfico 11 – Ritmo de trabalho aumentou ou diminuiu nos últimos cinco anos?	129
Gráfico 12 – O crescimento do número de IES e o aumento do número de alunos interfere na <i>quantidade</i> ou <i>qualidade</i> das atividades de trabalho do professor universitário?	132
Gráfico 13 – Desenvolve múltiplas tarefas ao mesmo tempo?	136
Gráfico 14 – Como o professor universitário avalia o tempo que dispõe para cuidar da saúde	145
Gráfico 15 – O professor universitário se preocupa com alguma atividade de trabalho durante o seu <i>tempo livre</i> ?	145
Gráfico 16 – O professor universitário utiliza o seu <i>tempo livre</i> para amenizar o cansaço e preocupações com atividades de trabalho?	147
Gráfico 17 – O tempo é suficiente para atualização em novas tecnologias?.	152
Gráfico 18 – Por que os professores universitários trabalham aos finais de semana	156

Gráfico 19 – Atividades que o professor universitário desenvolve aos finais de semana	157
Gráfico 20 – O professor universitário se preocupa ou desenvolve atividade relacionada ao trabalho durante as férias	158
Gráfico 21 – Hoje o professor universitário tem mais ou menos <i>tempo livre</i> ..	158
Gráfico 22 – O professor universitário tem <i>tempo livre</i> suficiente como gostaria?	159

LISTA DE SIGLAS

BID	– Banco Interamericano de desenvolvimento
BIRD	– Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
CA	– Centro Acadêmico
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CB	– Centro de Biociências
CCET	– Centro de Ciências Exatas e da Terra
CCHLA	– Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCS	– Centro de Ciências da Saúde
CCSA	– Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE	– Centro de Educação
CERES	– Centro de Ensino Superior do Seridó
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI	– Conselho Universitário
CONSEPE	– Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONCURA	– Conselho de Curadores
CPDI	– Comissão Permanente de Desenvolvimento Institucional
CT	– Centro de Tecnologia
ENEM	– Exame Nacional do Ensino Médio
FMI	– Fundo Monetário Internacional
OCDE	– Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos
OMC	– Organização Mundial do Comércio
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional

PID – Plano Individual do Docente

PPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PROAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Coordenação Geral

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RID – Relatório Individual Docente

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
a) Os procedimentos da pesquisa	25
CAPÍTULO 2 – TRABALHO E <i>TEMPO LIVRE</i>	31
a) Os sentidos atribuídos ao trabalho e a concepção marxiana	31
b) O <i>tempo livre</i> na história	41
CAPÍTULO 3 – CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL, MUDANÇAS NO “MUNDO DO TRABALHO” E AS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	51
a) Crise contemporânea e mudanças no “mundo do trabalho”	51
b) Políticas públicas de educação e implicações na educação superior.....	71
c) A Instituição Universidade	85
CAPÍTULO 4 – ATIVIDADE DE TRABALHO E <i>TEMPO LIVRE</i> DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR	91
a) A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	91
b) O professor universitário do magistério superior – UFRN	93
c) Atividade de trabalho e <i>tempo livre</i> do professor universitário	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIA	172
APÊNDICES	184
Apêndice A – Questionário	185
Apêndice B - Roteiro de entrevista	195
Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	198
Apêndice D - Documento entregue à Reitoria da UFRN	200
ANEXOS	201
Anexo A – Plano Individual do Docente	202

INTRODUÇÃO

O trabalho, desde os primórdios da humanidade, ocupa um tempo considerável na vida do ser humano. Esse tempo que o ser humano ocupa com atividades de trabalho para garantir as suas necessidades elementares e outras, tem variado no decorrer da história. Vários fatores têm contribuído para isso. Tanto fatores naturais (como no caso das condições, propícias ou não, para que haja abundância ou escassez de alimentos), como o desenvolvimento técnico ou tecnológico, e/ou a forma determinada como os seres humanos se organizam coletivamente para produzir, distribuir, consumir, enfim, reproduzir-se enquanto seres sociais.

De fato, a partir do momento na história em que o ser humano foi capaz de produzir mais que o necessário para ele próprio consumir imediatamente, estavam constituídas as condições reais para que existisse algum excedente, além daquilo que era produzido e consumido imediatamente, e que, portanto, poderia ser acumulado para uso posterior. Dependendo da forma social na qual acontecem a produção e a acumulação do excedente, este pode ser utilizado de várias maneiras, tanto para enriquecer alguns, como também para poupar tempo social dedicado ao trabalho.

Assim, as *condições naturais* foram se distanciando como os principais fatores determinantes e as *condições histórico-sociais* passaram a ocupar um lugar primordial na determinação do *tempo social de trabalho*.

Na proporção em que o ser humano foi capaz de desenvolver as condições necessárias para produzir este excedente, passou a haver a possibilidade histórica de o ser humano trabalhar cada vez menos, isto é, dedicar menos tempo ao trabalho.

No entanto, aqui, algumas indagações tornam-se necessárias e nos impõem à reflexão:

- a) Se o desenvolvimento técnico-científico atual possibilitou uma produtividade nunca vista antes na história da humanidade¹, por que, para parte significativa dos seres humanos, hoje, continua sendo

¹ A tese da crise de superprodução apresentada por Lafargue, baseada em Marx, em *O direito à preguiça*, demonstra-se ainda bastante atual nesse sentido (Ver: LAFARGUE, 1983, 1999).

socialmente necessário trabalhar mais para a satisfação das suas necessidades e reprodução social?

- b) Qual o tipo de trabalho, quem trabalha e para quem trabalha essa parcela maior de seres humanos?
- c) Qual é, e como funciona, a relação social e econômica em que trabalhamos?
- d) Quais são, e de que maneira ocorre, atualmente, as implicações disso na vida e no *tempo livre* de quem trabalha e dos seres humanos em geral?

Estas são apenas algumas indagações gerais que a realidade nos impõe e para as quais não nos propusemos dar respostas com este trabalho de pesquisa. Mas, concordamos que é a partir daí que devemos pensar a relação entre trabalho e *tempo livre*, na atualidade.

Compreender as mudanças no “mundo do trabalho”, buscar entender as especificidades, as contradições, possibilidades e limites históricos da crise contemporânea do capital² e analisar os rebatimentos na prática do trabalho e no *tempo livre* dos trabalhadores, tornou-se um desafio que é necessário enfrentar intelectual e coletivamente.

O trabalho atualmente está afetando a vida do ser humano de várias maneiras, provocando mudanças significativas. Neste sentido, com esta pesquisa, pretendemos entender as expressões desta realidade no que diz respeito à atividade de trabalho e ao *tempo livre* do professor universitário do magistério superior.

Partimos da seguinte questão de pesquisa: Tendo em vista a crise contemporânea e as mudanças no “mundo do trabalho”, qual a relação entre atividade de trabalho e *tempo livre* na percepção do professor universitário?

A hipótese inicial é que, diante das mudanças ocorridas, há um prolongamento do tempo utilizado para a realização das atividades de trabalho que compromete de várias maneiras o *tempo livre* do professor universitário.

² Para nós, não se trata apenas de mais uma crise “cíclica”, como se pretende comumente entender. A crise contemporânea do capital tem se demonstrado mais profunda e complexa e com dificuldades de superação nos padrões de crises anteriores. Para alguns autores (ver Mézáros, 2002, 2009), isto poderia ser um indicativo dos limites relativos e/ou absolutos do próprio capital. Por isso, nesse sentido, atualmente, na análise efetiva dos fatos, não se trata de “pressupor” apenas mais uma crise como outra/s, mas, sim, de averiguar as suas características próprias e específicas, a sua complexidade, profundidade e sua atualidade.

O objetivo é analisar a relação entre atividade de trabalho e *tempo livre* a partir da percepção do professor universitário no contexto da crise contemporânea do capital.

Assim, em nossa concepção, para estudar a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário, é necessário partir da compreensão do contexto sócio-histórico no qual estão inseridas determinadas atividades. E, nesse caso, o contexto aponta para a crise contemporânea do capital. Tal crise, como veremos, remonta às décadas de 1960-70, quando o capital demonstrou certa dificuldade de reprodução, o que tornou necessário encontrar algumas “saídas” para a mesma (crise). É nesse processo que, em escala mundial, principalmente durante as décadas de 1970-80, verifica-se a implementação tanto de mudanças no âmbito das relações de trabalho e de produção, como nas políticas públicas de educação, denominadas “neoliberais”.

Durante a década de 1990, verificamos a tentativa de implementação e ajustes dessas políticas no Brasil. E, principalmente a partir dos anos 2000, presenciamos, também no Brasil, as consequências dessas mesmas políticas, com toda a sua complexidade, especificidades e variações.

Embora esse processo ocorra desde os anos 1960-70, a nossa pesquisa prioriza o período de 1990 a 2015, por ser durante este período que, no Brasil, podemos identificar os fatores políticos, ideológicos e econômicos que possibilitaram a implementação de mudanças e políticas governamentais significativas que teriam consequências também significativas, afetando e se expressando de forma específica na vida, na atividade de trabalho (e no *tempo livre*) dos trabalhadores, entre estes, os professores universitários.

Introdutoriamente, talvez sejam necessários certos esclarecimentos em relação a alguns pontos e categorias por nós utilizados.

No que diz respeito à categoria trabalho, com a presente pesquisa, especificamente, não pretendemos, e não seria o caso neste momento, entrar no mérito do debate da conceituação teórica do que seja, ou não, trabalho; apesar de estarmos cientes e reconhecer sua atualidade e importância.

Diante da complexidade do tipo da atividade³ desenvolvida pelo professor universitário do magistério superior, o que entendemos por *atividade de trabalho*, aqui, nesse caso, é suficiente para nossos objetivos. Assim, *atividade de trabalho* pode ser descrita como aquela atividade desenvolvida pelo professor universitário que, formalmente ou não, direta ou indiretamente, implique, de alguma forma, necessária, no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Já o *tempo livre*, para efeito apenas de simplificação didática, aqui, é definido a partir de duas características intercambiáveis.

Primeira característica: o *tempo (livre) liberado*, isto é, o tempo do indivíduo além da jornada de trabalho formal/informal, ocupado, direta ou indiretamente, com atividades de trabalho ou que, de alguma forma, se encontra ainda condicionado pelo trabalho.

Segunda característica: o *tempo (livre) disponível*, isto é, aquele tempo *realmente livre*, com um fim em si mesmo. Portanto, deve estar, de fato, disponível para livre fruição e/ou real desenvolvimento das potencialidades autenticamente humanas⁴.

Assim, a partir destas duas características, o *tempo livre* pode ser entendido de duas maneiras, a saber:

- a- como *tempo livre liberado*, ou apenas como *tempo liberado*;
- b- como *tempo livre disponível*, ou apenas como *tempo disponível*.

E, dependendo da situação real, os dois ao mesmo tempo. De maneira que, neste caso, assim entendido, poderá existir *tempo livre liberado* sem o *tempo livre disponível*. No entanto, para que haja *tempo livre disponível*, a condição primeira é que o tempo liberado do trabalho formal/informal não seja preenchido com atividade(s) de trabalho e que este tempo (liberado do trabalho formal/informal) não esteja, de alguma forma, ainda sob pressão dessa atividade/trabalho.

No contexto dessa pesquisa, quando constatado um prolongamento além do tempo de trabalho formal/formal ocupado ainda com atividades de

³ Atividade aqui é entendida à maneira de Marx, como ação, atividade humana, sensível, objetiva, como oposto à contemplação. Assim, dessa forma geral, a atividade pode ser atividade de trabalho, ou não.

⁴ Por isso, aqui, neste trabalho de pesquisa, com o objetivo de atentar para essa questão, decidimos usar *tempo livre* sempre em itálico.

trabalho do professor universitário comprometendo o seu *tempo livre*, entendemos que isso constitui uma usurpação do *tempo livre*, fato que aqui denominamos de *tempo livre usurpado*.

Nesse sentido, se identificada qualquer aproximação ou semelhança com a realidade de alguma IES, categoria profissional ou com a atividade de trabalho ou *tempo livre* de algum ser humano, em algum lugar, pode não ser mera coincidência.

Pensamos, ainda, ser necessário deixar claro que não pretendemos delimitar absolutamente as fronteiras entre o “local” (institucional ou não) de trabalho, o tempo de trabalho e o *tempo livre*, mas, como já dito, apenas estudar e compreender a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário.

As relações entre atividade de trabalho, tempo de trabalho, *tempo livre* e o efetivo desenvolvimento das potencialidades humanas se constituem enquanto realidades humanas complexas e candentes e, ao mesmo tempo, atuais e catalisadoras, no debate científico-intelectual e sócio-educacional contemporâneo sobre a temática. Nesse sentido, não se deve perder de vista, também, o contexto social-histórico e as possíveis implicações ideológicas, políticas e profissionais, assim como os desafios e contradições aí imbricados.

A tese está dividida em quatro capítulos, além da introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, são apresentados os procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, o *locus* institucional onde foi realizada a investigação e os sujeitos-participantes da pesquisa.

No segundo, tratamos das categorias trabalho e *tempo livre*. Ambas as categorias, a de trabalho e de *tempo livre*, assim como também suas respectivas concepções, tiveram como substrato histórico a realidade e as mudanças ocorridas no próprio trabalho. Portanto, para entender tais concepções, é preciso compreender tanto o trabalho como o *tempo livre* em sua realidade concreta. Isto nos ajudou a compreender a percepção, a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor, a partir de documentos institucionais e dos dados e relatos dos próprios sujeitos-professores que vivenciaram (e vivenciam) esta realidade. Neste capítulo, abordamos e

discutimos a questão do trabalho em Marx e as concepções de trabalho e de *tempo livre* na história.

No capítulo terceiro, analisamos a questão da crise contemporânea e os seus rebatimentos nas políticas públicas de educação, mais especificamente, nas políticas públicas de educação superior. Para melhor elucidarmos historicamente a temática abordada, assim como o nosso objeto (de pesquisa) e suas *determinações* econômicas, políticas e ideológicas, ficou evidente a necessidade de compreendermos a crise contemporânea em sua fase atual de capital especulativo/financeiro/fictício e sua lógica de auto-reprodução ao diminuir o *tempo de trabalho necessário* ao mesmo tempo em que faz prolongar o *tempo de trabalho excedente*. Para tratarmos das consequências disso, começamos por identificar as mudanças no “mundo do trabalho” e, mais especificamente, suas implicações na educação superior.

No quarto, e último capítulo, tendo em vista os nossos objetivos, apresentamos e analisamos os dados coletados referentes à atividade de trabalho e ao *tempo livre* do professor universitário, quando verificamos a validade das hipóteses iniciais.

Enfim, é importante não esquecer que o professor universitário a que nos referimos aqui, e que constitui a categoria dos professores/sujeitos/pesquisados, neste trabalho de pesquisa, é o professor universitário do magistério superior da universidade pública.

CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

a) Os procedimentos da pesquisa

Sabe-se que, durante algum tempo, o debate no âmbito das reflexões epistemológicas teve duas concepções gerais dicotômicas como referência: o racionalismo formal/abstrato e o empirismo. Porém, entre uma e outra existem abordagens complexas que tentaram romper com esse dualismo metodológico e contribuíram para compreensão da realidade social. No âmbito do debate epistemológico contemporâneo, a questão mostrou-se mais complexa do que a simples opção por algum tipo de “micro” ou “macroteoria”, seja com ênfase em algum tipo de “estrutura” ou “ação”, intencional ou não.

No caso da sociologia, mais especificamente entre os que tradicionalmente são considerados *clássicos* nesta área do conhecimento, foram E. Durkheim e M. Weber os que escreveram mais detidamente sobre suas metodologias.

No entanto, nossa fonte de inspiração crítica é a teoria social marxiana. Não conseguimos identificar na obra de Marx uma explicação mais detalhada sobre metodologia. No entanto, em alguns de seus textos, como n^o *A ideologia alemã*, *O capital*, *Contribuição à crítica da economia política*, entre outros, podem ser encontradas referências breves sobre a temática.

No *prefácio* da primeira edição ao *O capital*, após chamar a atenção para a importância da “capacidade de abstração” em relação à “análise das formas econômicas”, o autor afirma:

Minha concepção de desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas (MARX, 1987, p. 5-6).

Na concepção marxiana, as relações sociais são constituídas pelos próprios indivíduos, ao mesmo tempo em que estes são a “personificação” de relações sociais determinadas.

Ao tentar resumir o resultado a que teria chegado com suas pesquisas até então, em 1859, diz o autor que,

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2007, p. 45).

Eis, exposta aí, de forma geral, a base histórico-ontológica, e ao mesmo tempo teórico-metodológica, que fundamentaria e orientaria as suas pesquisas e análises das relações sociais.

É esclarecedor o que diz o professor J. Paulo Netto, citando o professor Florestan Fernandes, referindo-se à forma específica como Marx entende e trata o seu objeto de pesquisa:

porque procede pela descoberta das determinações, e porque, quanto mais avança na pesquisa, mais descobre determinações – conhecer teoricamente é (para usar uma expressão cara ao professor Florestan Fernandes) *saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas* –, Marx não opera com definições (PAULO NETTO, 2011, p. 53, grifo do autor).

É neste sentido que entendemos, quando Marx (2007, p. 256) afirma que, “o concreto é concreto, porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” .

De qualquer forma, seja qual for o caso, a “vigilância epistemológica”, no sentido expresso por Bourdieu (2004), se faz necessária no processo da investigação científica.

Estes são procedimentos gerais que podem ser importantes no processo da reflexão e da investigação científica.

No caso da presente pesquisa, procuraremos descrever os caminhos por onde seguimos para realizá-la. Utilizamos como *locus* da investigação a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Constitui a população/”objeto” da nossa investigação, o(a)s professore(a)s universitário(a)s com titulação de doutorado, que são servidore(a)s efetivo(a)s com regime de trabalho de 40 horas semanais, com ou sem dedicação exclusiva (observando as exceções em casos específicos de cada Departamento Acadêmico), de acordo com o regulamentado em resolução institucional, que exercem atividades de ensino, pesquisa, administração, extensão e/ou outros, na graduação e/ou pós-graduação em,

pelo menos, um dos Departamentos/Cursos de cada Centro Acadêmico da UFRN, não repetindo nenhum curso, departamento ou centro acadêmicos.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, há uma organização de acordo com a qual cada Centro Acadêmico é constituído por vários cursos. E, em cada curso, existe um ou vários Departamentos Acadêmicos⁵. A lotação dos professores universitários é organizada por Departamento.

São estes os Centros Acadêmicos e os respectivos Departamentos/Cursos selecionados:

CB – Centro de Biociências (Departamento de Ecologia);

CCET – Centro de Ciências Exatas e da Terra (Departamento de Informática e Matemática Aplicada > *Ciência da Computação e Engenharia de software*);

CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (Departamento de Ciências Sociais);

CCS – Centro de Ciências da Saúde (Departamento de Medicina Integrada);

CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas (Departamento de Serviço Social);

CE – Centro de Educação (Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação);

CERES – Centro de Ensino Superior do Seridó – UFRN (Departamento de Direito);

CT – Centro de Tecnologia (Departamento de Engenharia do Petróleo).

Somando assim, 8 (oito) Departamentos, de 8 (oito) Centros Acadêmicos, incluídos aí professores de cada Departamento selecionado. Totalizando 65 (sessenta e cinco) professore(a)s doutores efetivos com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas (observando, como foi dito, o caso específico do Departamento de Medicina Integrada), com dedicação exclusiva ou não, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

⁵ Sobre isso, identificamos uma outra exceção, dentre os Departamentos selecionados para esta pesquisa. É o caso do Departamento de Informática e Matemática Aplicada (DIMAp). Como foi dito antes, geralmente, em cada curso, há um ou vários Departamentos Acadêmicos. No Departamento de Informática e Matemática Aplicada, pelo que foi verificado, ocorre o contrário. Neste caso, há um Departamento (DIMAp) e vários cursos (Ciência da Computação e Engenharia de Software).

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, para a coleta dos dados empíricos, utilizamos questionários e entrevistas. O tempo, ou a falta deste, contribuiu para que fizéssemos tal opção, além da necessidade e importância de complementar os dados dos questionários com as informações constantes nos relatos a partir das entrevistas.

Realizamos um “pré-teste” antes da qualificação de tese, dispomos uma versão do questionário para crítica de outros professores e, a partir daí, pudemos obter sugestões para organizar, fazer alguns ajustes necessários e melhor elaborarmos o questionário a ser aplicado.

Utilizamos 63 (sessenta e três) questionários, 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica (apesar da pausa quando reassumi as atividades acadêmicas presenciais na instituição de origem onde trabalho) foi contínua. A coleta dos dados empíricos (questionários e entrevistas) foi realizada em duas fases: uma parte (antes da qualificação de tese), realizada durante o mês de novembro de 2016, e outra parte realizada entre os meses de maio e julho de 2017.

Para possibilitar o contato com os professores, enfrentamos algumas dificuldades principalmente pela característica própria à atividade do professor por se encontrar quase todo tempo continuamente ocupado com alguma(s) atividade(s) de trabalho, seja relacionado a ensino, pesquisa, gestão e/ou extensão.

Assim, primeiramente consultamos no *site* (UFRN) de cada departamento selecionado a lista dos professores que preenchem os critérios por nós elaborados e em seguida conferimos nas secretarias. Em seguida, procuramos saber o local de salas dos professores, locais e horários de aula e atividades de pesquisa. Com parte dessas informações possíveis, tentamos enviar mensagens de e-mail, celular, whatsapp e/ou pessoalmente com a intenção de manter um primeiro contato, informar sobre o objetivo da pesquisa, entregar o questionário impresso, marcar ou realizar a entrevista e possibilitar qualquer esclarecimento ou informações necessários.

Concomitante a isto, e usando, também, um caderno para anotações, passamos a procurar os professores em sala de aula, locais de pesquisa, reuniões, de passagem pelos corredores/espços da universidade em horários

de expediente ou não, próximo a cada departamento, secretarias, coordenações, eventos nos quais estariam participando, etc. Entre muitas idas e vindas, frequentamos estes locais, em alguns casos com persistência, por um período necessário e, assim, fomos, aos poucos, conseguindo as informações necessárias para seguir com a nossa pesquisa.

No que diz respeito aos professores-participantes desta pesquisa, conseguimos obter resposta de 63 (sessenta e três) professores-respondentes, de um total de 145 (cento e quarenta e cinco) questionários entregues, presencialmente ou via *on-line*; de um total *ideal* pretendido de 159 (cento e cinquenta e nove). A maioria dos questionários entregues e respondidos foram os impressos.

Assim, do total geral de professores-participantes da pesquisa (questionários e entrevistas), 63 professores responderam ao questionário. Destes 63 professores, 13 participaram também de entrevistas além de responderem ao questionário e 02 professores participaram apenas das entrevistas, e não responderam ao questionário, totalizando, assim, 65 professores-participantes da pesquisa.

Dos professores-participantes e que responderam aos questionários, todos são concursados/estatutários, com regime de 40 (quarenta) horas semanais (com exceção dos professores do Departamento de Medicina Integrada), com ou sem dedicação exclusiva. Apenas 1 (um) respondeu que trabalha em outra instituição. A maioria é do gênero feminino (54%) e casada (63,5%). Uma parte tem filhos (42,9%) e tem entre 36 (trinta e seis) a 50 (cinquenta) anos de idade.

Quanto às entrevistas, como já dito, foram realizadas 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas: algumas, com duração que varia de 15 a 36 minutos (4 entrevistas); a maioria, com duração entre 40 a 60 minutos (8 entrevistas); outras com 70 a 100 minutos de duração (3 entrevistas). Isso equivale a um registro de cerca de 12 (doze) horas (ou aproximadamente 720 min.) de gravação de áudio, a partir de entrevistas realizadas com 15 professores universitários, da UFRN. Em relação às falas dos participantes, com o objetivo de garantir o sigilo dos autores, para fazer referência aos entrevistados, utilizaremos apenas os códigos P1, P2, P3 etc.

Todos os questionários impressos e entrevistas foram entregues e/ou realizadas no âmbito institucional do local de trabalho, de maneira que esta pesquisa contemplou professores de todos os Centros Acadêmicos da universidade – UFRN – somando 8 (oito) Departamentos Acadêmicos selecionados.

Vários professores confessaram que para responder ao questionário tiveram de comprometer uma pequena parte do seu tempo, seja após o dia de trabalho ou ao final da semana. Essa foi a melhor maneira possível para coadunar o tempo do professor com o tempo para preenchimento do questionário e a realização das entrevistas. Apenas alguns poucos não se dispuseram a responder ao questionário. A maioria demonstrou interesse em colaborar, destacando a importância da pesquisa e respondendo ao questionário e até mesmo sugerindo apresentar e debater a temática na universidade em um segundo momento, após a conclusão e defesa de tese.

Além de questionários e entrevistas, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, quando visitamos arquivos e bibliotecas e consultamos livros, revistas e documentos institucionais, que também podem ser identificados na referência ou bibliografia final.

Ficou evidente que, para vários professores, a partir do momento em que respondiam ao questionário ou realizavam a entrevista, sentiram e demonstraram a necessidade de refletir mais sobre a temática em questão, isto é, sobre o tempo, as atividades de trabalho e as consequências no seu *tempo livre*, ou até mesmo no seu *tempo de vida*.

Com a análise dos dados coletados, a pesquisa bibliográfica e documental, objetivamos demonstrar a relação entre a atividade de trabalho e o *tempo livre*, identificando elementos determinantes a partir da percepção do professor universitário.

CAPÍTULO 2 – TRABALHO E *TEMPO LIVRE*

a) Os sentidos atribuídos ao trabalho e a concepção marxiana

Neste capítulo, pretendemos identificar as concepções de trabalho e *tempo livre* que se desenvolveram no decorrer da história e, a partir daí, melhor entendermos as mudanças e os sentidos atribuídos à atividade de trabalho e ao *tempo livre* na sociedade capitalista contemporânea.

Aqui, além de identificar as concepções, interessa entender as imbricações sociais e de classes, ou seja, como e por quem está sendo desenvolvido e apropriado e o que está acontecendo com o tempo de trabalho e com o *tempo livre* dos trabalhadores envolvidos em relações e situações de trabalho.

Portanto, neste limite, não é nosso interesse fazer uma descrição de como aconteceu ou se desenvolveu o trabalho em cada modo de produção predominante e já conhecido em cada fase da história; mas, apenas, identificar as concepções e significados atribuídos ao trabalho e ao *tempo livre*, levando-se em conta os contextos históricos determinados.

Sabemos que o termo trabalho adquiriu vários sentidos e significados ao longo da história. Partimos do entendimento de que esses diferentes significados atribuídos ao trabalho no decorrer do tempo estão diretamente relacionados tanto à forma empírica como se realiza tal atividade, como às concepções ideológicas predominantes em cada período histórico. Isso significa dizer que buscaremos entender a atividade de trabalho e o *tempo livre* a partir das relações sociais e de produção concretas em que os mesmos se inserem e se realizam.

Sabe-se que o termo trabalho tem origem no latim. Porém, em várias línguas pressupõe ou é associado à ideia de pressão externa, cansaço, sofrimento, podendo inclusive ter vários significados em uma mesma língua.

Assim, sabe-se que em Roma o trabalho manual era tarefa dos escravos, enquanto os homens livres dedicavam-se às atividades *liberais*. Também entre os gregos antigos o trabalho já não gozava de grande reputação. O que era de se esperar numa sociedade de classes que tinha como base a exploração do trabalho escravo. Não existia entre eles sequer

uma noção geral próxima do que se entende hoje por trabalho. Segundo Migeotte (2005, p. 18),

As reflexões que eles contêm sobre o trabalho permanecem dispersas e, às vezes, contraditórias, pois os filósofos gregos raramente deram a esse tema um lugar especial na ordem de suas preocupações e nunca elaboraram uma teoria sistemática sobre isso.

O certo é que os gregos viam a questão do trabalho de maneira dicotômica e às vezes até contraditória. Hesíodo (2011, p. 73), por exemplo, em seu clássico texto, diz que, “Pelo trabalho os homens são ricos de gado e de bens e quem trabalha é muito mais caro aos deuses também [...]. Trabalho não é vergonha. Vergonha é não trabalhar [...]”.

No entanto, o trabalho (que os filósofos gregos entendiam como oposto ao tempo livre), principalmente o trabalho manual, em geral era considerado uma atividade degradante, desprezível. A ênfase era dada ao *tempo livre* e ao exercício da política e do pensar filosófico.

Para a concepção grega, era próprio da natureza do escravo ter de trabalhar, assim como era da natureza do homem livre viver do ócio e da política; enfim, a este pertencia o *tempo livre* e a vida contemplativa. De acordo com Carmo (1992), Aristóteles, por exemplo, “considerava que, sendo impossível a vida sem o necessário para a sobrevivência, a humanidade não poderia abrir mão dos escravos. A escravidão era encarada como uma lei natural [...]” (CARMO, 1992, p. 17).

Porém, não era simplesmente por ser trabalho em si que este era menosprezado, mas, sim porque o trabalho significava dependência, significava que ao ser obrigado a trabalhar, o homem submetia-se às necessidades imediatas do dia a dia. Dessa maneira, quem era obrigado a trabalhar, como os escravos, não podia ter *tempo livre* nem poderia participar da política ou administração da *polis*. Era, portanto, a partir desse dualismo entre trabalho e *tempo livre* que os pensadores gregos compreendiam a sua sociedade.

Além disso, o trabalho como meio de inserção social era uma ideia desconhecida para os gregos nesse período. Nesse sentido, era estranha para eles uma noção geral e abstrata de trabalho como passou a ser considerada na sociologia. “Ora, essas ocupações jamais foram percebidas como as partes de

um todo orgânico nem descritas como as facetas de uma noção global comparável à nossa” (MIGEOTTE, 2005, p. 18).

Na sociedade feudal, embora o servo não fosse um escravo propriamente dito, estava subordinado ao senhor por meio do seu vínculo à terra que era concedida pelo senhor proprietário de terras em troca de seu cultivo (ROMITA, 1975, p. 13).

Nessa sociedade, predominava uma visão religiosa do trabalho. Tomás de Aquino foi um dos filósofos desse período que procurou refletir sobre o assunto. Segundo Carmo (1992, p. 23),

Pensador da época, São Tomás de Aquino (1225-1274), inspirando-se em Aristóteles, construiu um corpo filosófico que encarava o trabalho pelo prisma moral e, naturalmente, teológico. Esse pensador criou uma complexa e consistente concepção de um universo cristão no qual a lei humana é parte do sistema da lei divina e, assim, o indivíduo é conclamado a ocupar o seu lugar especial na economia das coisas. O trabalho humano – *ars humana* – é considerado uma atividade capaz de refletir e prolongar a criação divina – *ars divina*. Na sociedade por ele descrita haveria uma harmônica troca de serviços que contribuiria para o seu funcionamento.

Assim, na sociedade feudal, havendo ou não exaltação, seja ao trabalho ou ao *tempo livre*, ambos deveriam ocorrer em função do cumprimento das determinações divinas. Essa concepção de trabalho continuou a se desenvolver durante o período feudal até o próprio trabalho aos poucos ir conquistando cada vez maior reconhecimento social. Para Laner (2005, p. 18),

É importante ressaltar que esta ascensão enquanto valor social foi provocada e justificada pela nova categoria de trabalhadores que emergiu entre os séculos XI e XIII, no Ocidente cristão. Estes produziram dialeticamente um novo desenvolvimento para o mundo do trabalho. Os monges trabalhadores em seus mosteiros, os trabalhadores urbanos que viviam nas cidades e, finalmente, os trabalhadores intelectuais das universidades eram os primeiros expoentes desta nova categoria. [...] O final do século XII traz consigo determinados traços que passam a marcar profundamente o trabalho.

À medida que novas características vão surgindo e o capitalismo vai se desenvolvendo, aos poucos o trabalho vai ganhando um *status* social mais presente na atividade social.

A execução do trabalho passa a ser mera atividade para a produção em relações capitalistas nas quais o tempo da força de trabalho assalariada passa a fazer parte do investimento e transforma-se em mercadoria ou propriedade do capitalista (TUMA, 2001, p. 42).

Com o desenvolvimento de novas relações sociais de produção, desenvolviam-se também novas concepções de trabalho. Assim, a partir da reforma protestante, pode-se verificar uma valorização religiosa do mundo e, conseqüentemente, do próprio trabalho.

Para Lutero, o trabalho faz parte das ordens da criação (*Ordnungen*) pelas quais Deus organiza o mundo e às quais o homem pertence: ele se inscreve ao lado da família, do Estado e da Igreja como elemento fundamental da ordenação divina do mundo (WILLAIME, 2005, p. 67-68).

Junto à preocupação com uma justificação agora pela fé e não mais pelas obras, como antes, é evidente em Lutero, e ainda mais em Calvino, uma maior atenção no que diz respeito à vida econômico-social e utilização religiosa do trabalho como vocação, como atitude em direção a Deus. Como diz Willaime (2005, p. 74),

Na ótica calvinista, não trabalhar significa não prestar homenagem a Deus. Somente razões imperativas como a doença podem impedir alguém de trabalhar, mas optar por não trabalhar ou não fazer tudo para encontrar um trabalho qualquer é moralmente muito condenável. O ócio, assim como a preguiça, é „maldito por Deus“.

Com o advento da Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, a atividade de trabalho passou a ser predominantemente *trabalho assalariado*. Assim, ocorre de forma mais evidente a separação entre o trabalhador-produtor direto e os seus meios de trabalho e de produção, ou seja, o próprio trabalhador, agora assalariado, para sobreviver, passou a ser obrigado a vender a sua mercadoria/força de trabalho no mercado capitalista. Se não conseguir vender a sua força de trabalho, o mesmo se vê obrigado a encontrar outros meios de garantir a sua subsistência.

Foi com o advento do capitalismo, em vários aspectos incentivado pela então recente concepção ético-religiosa de trabalho com a reforma protestante, no sentido já estudado por Weber (2007), que presenciamos uma mudança significativa na concepção de trabalho vigente e predominante até então. Foi a partir daí que o trabalho deixou de ser visto como uma atividade ignóbil e vil como fora antes e passou a ser reconhecido como uma atividade digna, valorizada.

Em sua engrenagem social, o trabalho nas sociedades modernas passou a ser entendido como de suma importância na constituição do que Émile Durkheim denominou de *solidariedade social*. Como podemos ver em *Da divisão do trabalho social*, quando, referindo-se à divisão do trabalho, esse autor afirma que:

Ela não serviria apenas a dotar nossas sociedades de um luxo, invejável talvez, mas supérfluo; ela seria uma condição de sua existência. Por ela, ou, pelo menos, sobretudo por ela, é que seria garantida sua coesão; ela é que determinaria as características essenciais da sua constituição (DURKHEIM, 1999, p. 30).

Isto é, a atividade de trabalho, inserida em uma divisão do trabalho social, chegou mesmo a ser considerada como uma espécie de lei moral, princípio integrador nas sociedades modernas, como ocorreu na sociologia.

Em nosso entendimento, no âmbito da teoria social, uma abordagem crítica que pode ser considerada e resgatada devido às suas contribuições tanto em sua dimensão ontológica como teórico-metodológica é a concepção de trabalho na teoria social de Karl Marx⁶. Por isso, tendo-se em conta a complexidade de tal concepção e o seu caráter polêmico e de ruptura teórico-epistemológica diante de várias outras tradições intelectuais, conceituais e metodológicas de então e que são vigentes até hoje no meio acadêmico, trataremos neste ponto especificamente da questão do trabalho na concepção marxiana.

Apenas para ilustrar o caráter polêmico do método, recordemos da insistente afirmação já bastante vulgarizada de que, para Marx, o *econômico é o único determinante* e a esclarecedora resposta de Engels, em uma carta a Joseph Bloch, de 1890:

... Segundo a concepção materialista da história, o momento em *última instância* determinante [*in letzterinstanzbestimmende*], na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu alguma vez afirmamos mais. Se agora alguém torce isso [afirmando] que o momento econômico é o *único* determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstrata, absurda...". (ENGELS, 2004, p. 131) [grifos do autor].

⁶ Não pretendemos e não poderíamos, aqui, entrar na discussão teórica ou ideológica que envolve os vários „marxismos” ou as várias interpretações da obra de Marx na academia ou fora desta.

O próprio Marx, em *A ideologia alemã*, rompendo com as especulações filosóficas e o idealismo vigente à época, afirma que

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico (MARX, 2009, p. 23-24).

Que premissas são estas a que se refere o autor?

A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea desses indivíduos e a relação por isso existente com o resto da natureza. [...] toda a historiografia tem de partir dessas bases naturais e da sua modificação ao longo da história pela ação dos homens (MARX, 2009, p. 24).

Ao concordar com essa ideia, de certa forma norteadora, é importante não esquecer que, para Marx (1978, p. 17), “os homens fazem sua própria história; mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Enfim, conclui o autor:

O fato é, portanto, este: o de determinados indivíduos, que são produtivamente ativos de determinado modo, entram em determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de mostrar, em cada um dos casos, empiricamente e sem mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção (MARX, 2009, p. 30).

Nesse sentido, no que diz respeito ao processo de construção do conhecimento nas tradições epistemológicas anteriores, estavam dadas as condições efetivas de ruptura em termos teórico-metodológicos. Portanto, quem partir desses pressupostos precisa assumir as suas consequências. Isto é, como diz ainda o próprio Marx, (p. 31), “... não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam [...] parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos”. Percebe-se aqui, a refutação a qualquer pretensão de pura neutralidade metodológica, assim como também ao caráter puramente abstrato-metafísico de qualquer construção teórica.

Nessa concepção, trabalhar significa, primeiramente, tanto o ato da produção material/social para satisfação de necessidades humanas para sua existência quanto a produção das próprias condições sociais concretas nas quais o ser humano produz ou trabalha. Nesse caso, ao contrário do que, às vezes, vulgarmente se diz, o homem não é apenas produto do meio natural ou social em que vive, mas também, e ao mesmo tempo, seu produtor.

Portanto, a ruptura epistemológica a que nos referimos acima, se dá tanto em nível teórico-epistemológico como em nível ontológico.

Assim, isto exposto, para Marx, entender a questão do trabalho pressupõe entendê-lo primeiramente em sua relação com a natureza. Só assim é possível entender o trabalho, não em seu sentido especulativo/abstrato, mas em sua realidade histórico-concreta. É dessa maneira que o homem, para Marx, só pode ser apreendido em sua complexidade com base em seu metabolismo com a natureza a partir do trabalho. Por que é assim? Porque, diz o referido autor,

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil é indispensável à existência do homem, – quaisquer que sejam as formas de sociedade, – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1987a, p. 50).

É nesse sentido que, de acordo com Lukács (2013, p. 41),

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextrincável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente; [...].

Segundo Lessa (2002), acompanhando Lukács, “É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência

social sem trabalho”. Mas é evidente que não se pode reduzir o homem ao trabalho. Por isso, no prolongamento dessa ideia, esse mesmo autor diz que

A existência social, todavia, é muito mais que trabalho. O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade (o conjunto das relações sociais). A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens. Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si (LESSA, 2002, p. 27-28).

O ser humano, mesmo primitivamente, ao estabelecer o metabolismo com a natureza para garantir primeiramente sua existência física e social, através do trabalho e, nesse processo, se diferenciar da natureza, ele próprio cria o ser social, isto é, a *esfera* da humanidade. Assim, é que o trabalho (metabolismo com a natureza) torna-se o fundamento ontológico do ser social.

Porém, se é certo que a categoria trabalho não tem existência própria desde sempre e em qualquer circunstância metafísica ou a-histórica, então, a atividade trabalho, só pode ser a atividade de determinados indivíduos sociais em condições históricas e socioculturais determinadas.

É a partir daí que é preciso entender o duplo aspecto do trabalho no capitalismo. Segundo Marx (1987a, p. 54),

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual, abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.

Esse duplo aspecto do trabalho citado por Marx refere-se ao trabalho concreto e ao trabalho abstrato. Aqui, mais uma vez, é indispensável não esquecer as condições históricas concretas nas quais se realiza tal atividade, isto é, o trabalho.

Acompanhando o pensamento do autor, o trabalho concreto, produtor de valores de uso (produtos não necessariamente na forma mercadoria), é atividade indispensável em qualquer sociedade, qualquer que seja a sua forma histórica. Já o trabalho abstrato, produtor de valor, é característico de

determinado tipo de sociedade que se caracteriza pela produção generalizada de mercadorias.

Dessa maneira, para compreender melhor a realidade do trabalho no contexto específico do capitalismo, faz-se necessário entender não apenas os fundamentos próprios ao seu funcionamento (do capitalismo), mas também as reais condições que possibilitaram o seu surgimento. Tais condições históricas, foi o que o próprio Marx denominou de *acumulação primitiva*.

Diferentemente da concepção weberiana⁷, que parte da ideia de um certo tipo de racionalidade que vai constituindo a especificidade da sociedade no ocidente, Marx procura fazer uma análise imanente, isto é, do próprio capital, a partir do qual determinado tipo de racionalidade vai se constituindo na história. Por isso, Marx faz uso de outros conceitos com o intuito de expressar as categorias do próprio capital e o seu movimento, e não apenas uma certa racionalidade inerente a esse mesmo movimento real.

Nesse sentido, no conhecido capítulo XXIV d'“O *capital*, Marx diz que “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”. E acrescenta: “A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para formação daquela” (MARX, 1987, p. 830).

⁷ Há uma polêmica, ou mesmo uma divergência, quanto ao entendimento da concepção de capitalismo em K. Marx e em M. Weber. Diferentemente de Marx, no que se refere ao capitalismo, para Weber (1981, p. 6), “O que importa nessa concepção é a efetiva orientação para um ajustamento dos lucros ao investimento, por mais primitiva que seja a sua forma. Neste sentido, o „capitalismo” e empresas capitalistas, inclusive com uma considerável dose de racionalização capitalista, existiram em todos os países civilizados da Terra, como podemos julgar pelos documentos econômicos. Existiram na China, na Índia, na Babilônia, no Egito, na Antiguidade Mediterrânea e na Idade Média, tanto quanto na Idade Moderna”. Essa questão, inclusive, em determinado momento, foi suscitada e objeto de interpretações divergentes durante as aulas no curso de doutorado em sociologia na UFPR. Nesse caso, aqui, deixamos claro a nossa concordância com a concepção marxiana. Talvez seja pertinente não confundir os conceitos de *capital* e *capitalismo*. Pode, também, ser instrutivo ver a observação de Chauí (1999, p. 15), entre outras, segundo a qual, Max Weber “[...] recusa-se a admitir que o capitalismo seja um modo de produção econômica historicamente determinado que inclui como uma de suas determinações ideológicas a Reforma Protestante. Pelo contrário, Weber generaliza a ideia de capitalismo e toma a economia capitalista ocidental moderna como um caso particular do fenômeno econômico geral da produção de excedentes e da troca de mercadorias ou do comércio. Por esse motivo, a ética calvinista do trabalho e o modo de produção capitalista aparece em seu livro como relação de coincidência, de afinidade, e de mera contemporaneidade”.

Isso, na prática, significou um longo processo de transição, de expropriação dos camponeses de suas terras, o fim da produção baseada na propriedade familiar, a separação dos próprios produtores dos meios de produção, a transformação destes (meios de produção) em capital, a configuração do trabalho assalariado, e, aos poucos, a constituição de uma nova classe de trabalhadores “livres”, que, para continuar garantindo a sua existência, teriam agora de vender a sua força de trabalho no mercado capitalista.

surge aqui o trabalho sob novo aspecto: como produtor de valores de uso e, por conseguinte (no quadro social), de mercadorias, em outras palavras, o trabalho em suas relações com categorias como o valor, a troca, o mercado, o consumo, a necessidade, todas estreitamente mescladas na realidade (FRIEDMANN; NAVILLE, 1973, p. 29).

De acordo com Marx, “Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”.

Mas, enfim, pergunta Marx (1987b, p. 879),

A que se reduz, em última análise, a acumulação primitiva, a origem histórica do capital? Quando não é transformação direta de escravos e servos em assalariados, mera mudança de forma, significa apenas a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada baseada no trabalho pessoal, próprio.

Assim, estavam historicamente dadas as condições fundamentais para a consolidação do tipo de trabalho assalariado e o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Daí em diante, o que se verifica é o mais variado processo de reprodução dessas relações sociais, isto é, do complexo processo de acumulação e reprodução do próprio capital.

Processo esse que continua ainda hoje e se expressa de diversas formas nas condições de trabalho no capitalismo, enquanto processo histórico de trabalho alienado/estranhado. como diz Marx (2015, p. 304),

O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma *mercadoria*, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral.

Portanto, nesse sentido, se constitui como processo de negação da própria humanidade do trabalhador.

Esta muito breve apresentação da concepção de trabalho em Marx se fez necessária por dois motivos, a saber: Marx é o único dos pensadores considerados clássicos na sociologia que elabora uma concepção de trabalho ao mesmo tempo mais complexa e mais abrangente, no sentido filosófico-antropológico-ontológico. Além disso, ou talvez, exatamente por isso, a concepção desse autor possibilita um alcance teórico-metodológico para além de uma análise estritamente sociológica, permitindo-nos uma compreensão ao mesmo tempo mais crítica e mais abrangente da especificidade e da complexidade do trabalho nas sociedades capitalistas.

b) O *tempo livre* na história

Quanto ao *tempo livre*, este continua se impondo como um dos temas discutidos e polêmicos nas filosofias e teorias políticas e sociais desde a antiguidade grega clássica até hoje e, assim como o trabalho, tem assumido vários significados.

Sobre a questão do que seja o tempo, ao longo da história, existiram ou existem ainda, em geral, basicamente duas concepções ou teorias. De acordo com Elias (1998, p. 9),

Alguns sustentavam que o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado, e que não se distingue, por seu modo de ser, dos demais objetos da natureza, exceto, justamente, por não ser perceptível. Newton, sem dúvida, foi o representante mais eminente dessas concepções objetivistas, que começaram a declinar a partir do início da era moderna. Outros afirmavam que o tempo é uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana, ou, conforme o caso, da razão ou do espírito humanos, e que, como tal, precede qualquer experiência humana. Descartes já se inclinava para essa opinião. Ela encontrou sua expressão mais autorizada em Kant, que considerava o espaço e o tempo como representando uma síntese *a priori*. Sob uma forma menos sistemática, essa concepção parece haver prevalecido largamente sobre a teoria oposta. Numa linguagem mais simples, ela se limita a dizer que o tempo é como uma forma inata de experiência e, portanto, um dado não modificável da natureza humana.

Esse autor destaca ainda alguns pontos em comum entre essas duas concepções de tempo, ao afirmar que “Ambas o apresentam como um dado natural, porém, num dos casos, trata-se de um dado „objetivo“, independente da

realidade humana, e no outro, de uma simples representação „subjéitiva“, enraizada na natureza humana” (ELIAS, 1998, p. 9).

Porém, no caso da nossa pesquisa, não se trata do tempo físico da astronomia nem do tempo abstrato/metafísico da filosofia. O que nos interessa aqui é o *tempo histórico*, isto é, o tempo construído socialmente a partir de condições históricas determinadas. E mais especificamente, o *tempo livre* construído e *vivido objetivamente*⁸ na sociedade capitalista contemporânea.

Mas alguns autores falam da dificuldade de explicar de fato o que seria o “tempo”, como percebe Agostinho (2002, p. 268), com sua clássica indagação sobre o tempo:

Quando falamos dele, certamente compreendemos o que dizemos; o mesmo acontece quando ouvimos alguém falar do tempo. Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei.

Quanto a essa dificuldade de se entender o que é o tempo, Elias (1998, p. 97) nos dá algumas pistas ao dizer que,

O enigma do “tempo”, um certo manejo dessa noção que implica que o “tempo” teria existência independente, é, com certeza, um exemplo impressionante da maneira como um símbolo largamente utilizado pode, uma vez desvinculado de todos os dados observáveis, adquirir uma espécie de vida autônoma na linguagem e no pensamento dos homens.

Quanto a isso, o mesmo autor tenta esclarecer, afirmando que:

Trata-se de movimentos socialmente padronizados, que comportam um certo grau de independência em relação a outros movimentos e são, em termos gerais, transformações que ocorrem dentro ou fora da vida humana, para as quais servem de padrão de medida.

E, em seguida, complementa:

Em nossa vida social, é bem fácil observar nesses dois níveis, a relativa autonomia do “tempo” indicado pelos relógios: sua relativa autonomia como instituição social e como dimensão de um movimento de caráter físico. Assim como uma língua só pode exercer sua função enquanto é a língua comum de todo um grupo humano, e viria a perdê-la se cada indivíduo fabricasse para si sua própria língua, os relógios, exatamente, só podem exercer sua função

⁸ No sentido analisado por Marx (1987); Cardoso (2009) e Elias (1998).

quando as configurações cambiantes formadas por seus ponteiros móveis – portanto, numa palavra, as “horas” indicadas por eles – são comuns à totalidade de um grupo humano (ELIAS, 1998, p. 97).

Assim, apesar desse certo “enigma do tempo”, ressaltado por vários autores, entendemos que em relação tanto ao *tempo livre* quanto ao tempo de trabalho nas sociedades de classes, baseadas na divisão social do trabalho, de fato, não há um tempo absoluto, linear, neutro, vazio. O que pode existir são atividades, ações, movimento, impregnados de interesses de grupos, classes sociais, instituições. É o tempo histórico⁹.

Portanto, em nosso entendimento, o *tempo livre* de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, ou mesmo o total de *tempo livre* em uma determinada sociedade, não pode ser bem entendido se não levarmos em conta a relação com as suas atividades de trabalho. Aliás, nesse sentido, entendemos que em sua realidade concreta, o tempo de trabalho está imbricado mesmo, como pressuposto real, desse mesmo *tempo livre*, em várias sociedades.

Na Grécia, usava-se o termo *scolé* (de onde origina a palavra escola) para designar o ócio ou *tempo livre* e a valorização do exercício da contemplação, da verdade, da bondade, da sabedoria.

Como já vimos anteriormente, entre os gregos antigos, o *tempo livre* (do trabalho/labor ou das preocupações com as necessidades cotidianas) era um dos critérios fundamentais para que o indivíduo fosse considerado cidadão. Isso era importante porque na concepção dos pensadores da Grécia antiga, *tempo livre* significava, também, tempo e capacidade de participar na *polis*, de administrar ou governar os negócios da cidade em um espaço público sem a preocupação com as tarefas cotidianas. O ócio (*scolé*) era considerado um fim, um ideal de vida.

Já os romanos entendiam o *otium* como um tempo de não trabalho, um tempo para se recompor para o trabalho. Diferentemente dos gregos, para os romanos o ócio torna-se um meio, e não um fim.¹⁰

⁹ Nesse sentido, entre outros, ver: Marx (1987); Elias (1998); Mészáros (2002); Cardoso (2009) e Le Goff (2015).

¹⁰ De acordo com Waichman (2003, p. 45), “essa concepção de ócio como posterior complemento do trabalho, e que permite recuperar-se para ele, é a que mais se trabalha na atualidade”.

No feudalismo, apesar de não haver um tempo único, em qualquer que seja a sociedade, havia maneiras específicas de medir e se orientar pelo tempo. Este, era entendido como um tempo sagrado, religioso. E as atividades desenvolvidas nas comunidades eram orientadas por esse tempo, que além de certa imprecisão, era geralmente determinado pelos preceitos cristãos predominantes à época. Como diz De Masi (2010, p. 97), “Na idade média, além dos tempos naturais e sociais de natureza leiga, eram fortemente sentidos os tempos ligados à religião, eles também lineares ou cíclicos”.

É conhecido, nesse sentido, o fato de que o trabalho no campo nesse período era orientado pelo ciclo natural, assim como o tempo de trabalho era determinado pelo ritmo da natureza. O mesmo acontecia com o *tempo livre* que, com base no calendário religioso, era, concomitantemente, um tempo festivo, de lazer gratuito, de oração. “O nascer do sol, marcado pela oração da manhã, assinalava o início do período de trabalho. A oração do meio dia, a sua consequente pausa e o pôr do sol representava o fim da jornada de trabalho, seguidos da oração da noite” (LANER, 2005, p. 23).

No que diz respeito à questão do tempo durante o período medieval, Laner (2005), com base em Le Goff, se refere a “quatro bases de transformação da sociedade” que serviria de apoio a esta “dimensão do tempo medieval”:

1) o aumento dos poderes relativos ao tempo: da Igreja cristã (séculos IV-VIII), da cidade (séculos XI-XII), do Estado (séculos XIII-XVI); 2) o surgimento de novas medidas de tempo: os sinos (séculos VI-VIII), os relógios mecânicos (final do século XII-XIV), os relógios miniaturizados de uso individual (fim do século XV); 3) o desenvolvimento de uma economia consumidora e calculadora do tempo (séculos XII-XIV); e 4) o desencadear de novas mentalidades e sensibilidades em relação ao tempo (séculos XIII-XV) (LE GOFF apud LANER, 2005, p. 14).

Com o decorrer da história e as inovações tecnológicas, o tempo passou a ser mais valorizado e de diferentes formas. Segundo De Masi (2010, p. 97), “Foi por volta do século XII que o tempo da igreja, marcado pelo sino, entrou em conflito com o tempo do mercador, marcado pelo relógio”. Tal ideia é corroborada por Laner (2005, p. 26-27), quando afirma que

O tempo passou a racionalizar-se mais por medidas práticas do que teológicas. Teve início o processo de substituição do tempo da igreja

pelo tempo do comércio, muito mais fácil de ser calculado, utilizado pelos mercadores e artesãos na realização de suas tarefas, laicas e profanas.

Foi nesse processo de mudanças e inovações (urbanização, desenvolvimento do comércio e de uma racionalidade instrumental, necessidade de cálculos mais precisos etc.) que surgiram vários instrumentos que ajudariam a planejar, organizar e medir com maior precisão as atividades comerciais e o tempo. Segundo De Masi (2010, p. 101),

Em primeiro lugar, aparecem os *Werkglocken*, sinos “leigos” que marcam o início, a pausa e o fim do trabalho; depois, aos poucos eles foram substituídos pelos relógios. Em 1354, em Florença, foi construído o primeiro relógio público da cidade. Serviram para medir as horas dos negócios e das vinhas, para medir o trabalho diurno e o noturno (que na França já se tinha difundido e que Felipe, o Belo, tinha já autorizado), para indicar a “meia jornada” de trabalho, que antes não existia.

Outras mudanças, descobertas e avanços científicos e tecnológicos, como as revoluções francesa e industrial, o uso do cronômetro, a microeletrônica etc., contribuíram para o desenvolvimento de outras formas de exploração do trabalho e utilização do *tempo livre*. “E como consequência, o tempo das experiências, das interações afetivas e pessoais e das relações familiares, situadas no lado oposto das práticas geradas pelo dinheiro, perdem sua importância” (CARDOSO, 2009, p. 37).

À medida que as relações capitalistas vão se desenvolvendo, o comportamento, a mentalidade, o trabalho e o *tempo medieval* vão definindo e dando lugar a uma outra forma de compreensão e de organização tanto do trabalho, do tempo de trabalho, do *tempo livre*, como do próprio tempo. Como lembra ainda Cardoso (2009, p. 36),

As sociedades industriais têm, cada vez mais, o tempo do relógio como referência principal: um tempo preciso, abstrato, vazio de conteúdo, independente de qualquer evento, fracionado, mensurável e universal. Essa temporalidade mecânica do relógio se expande para os diversos espaços e tempos da vida cotidiana...

Com essas e outras mudanças, estavam dadas historicamente parte significativa das condições objetivas para o advento e consolidação de novas concepções do tempo, de acordo com a lógica das relações de produção capitalista.

Num primeiro momento, percebe-se que, “No contexto está o mercador em suas explorações especiais, descobrindo cada vez mais o *preço do tempo*, do tempo de trabalho que gera o lucro e exige o repensar da temporalidade” (TUMA, 2001, p. 35). Em continuidade,

A execução do trabalho passa a ser mera atividade para a produção em relações capitalistas nas quais o tempo da força de trabalho assalariada passa a fazer parte do investimento e transforma-se em mercadoria ou propriedade do capitalista (TUMA, 2001, p. 42).

Inerente à lógica e ao desenvolvimento das relações sociais e de produção capitalistas, seja direta ou indiretamente, por meio do Estado, do trabalho em indústrias ou no setor de serviços, há a necessidade de o capital fazer o possível para transformar, de alguma forma, o máximo de *tempo livre* e, também, do tempo de vida, do trabalhador em tempo de trabalho para o próprio capital (MARX, 1987).

Com o passar do tempo, devido a tais mudanças e suas consequências, terminou, ainda, ocorrendo aquilo que em suas investigações sobre *tempo de trabalho e tempo de não trabalho*, nas sociedades capitalistas contemporâneas, Cardoso (2009, p. 45)¹¹ captou e traduziu como sendo tempos “tensos, urgentes, intensos, flexíveis e incertos”.

No caso das sociedades capitalistas contemporâneas, basta um olhar um pouco mais cuidadoso para logo se perceber a complexidade e a dificuldade quando se trata de estabelecer, na prática, um limite ou fronteira, mesmo que aproximadamente, entre o tempo de trabalho e o *tempo livre*. Surge de imediato a pergunta: quando termina um e começa o outro?

Se, por um lado, De Masi (2010, p. 12), entende que “o tempo livre já ultrapassou o tempo de trabalho, mesmo que ninguém demonstre ter percebido”, por outro, ao tratar da questão do trabalho nas sociedades contemporâneas, com base em alguns dados de pesquisa relatados, Dal Rosso (2008, p. 104), conclui que,

¹¹ Ver: CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo: Annablume, 2009. (esse livro é fruto da tese de doutorado da autora e “Prêmio CAPES de melhor tese na área de sociologia – 2008”).

um processo de intensificação das condições de trabalho está em andamento, é diferenciado e tem modalidades próprias de difusão. Esse processo é geral, se assemelha a processos que tomam lugar em outros países do mundo, particularmente aqueles mais ricos, e pode ter com eles uma vinculação além de circunstancial.

Nessa mesma linha de pensamento, também Cardoso (2009), apoiando-se em Zarifian (1996), percebe essa aproximação e dificuldade de delimitação entre o tempo de trabalho e o *tempo livre*.

Para esses autores,

Nas sociedades contemporâneas, a estandardização, a sincronização, ou ainda a separação clara entre tempo livre e tempo de trabalho, estão desaparecendo. Também a aparente uniformidade do tempo individual de trabalho cede, lentamente, lugar para uma grande diversificação de tempos de trabalho. De forma que o movimento histórico de separação entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho estaria sendo substituído por um movimento contrário, de reaproximação entre os dois tempos” (ZARIFIAN apud CARDOSO, 2009, p. 46-47).

Nesse contexto, em que nas sociedades capitalistas contemporâneas as fronteiras entre um (tempo de trabalho) e outro (*tempo livre*) estejam cada vez mais *flexíveis* interpenetrando uma na outra, ganha ainda mais sentido e atualidade a observação e a indagação de Dal Rosso (1996, p. 424), ao dizer que:

Há dois componentes da evolução recente do tempo de trabalho que merecem destaque: o alongamento e a redução. Por onde passará a curva do tempo de trabalho no futuro? Por mais tempo de trabalho ou por menos tempo de trabalho?

De qualquer maneira, entendemos que não se pode afirmar categórica e indiscriminadamente uma hipótese ou outra sem se levar em conta os vários fatores que poderão interferir em determinada conclusão e a que categorias ou classes sociais se refere.

No mundo moderno, principalmente em alguns países da Europa, como França, Itália, Alemanha e Inglaterra, e depois no Brasil, o interesse em investigar mais sistematicamente a questão do *tempo livre* (como também do

trabalho), ganhou espaço e hoje faz parte das preocupações teóricas de vários economistas, filósofos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos etc.¹²

Quanto a esse tema, não obstante, persiste ainda algumas vezes entre os autores certa indefinição ou pelo menos não há um consenso sobre o que se entende por *tempo livre*, tempo disponível, diversão, lazer, ócio etc.

Segundo Padilha (2000, p. 47),

Normalmente, os autores que abordam essa problemática acabam utilizando termos distintos com a intenção de dizer a mesma coisa, como por exemplo, *tempo livre*, *tempo liberado*, *tempo disponível*, *lazer*, e *ócio* como se todos esses termos tivessem o mesmo significado.

Além disso, há um conjunto de significados atribuídos a cada conceito utilizado por vários autores. Assim, por exemplo, o *tempo livre* pode ser confundido com um tipo de *ócio dirigido*, ou *administrado*, e o *lazer* com o *tempo livre* para o consumo. É nesse sentido que Braverman (1981, p. 237), diz que:

O preenchimento do tempo ocioso também se torna dependente do mercado, que inventa continuamente divertimentos passivos, entretenimentos, e espetáculos que se ajustam às restritas circunstâncias da cidade e são oferecidos como sucedâneos da própria vida. Uma vez que se tornam meios de encher as horas “livres”, eles fluem em profusão das instituições empresariais que transformaram todos os meios de entretenimento e “esporte” num processo de produção para ampliação do capital.

De uma forma ou de outra, o fato é que cada uma dessas interpretações, entre outras, requer um olhar crítico e cauteloso, principalmente nos dias atuais.

Isso é importante devido às mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, principalmente no que diz respeito à complexidade relacionada ao “mundo do trabalho”, com suas implicações políticas, sociais, culturais e educacionais. Tais mudanças exigem, por sua vez, a elaboração de categorias sociais que permitam uma maior apreensão dessa realidade.

¹² Para maior aprofundamento, podem ser consultados, por exemplo, entre outros, autores como Lafargue (2003), Marx (1987), Manacorda (1991), Friedmann (1972), Harvey (2014), Gorz (2003), De Masi (2000), Waichman (2003), Antunes (1995; 2009), Padilha (2000), Dal Rosso (1996), Cardoso (2009), Marcellino (2002), Tuma (2001) etc.

A concepção funcionalista e da racionalidade econômica entendem *tempo livre* como sendo o tempo reservado ao lazer com o objetivo de recompor as energias físicas e mentais dos indivíduos para que estes voltem às suas atividades laborais (*tempo livre* como atividade compensatória).

Em nossa concepção, neste trabalho de pesquisa, como dito na introdução, o *tempo livre* é definido por duas características que precisam ser esclarecidas.

Primeiramente, o *tempo livre* pode ser entendido como aquele *tempo liberado*, isto é, o tempo do indivíduo para além do tempo *formal/informal* de trabalho, mas, que se encontra (objetiva e/ou subjetivamente) ocupado com atividades de trabalho, e/ou ainda sob sua pressão ou interferência, e que pode estar, direta ou indiretamente, de alguma forma, condicionado ainda pelo trabalho.

Segundo, o *tempo livre* também tem a característica de ser o *tempo disponível*, ou seja, aquele tempo *realmente livre*, com um fim em si mesmo, no sentido de não estar de alguma forma submetido a ocupações ou preocupações laborais e/ou determinado, direta ou indiretamente, por atividades de trabalho, e, portanto, de fato, disponível para fruição e/ou efetivo desenvolvimento das potencialidades realmente humanas.

Porém, é importante não esquecer que nas sociedades contemporâneas tanto o tempo de trabalho como o *tempo livre* estão inseridos de forma subordinada às relações sociais de produção capitalista. Daí, a observação de Antunes (2009, p. 173), ao entender que,

Uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com *tempo (verdadeiramente) livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Assim, esclarecemos que, nos limites desta tese, o *tempo realmente livre, disponível*, é entendido, também, como *tempo social* que, tendo como substrato o próprio trabalho, ergue-se e se desenvolve, ao mesmo tempo, “além” do tempo de trabalho, ou, nos termos de Marx, pode ser mesmo relacionado à *esfera* da liberdade. E, nesse sentido mais geral, caracteriza-se, hoje, mais como uma possibilidade histórica.

Essa abordagem ajudou a entender o trabalho e o *tempo livre* como categorias históricas que se desenvolvem e mudam com o tempo.

Nesse sentido, a crise contemporânea do capital é o contexto a partir do qual, analisaremos, a seguir, as mudanças no “mundo do trabalho” e suas implicações nos *tempos de trabalho* e nas políticas públicas de educação superior, mais especificamente, nas universidades públicas federais.

CAPÍTULO 3 – CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL, MUDANÇAS NO “MUNDO DO TRABALHO” E AS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

a) Crise contemporânea e mudanças no “mundo do trabalho”

Neste capítulo serão utilizadas, prioritariamente, informações a partir de pesquisa bibliográfica e documental/institucional.

Este item, no que se refere à crise contemporânea do capital, se justifica por três motivos, a saber:

- i) A crise atual não se constitui em apenas mais uma crise cíclica como tantas outras, mas sim em uma crise estrutural do capital em que denuncia vários dos seus limites históricos e estruturais;
- ii) neste caso, não se trata apenas de *pressupor* mais uma crise, mas, sim de identificar a sua “natureza” (destrutiva) e a sua lógica inerente (estrutural);
- iii) as mudanças no “mundo do trabalho”, as implicações nas políticas públicas, na própria universidade e na atividade do professor universitário, são, ao mesmo tempo, expressões concretas/específicas e partes constitutivas da própria crise do capital em sua fase contemporânea; portanto, torna-se necessário entender a sua especificidade como capital “financeiro/fictício/especulativo”.

O capital é uma relação social e econômica que não pode existir sem ampliar e desenvolver continuamente¹³ as suas forças produtivas e, conseqüentemente, suas próprias contradições.

Com base na premissa de que as relações sociais são produto coletivo das ações de indivíduos sociais situados historicamente, torna-se necessário compreender o trabalho, o *tempo livre* e a atividade docente a partir das condições objetivas em que os mesmos estão historicamente situados. Aqui, reiteramos o nosso objeto de estudo: a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário no contexto da crise contemporânea do capital.

¹³ “A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. [...] Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. [...] No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual” (MARX; ENGELS, 2010, p. 43).

De fato, o que interessa, neste capítulo, é entender a crise do capitalismo contemporâneo e as respostas do capital na forma de reestruturação produtiva e das políticas e ideologias comumente denominadas, por vários autores, de neoliberais e suas implicações na área de educação, mais especificamente, nas universidades públicas. Tais mediações são importantes para compreendermos a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário, nas instituições públicas de ensino superior.

Primeiramente, é importante lembrar que, embora de natureza diferente em outras sociedades, as crises a que aqui nos referimos são próprias do modo de produção capitalista. Assim, pode-se dizer, como lembra Mandel (1990, p. 210), que,

Contrariamente às crises pré-capitalistas (ou pós-capitalistas) que são quase todas de penúria física se *subprodução de valores de uso*, as crises capitalistas são crises de *superprodução de valores de troca*. Não é porque há muito poucos produtos que a vida econômica se desregula. É porque há a impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam o lucro médio – isto é, porque há, portanto, “muitas mercadorias” – que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham as suas portas, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, os investimentos e o emprego caem.

Por isso, corroborando o mesmo raciocínio de Mandel, os autores Paulo Netto e Braz (2007, p. 157-158), também entendem que,

Evidentemente, podem ocorrer crises econômicas em sociedades onde não é dominante o MPC. Em sociedades pré-capitalistas, registraram-se perturbações na produção que acarretaram empobrecimento e miséria. [...] A consequência imediata dessas crises é uma carência generalizada dos bens necessários à vida social; mais exatamente, tais crises indicam uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso, podem ser designadas como *crises de subprodução de valores de uso*. [...] a crise capitalista aparece, inversamente à crise pré-capitalista, como uma *superprodução de valores de uso*.

Nesse sentido, é Mandel quem esclarece, que, “A superprodução significa que o capitalismo produziu tantas mercadorias que não havia poder de compra disponível para adquiri-las ao preço de produção, isto é, a um preço que fornecesse a seus proprietários o lucro médio esperado”. E, em seguida, acrescenta: “É essa venda insuficiente, essa não estocagem e essa redução da produção corrente que geram o *movimento cumulativo da crise* [...]”. Junte-se a

isso, o fato de que “A queda da taxa média de lucros significa simplesmente que, *com relação ao conjunto do capital social*, a mais-valia total produzida não foi mais suficiente para manter a antiga taxa média de lucros” (MANDEL, 1990, p. 211-214).

Aqui, é importante não confundir a produção de mais-valia com a sua realização. De acordo, ainda, com a observação de Mandel, citando Marx,

As condições de exploração imediata e as de sua realização não são idênticas. As primeiras apenas são limitadas pela força produtiva da sociedade; as outras, pela desproporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade.

Por isso, conclui Mandel (1990, p. 213), que “a crise é uma manifestação da queda da taxa de lucros, ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias”.

É nesse sentido que Marx já identificara antes uma das principais contradições do modo de produção capitalista, ao afirmar que

cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução (MARX, 2010, p. 45).

Identificadas, ao mesmo tempo, algumas contradições¹⁴ e causas principais das crises capitalistas*, é importante verificar as formas como estas

¹⁴ Referimo-nos, entre outras, a algumas contradições inerentes às relações de produção capitalista e ao próprio capital. Como por exemplo: a contradição entre a crise de superprodução e a dificuldade de satisfação de carências humanas básicas; a contradição entre o gigantesco aumento da produtividade (com o desenvolvimento tecnológico) e a necessidade do capital continuar prolongando o tempo de trabalho excedente dos trabalhadores; a contradição entre a atual capacidade de produção de valores de uso (quantitativamente) e uma maior dificuldade para realização da *mais-valia*; a contradição entre uma maior possibilidade real de uso de mais *tempo livre* e o alongamento da jornada e exigência de mais trabalho. Tudo isso, acompanhado de um contínuo processo de alienação, estranhamento e de aprofundamento da “superexploração” do trabalhador diante da sua própria atividade de trabalho; etc.

* Em suas obras, Marx faz várias reflexões críticas referindo-se às crises capitalistas e suas contradições. Entre outras, vejamos o que dizem Marx e Engels (2010), a respeito dessa questão: “A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. [...] O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela

se expressam no contexto da sociedade atual, isto é, no período do capitalismo contemporâneo.

Nesse caso, faz-se necessário partir das dificuldades que o próprio capital, nas últimas décadas, tem enfrentado para encontrar condições mais favoráveis à sua própria valorização e reprodução. Isso é importante por que, com base em determinada interpretação da crise atual, é preciso partir da constatação de características anteriormente identificadas que são a superprodução de mercadorias e a queda da taxa de lucros, que, nesse sentido, devem ser analisadas relacionando-as à dificuldade de realização da mais-valia e, portanto, da garantia do lucro.

De fato, temos aí mais uma contradição. O avanço científico e tecnológico hoje, no âmbito do capitalismo, possibilita produzir mais mercadorias para um mercado no qual não consegue vender quantitativamente o suficiente para garantir sem maiores dificuldades os custos de produção, nem a realização da mais-valia e o lucro esperado; por outro lado, o capital não pode parar de produzir e vender, já que precisa incessantemente transformar mercadoria em dinheiro e, por sua vez, este (dinheiro) em capital, para conseguir *garantir* a sua valorização e a própria reprodução. Assim, o capital, como sempre fez, precisa encontrar, de alguma forma, uma “solução” para cada crise que cria e na qual ele próprio se encontra cada vez mais emaranhado.

Um dos problemas mais evidentes das crises atuais é que, cada vez mais o capital encontra maiores dificuldades para contorná-las. Além disso, alguns autores identificam algumas características específicas dessa fase recente do capitalismo contemporâneo, como é o caso de Chesnais (2005), ao dizer que “O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais”. O autor se refere ao predomínio que, aos poucos, esse tipo de capital, de juros ou financeiro, assumiu em relação ao denominado capital industrial. Segundo Chesnais (2005, p. 35),

Esse capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos

destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos” (MARX; ENGELS, 2010, p. 45).

recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida.

Essa é uma característica fundamental para se entender as relações de produção capitalista e a crise contemporânea.

O reaparecimento e o aumento de poder do capital financeiro foram acompanhados pelo surgimento de mercados especializados – mercados de títulos de empresas ou mercados de obrigações. Estes garantiram ao capital portador de juros os privilégios e o poder econômico e social particular associados ao que se chama “liquidez” (CHESNAIS, 2005, p. 37).

Além disso, tais privilégios oferecidos ao capital financeiro contou ainda com o apoio do Estado de vários países, tanto países „avançados” ou desenvolvidos, quanto os ditos „emergentes”, ou dependentes, com a liberalização de seus sistemas financeiros. “A liberação e a desregulamentação de seus sistemas financeiros foram feitas a passos largos, sob a direção do FMI e do Banco Mundial e sob pressão política dos Estados Unidos” (CHESNAIS, 2005, p. 47).

Em busca de encontrar alguma “saída” para a crise, o capital, diante da dificuldade de realização da mais-valia produzida no setor industrial, tornou necessária a *financeirização* da economia, com todas as suas consequências, para manter a possibilidade de valorização e reprodução do capital. Nessa nova fase do capitalismo contemporâneo, “[...] a elevação da taxa de juros passa a ser um instrumento regulador da economia mundial, enquanto os mercados de câmbio, de títulos e de derivativos em geral transformaram-se em multiplicadores do capital especulativo” (COSTA, 2008, p. 158).

Como já era de se esperar, o poder do capital financeiro também abrange outros setores, inclusive governamentais. De acordo com Iamamoto (2014, p. 101),

O capital bancário concentrado e centralizado passa a subordinar as operações comerciais e industriais de toda a sociedade. A estreita relação entre os bancos e as empresas industriais e comerciais consolida-se, estimulando sua fusão mediante a posse de ações e a participação de diretores bancários nos conselhos de administração das empresas e vice-versa, o que se completa com a presença de agentes governamentais.

Para o capital de juros e os investidores financeiros, em vários lugares do mundo, as dívidas públicas tornaram-se uma fonte importante de rendimentos. “Nos países da OCDE, como nos países periféricos, a dívida pública alimenta continuamente a acumulação financeira por intermédio das finanças públicas” (CHESNAIS, 2005, p. 41).

Assim, no que diz respeito mais diretamente à questão do Estado, pode-se verificar (ao contrário da neutralidade ou autonomia estatal e da suposta separação entre as esferas política e econômica), que “A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos 30 anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos” (SALVADOR, 2010, p. 54-55).

Esta breve abordagem geral sobre a especificidade da crise do capitalismo contemporâneo foi necessária para, em seguida, melhor compreendermos a complexidade de seus desdobramentos no “mundo do trabalho” e suas consequências na área de educação.

Nesse sentido, iremos agora buscar entender as transformações ocorridas no “mundo do trabalho” contemporâneo, sobretudo a partir da crise dos anos 1970/80.

Mas, o que ocorre a partir do início dos anos 1970? Como diz Antunes (2009, p. 37),

[...] nas últimas décadas, sobretudo no início dos anos 70, o capitalismo viu-se frente a um quadro crítico acentuado. [...] nesse mesmo período ocorreram mutações intensas, econômicas, sociais, políticas, ideológicas, com fortes repercussões no *ideário*, na *subjetividade* e nos valores constitutivos da *classe-que-vive-do-trabalho*, mutações de ordens diversas e que, no *seu conjunto*, tiveram forte impacto.

Foi a partir desse período que, por exemplo, o capitalismo enfrentou grandes dificuldades no que diz respeito à taxa de lucro. “entre 1968 e 1973, ela cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1 %, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3%” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 213).

Em continuidade, tal crise se expandiria e atingiria outras nacionalidades. Nos países latino-americanos, por exemplo,

[...] entre 1980 e o fim do século, registraram a seguinte queda do PIB *per capita*, em dólares americanos: Argentina, de 3.359 para 2.862; México, de 2.872 para 2.588; Uruguai, de 3,221 para 2.989; Bolívia, de 983 para 724; Nicarágua, de 1.147 para 819; Brasil, de 2.481 para 2.449; Peru, de 1.716 para 1.503 e Costa Rica, de 2.394 para 2.235 (DREYFUSS apud NETTO; BRAZ, 2007, p. 221).

Portanto, após um período de expansão da acumulação capitalista durante o período taylorista-fordista-keynesiano, presencia-se alguns sinais da crise iniciada principalmente nos anos 1970 que, de acordo com Antunes (2009, p. 31-32, [grifo do autor]), foram:

1) queda da taxa de lucro [...]; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção [...]; 3) hipertrofia da *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente as capitais produtivos [...]; 4) maior concentração de capitais [...]; 5) a crise do *Welfare State* ou do „Estado do bem-estar social“ e dos seus mecanismos de funcionamento [...]; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho [...].

Isso significou que, diante do contínuo aprofundamento da crise, das lutas sociais de resistência da classe trabalhadora e do esgotamento do paradigma taylorismo-fordismo de produção, o capital teve de tentar encontrar respostas para a crise pela qual passava e que, desta vez, se demonstrava estrutural.¹⁵ De acordo com Mészáros (2002, p. 175),

O aspecto mais problemático do sistema do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a incapacidade de *tratar as causas como causas*, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo. Esta não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão que, em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos *efeitos* e nas *consequências*.

Então, como podemos identificar quais foram essas respostas que o capital encontrou para fazer frente à crise no sentido entendido por Mészáros (2009), e que se aprofundava?

¹⁵ Nesse sentido, sobre a incontornabilidade, os limites relativos e absolutos e o caráter destrutivo e estrutural da crise contemporânea e do próprio capital, ver Mészáros (2002, 2007, 2009).

O enorme salto tecnológico, que então se iniciava, constituiu-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que aflorava nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica (ANTUNES, 2009, p. 46).

Essas são algumas das respostas principais identificadas por Antunes (2009) e outros autores que elaboraram reflexões sobre esse período. Conclusões semelhantes podem ser encontradas, por exemplo, em Previtali et al. (2012, p. 88), quando afirmam que,

Como resposta à crise, o capital iniciou, ao longo das décadas de 1980 e 1990, um amplo processo de reestruturação, envolvendo um conjunto de inovações técnicas nos processos produtivos, bem como a aceleração dos processos de internacionalização e globalização, inerentes ao capitalismo desde os séculos XV e XVI, mas que, no século XXI, assumem novos contornos, inaugurando uma nova fase de acumulação do capitalismo.

Acrescente-se, concomitantemente, como expressão dessas mudanças, a política de privatização, a desregulamentação das relações trabalhistas e um processo de expansão do trabalho precarizado, confluindo tudo isso, de fato, para uma maior intensificação da exploração da força de trabalho em vários setores da sociedade.

Quanto ao processo de privatização, é emblemático o que ocorreu, por exemplo, na Inglaterra durante o governo Margareth Thatcher. A desregulamentação das relações trabalhistas também tem um dos seus fundamentos na ideia de “Estado mínimo”, o que significa, na concepção ideológica liberal, a mínima intervenção do Estado na economia, o que ficou conhecido como “enxugamento do Estado”, isto é, as relações de trabalho também seriam definidas pelas “leis do mercado”.

É por isso que, diante dessas mudanças, Salvador (2010, p. 609), professor do Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB, afirma que “A nova fase de acumulação capitalista vai ser capitaneada pela esfera financeira, e no campo ideológico o velho liberalismo se veste com a „nova” roupagem, rebatizado de neoliberalismo”.

As expressões sociais dessas mudanças são tão complexas quanto variadas, e podem ser empiricamente verificadas, em casos que vão desde a

perda de direitos conquistados ao longo de séculos, a precarização, intensificação e flexibilização do trabalho tanto no setor industrial como no setor de serviços e de educação, até o desemprego estrutural, como resultado das significativas mudanças ocorridas no denominado “mundo do trabalho”, tanto no próprio processo de trabalho, e de produção, como nas relações de trabalho. É Sobre esse tema que trataremos a seguir.

No primeiro volume d’*o capital*, Marx inicia o capítulo quinto afirmando que “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho”. No entanto, dito isto de forma geral, pouco esclarece sobre o próprio processo de trabalho¹⁶ em sua forma específica concreta. Isto, porque a atividade de trabalho, neste caso, só se realiza como ação, isto é, como parte de um processo de trabalho realizado em condições objetivas determinadas.

Daí, a necessidade de situarmos o processo de trabalho específico no capitalismo. Nesse caso, procuraremos acompanhar a descrição e análise realizadas por esse autor para melhor entendermos tanto o processo de trabalho como o seu desenvolvimento na manufatura e na indústria moderna.

Para Marx (1987, p. 202), três elementos compõem o processo de trabalho, que são, a “atividade adequada a um fim” (a própria atividade de trabalho); o “objeto de trabalho”; e “os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”. Nesse sentido, isso significa dizer que em qualquer processo de trabalho o homem precisa estabelecer, através do próprio trabalho, uma relação com a natureza com o objetivo de transformá-la em um produto (valor de uso), de acordo com um fim previamente pensado e estabelecido.

No entanto, com o processo de trabalho específico no capitalismo, como já foi dito no capítulo dois, não se produz apenas um produto enquanto valor de

¹⁶ Aqui, “processo de trabalho”, é entendido como o processo no qual o trabalhador, em determinadas condições, fazendo uso da sua capacidade de trabalho e de instrumentos de trabalho, atua sobre o objeto de seu trabalho com um fim previamente planejado. De acordo com Marx (1987, p. 202), o processo de trabalho compõe-se pelo menos de três elementos imprescindíveis, a saber: instrumentos ou meios de trabalho, objeto de trabalho e o próprio trabalho em ação. Iamamoto (2009) procurou adaptar e definir o objeto e os instrumentos de trabalho do(a) assistente social enquanto categoria profissional inserida em uma divisão social do trabalho. Nesse caso, também seria válido adaptar para a profissão de professor, o seu objeto de trabalho, instrumentos de trabalho, assim como a sua própria atividade?!. Talvez as reflexões de Tardif e Lessard (2009, p. 23), sobre o processo de organização do trabalho escolar sejam uma pista para essa questão, ao entenderem que “[...] se as interações cotidianas entre os professores e os alunos constituem bem o fundamento das relações sociais na escola, essas relações são, antes de tudo, relações de trabalho, quer dizer, relações entre trabalhadores e seu „objeto de trabalho””.

uso, mas também, e ao mesmo tempo, um produto enquanto mercadoria/valor. Como diz Marx (1987a, p. 222),

O processo de produção, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias.

Portanto, é pertinente, aqui, lembrarmos que, no capitalismo, o processo de produção tem como principal objetivo a produção de um valor a mais, a denominada *mais-valia* (ou *mais-valor*) absoluta e/ou relativa. E, ainda de acordo com Marx, esta, “[...] mais valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]”. Isto, torna-se mais importante pelo fato de que, nesse sentido, no estudo do processo de trabalho, da divisão social do trabalho e do próprio trabalho no capitalismo, a questão do tempo (tanto o seu uso como o seu controle), como veremos adiante, assume um papel determinante nesse processo.

Na história do surgimento e desenvolvimento do capitalismo e após um longo processo de expropriação dos produtores individuais, estes, aos poucos, passaram a fazer parte da classe de trabalhadores assalariados em formação.

A partir daí, ao invés da produção individual, passou a predominar o processo coletivo de trabalho e de produção, baseado na cooperação de conjuntos de produtores/trabalhadores aglutinados, primeiramente em oficinas artesanais e em seguida em manufaturas. Isso aconteceu de forma “aparentemente natural”, já que, nesse caso, para haver a cooperação capitalista era necessário que existissem “trabalhadores livres”, assalariados, isto é, trabalhadores que não fossem mais proprietários dos seus próprios meios de produção para que participassem no processo de trabalho de forma assalariada e fossem obrigados a vender a sua “força de trabalho”, de forma subordinada, no mercado de trabalho capitalista como forma de garantirem a sua existência.

Marx (1987a, p. 374) define esse tipo de cooperação da seguinte maneira: “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos”.

Aqui, apenas mais uma observação importante, para não esquecermos. Essa cooperação no processo de trabalho e de produção capitalista a que nos referimos, ocorre com base na divisão social do trabalho e na fragmentação das tarefas, com o objetivo de aumentar a produtividade. Isto, no capitalismo, pressupõe diminuir o *tempo de trabalho necessário* e prolongar o *tempo de trabalho excedente*.

Esse tipo de cooperação que acontece durante o processo de trabalho baseada na divisão do trabalho, torna-se hegemônica com a manufatura, por volta do século XVI, prosseguindo até o XVIII, já no capitalismo.

De acordo com Marx (1987a), a manufatura, “Nasce quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos têm de passar um produto até seu acabamento final”. Constitui-se, portanto, de trabalhadores que, fazendo uso de ferramentas, executam atividades manuais e parciais, fragmentadas, de acordo com certa divisão do trabalho, com um planejamento antecipado e tem também como objetivo diminuir o “tempo de trabalho necessário”¹⁷ no processo de produção e utilizar a habilidade dos trabalhadores intencionando aumentar a produtividade e, assim, o prolongamento do “tempo de trabalho excedente”¹⁸.

Com o desenvolvimento da manufatura, aumenta a capacidade produtiva, tanto dos próprios trabalhadores quanto do capital como um todo. Assim,

Essa oficina, produto da divisão manufatureira do trabalho, produziu, por sua vez, máquinas. Estas eliminam o ofício manual como princípio regulador da produção social. Assim, não há mais necessidade técnica de fixar o trabalhador a uma operação parcial,

¹⁷ O “tempo de trabalho” é o tempo utilizado em uma jornada/dia, semana, mês etc., de trabalho, em que o trabalhador executa a sua atividade de trabalho. Na forma social de produção capitalista, o “trabalho necessário”, é o trabalho utilizado para a reprodução do valor da força de trabalho. O “tempo de trabalho” pode ser dividido em duas partes: o “tempo de trabalho necessário”, que é “essa parte do dia de trabalho na qual sucede essa reprodução” da força de trabalho, e o “tempo de trabalho excedente” (MARX, 1987).

¹⁸ O “tempo de trabalho excedente”, é aquele “período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário” (MARX, 1987). É nessa parte do “tempo de trabalho” denominada de “tempo de trabalho excedente” que o trabalhador produz um valor a mais do que o equivalente ao que o capitalista pagou pela sua força de trabalho na forma de salário, e que Marx (1987, p. 464) concluiu ser a *mais-valia*. “Dada a jornada de trabalho, a taxa da mais valia é determinada pela proporção em que a jornada se reparte em trabalho necessário e trabalho excedente”.

por toda a vida. E caíram as barreiras que aquele princípio opunha ao domínio do capital (MARX, 1987a, p. 422).

Com esse desenvolvimento contínuo, estavam dadas as condições para o surgimento do que se passou a chamar de “maquinaria” ou “grande indústria”. Esta, ao contrário do que ocorria na manufatura (onde a “força motriz” era a força humana de trabalho), agora a “força motriz” passou a ser o próprio motor, a partir do qual é acionado todo o processo mecânico de funcionamento da máquina ou sistema de máquinas. Neste processo, o trabalhador torna-se um complemento que deve acompanhar os movimentos da máquina. É então que o “trabalho morto” passa a comandar o “trabalho vivo”.

Segundo Marx (1987a),

Depois que os instrumentos se transformam de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas a um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana.

Isso quer dizer que, com o advento da ciência e as descobertas científicas e sua conversão em tecnologia, a força de trabalho manual aos poucos foi sendo substituída.

Com essa transformação provocada pela inserção da máquina no processo de produção, modifica-se completamente todo o processo.

Assim, esse conjunto de instituições que se desdobrou desde a fábrica até os organismos científicos, pouco a pouco, foi transformando a produção de saberes técnicos numa esfera especializada de controle social, e, progressivamente, as questões de *eficácia* e *produtividade* tornaram-se regras do jogo da acumulação capitalista. Isto é, *eficácia* e *produtividade* foram reduzidas aos problemas de melhor e mais racional utilização da tecnologia pelos trabalhadores fabris (DECCA, 2004, p. 37).

A máquina adquire uma independência significativa em relação à força de trabalho humana jamais alcançada na história até então.

Entretanto, no capitalismo, o objetivo final continua praticamente o mesmo: aumentar a produtividade,¹⁹ possibilitando, assim, diminuir o *tempo de*

¹⁹ De acordo com Fourastié, (1990, p. 46 e 48), “A noção mais usual da produtividade é a produtividade do trabalho humano. Quando falamos de *produtividade* sem outra qualificação ou precisão, trata-se da produtividade do trabalho. [...] O sentido dessa palavra, que ganhou

trabalho necessário dispendido no processo de produção e, simultaneamente, prolongar o *tempo de trabalho excedente* durante a *jornada de trabalho*.²⁰

Assim sendo, percebe-se então, que temos,

Daí esse estranho fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor (MARX, 1987, p. 465).

Se até agora a questão do tempo de trabalho teve uma importância significativa durante todo o desenvolvimento do processo de trabalho, então, com o desenvolvimento da divisão técnica e científica do trabalho e da indústria moderna, a necessidade de medir esse mesmo tempo de trabalho adquire importância fundamental. Afinal, como observa Marx (1987, p. 467), “O tempo de trabalho é medido agora de duas maneiras, segundo sua extensão, sua duração e segundo seu grau de condensação, sua intensidade”.

Novamente, isso se torna mais importante pelo fato de que tal processo histórico continuou com o desenvolvimento de modelos de gestão e de produção denominados taylorismo/fordismo e toyotismo, até os dias atuais, nas suas mais complexas e variadas formas.

Assim, no início do século XX, teve início a experiência de um novo paradigma de organização do trabalho industrial que em seguida ficou conhecido como *taylorismo/fordismo*.

atualidade recentemente, evoluiu através dos tempos. Parece que a palavra apareceu, pela primeira vez, em autores muito antigos, principalmente numa obra do humanista Agrícola (*De metallica [Dos Metais]*, 1530). Entretanto, seria apenas no século XVIII que a noção começaria a se tornar precisa com os trabalhos dos fisiocratas (Quesnay1766)”. Dal Rosso (2014, p. 33), refere-se à produtividade afirmando que, “reserva-se a categoria de produtividade para a obtenção de resultados superiores em qualidade e quantidade, decorrentes de investimentos em tecnologias materiais inovativas e organizativas que não requeiram maior consumo das energias pessoais.

²⁰ Neste estudo, entendemos por “jornada de trabalho” o mesmo que o “dia de trabalho”, isto é, o período do dia em que o trabalhador se ocupa com as atividades de trabalho. De acordo com Dal Rosso (1996, p. 44), “Etimologicamente, jornada deriva do latim *dies* (dias) e de seus complementos *diurnus* e *diurnalis*. [...] Na origem, pois, a expressão jornada está associada ao trabalho realizado durante um dia”. Para Marx (1987, p. 261-262), “A jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável. Uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho do próprio trabalhador, mas sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente. A jornada de trabalho é portanto determinável, mas, considerada em si mesma, é indeterminada”.

O principal inspirador do que passou a ser denominado de taylorismo foi o próprio engenheiro Frederick Winslow Taylor, especialmente com a publicação de sua obra *Princípios de administração científica*. O taylorismo²¹,

Apresentado como um método científico de produção, na medida em que tomava a posição de organizador dos estoques, dos fluxos e da racionalização administrativa e como supervisor dos processos de produção, dados pela relação entre tempo e movimento, o método de Taylor (o taylorismo) foi articulado como um sistema de produção ideal (AMORIM, 2006, p. 11).

Portanto, de acordo com esse mesmo autor,

O taylorismo manifesta-se, assim, como uma linguagem, como parte visível de um projeto maior, de um projeto de transformação para o conjunto da sociedade e, sobretudo, como uma construção ideológica que deveria ser universalizada (AMORIM, 2006, p. 11).

Esse modelo tinha como princípios básicos a divisão do trabalho, a intensificação do fracionamento das tarefas (repetitivas) no local de trabalho e uma contundente separação entre o planejamento e a execução das ações.

Objetivava-se com isso, o aumento da produtividade, uma produção em massa e o controle supervisionado dos operários e do tempo.

No processo de desenvolvimento da divisão do trabalho, o taylorismo, “orienta os enunciados de poder para a apropriação do saber, utilizando o mesmo método de ordenamento dos enunciados e igualando formalmente dois sujeitos politicamente desiguais: o trabalho manual e o trabalho intelectual” (HELOANI, 2011, p. 19). Isso ocorria porque se sabia tanto do potencial de resistência da consciência do trabalhador quanto do valor do seu saber técnico. De acordo com Rago e Moreira ([...], p. 32), “Taylor conclui que o saber operário era uma arma de luta dos trabalhadores americanos e que deveria ser apropriado pelo capital, transferido, sistematizado e classificado pela Direção Científica”.

Nesse sentido, se por um lado, o taylorismo soube usar de forma organizada o saber técnico dos trabalhadores a partir do parcelamento das

²¹ Neste ponto, ao mesmo tempo citando e concordando com o autor (em nota de rodapé), cabe uma breve observação: “As teses de Taylor são aqui consideradas não apenas como partes de um método científico de organização da produção e tampouco como um conjunto de técnicas que tornariam o trabalho mais produtivo, mas, pelo contrário, como um processo de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, como forma de subordinação das massas ao capital” (AMORIM, 2006, p. 12).

atividades e o controle do tempo, por outro lado, faltava-lhe adaptar tal saber técnico ao próprio sistema mecânico-industrial de produção em massa. O *fordismo*, que surgiu a partir do *taylorismo*, se desenvolveu no sentido de suprir essa lacuna com a já conhecida linha de produção em série. Pinto (2007, 41), tenta definir resumidamente o que foi e o objetivo desse modelo de produção fordista ao dizer que,

A ideia básica era a seguinte: padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionado, por sua vez, pela elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais.

Se a divisão do trabalho por tarefas específicas no interior da fábrica já existia no padrão de produção taylorista, agora, com o modelo fordista, o que ocorre é a reorganização e adaptação desse processo de trabalho no sentido de fazer com que cada peça, que constituirá o produto total, percorra uma linha de montagem através de um mecanismo automático, como uma esteira, por exemplo, possibilitando a cada trabalhador ou grupo de trabalhadores, exercer sua tarefa específica em cada parte do processo de montagem até o produto final.

De acordo com Pinto (2007, p. 49),

O sistema taylorista/fordista de organização expandiu-se nas economias capitalistas centrais durante as duas guerras mundiais, após o que foi difundido internacionalmente no longo ciclo de crescimento econômico, fundado na produção e no consumo de massa, que se seguiu. Nos países capitalistas, centrais e periféricos, o sistema de produção em larga escala de produtos estandardizados fordista articulou-se aos Estados de bem-estar social e à constituição dos grandes sindicatos de trabalhadores.

As condições históricas que possibilitaram o advento e a consolidação do modelo de organização e produção *taylorista/fordista* começaram a dar sinais de mudanças significativas na década de 1960. O desenvolvimento do processo de internacionalização da produção e a expansão da concorrência foram fatores determinantes. Junte-se a isto a crescente dificuldade de aumentar a produtividade, de manter os empregos e uma taxa razoável dos salários vigentes até então. Todos esses fatores juntos, aos poucos,

provocaram a necessidade de o capital buscar alguma maneira de superar os limites do modelo/padrão *taylorista/fordista* e elaborar um novo projeto de reestruturação produtiva, no processo de trabalho e de produção²². Foi então que,

Ainda na transição para os anos 70, o capital ensaia uma mudança não apenas na superfície, mas na própria estrutura da regulação econômica. Em um primeiro momento, desloca algumas plantas industriais que podem ser operadas por alguns países em desenvolvimento e passa a importar alguns produtos do Japão e de outros países. [...] essa ofensiva empresarial abre um novo *front*. O Estado inoperante, custoso e apropriador dos recursos da iniciativa privada deve ser reduzido. O monetarismo ganha espaço intelectual e se prepara para chegar ao poder na Inglaterra e nos Estados Unidos (HELOANI, 2011, p. 77).

Assim, com o processo contínuo de mundialização do capital e a crise do capitalismo monopolista, principalmente a partir dos anos 1960/70, o modelo *taylorista/fordista* passou a enfrentar também o agravamento de uma crise que se aprofundou durante os anos 1980/90 e que hoje se encontra em andamento e em situação ainda incontornável.

Foi no Japão, a partir dos anos 1950, que surgiu uma nova forma de gestão da produção, dando início a um “novo” paradigma de organização produtiva que, em seguida, ficaria conhecido como “acumulação flexível”, *produção enxuta*, *toyotismo* ou apenas *pós-fordismo*. Embora tenha surgido a partir dos anos 1950, foi “[...] a partir da mundialização do capital, no decorrer das décadas de 1980 e 90, que o toyotismo adquiriu dimensão universal” (ALVES, 2011, p. 58).

O *toyotismo* tem “como grande marco que o diferencia de modelos anteriores, a horizontalização da produção, a desespecialização e polivalência da mão de obra operária” (CORIAT apud VIANNA, 2014, p. 55). O modelo de produção *flexível* tem também, ainda, o objetivo de, no processo de trabalho, eliminar os desperdícios, ou seja, controlar os denominados *tempos mortos*. Outra característica, em relação especificamente à força de trabalho, além da polivalência, é a flexibilidade de contratos salariais de trabalho.

²² É nesse contexto que também podemos afirmar, conforme Bosi (2007, p. 1505), que “O principal marco das mudanças acontecidas no mundo do trabalho que envolveram as atividades docentes situa-se numa crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional, por volta do início da década de 1970”.

Esse modelo tem como alguns dos seus princípios básicos a produção flexível, diversificada e eficiente, estoque zero (*Kanban*) e descentralização e diminuição dos níveis de hierarquia empresarial (o que não quer dizer que não haja algum controle sobre o processo de produção e os próprios trabalhadores).

O aprofundamento da crise do capital em nível mundial, as mudanças nas formas de gestão e organização da produção, assim como no conjunto das transformações ocorridas no “mundo do trabalho”, não deixaram de trazer sérias consequências históricas, econômicas, políticas, socioculturais e educacionais, tanto objetivas quanto subjetivas, no que diz respeito à sociabilidade e à vida cotidiana dos próprios indivíduos. Dentre algumas consequências mais graves, destacam-se a precarização²³ e intensificação do trabalho,²⁴ fragilização quantitativa e qualitativa do movimento operário e sindical, desestímulo psicológico, subemprego, flexibilização,²⁵ perda de

²³ Para Druck, “Considera-se que a precarização do trabalho constitui um novo fenômeno no Brasil: suas principais características, modalidades e dimensões sugerem um processo de precarização social inédito nas últimas duas décadas, revelado pelas mudanças nas formas de organização/gestão do trabalho, na legislação trabalhista e social, no papel do Estado e suas políticas sociais, no novo comportamento dos sindicatos e nas novas formas de atuação de instituições públicas e de associações civis”. A autora se refere ainda ao que denomina de “(nova) precarização” e que seu conteúdo “[...] é dado pela condição de instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e brutal concorrência entre eles. Uma precarização que atinge a todos indiscriminadamente e cujas formas de manifestação diferem em grau e intensidade, mas têm como unidade o sentido de ser ou estar precário numa condição não mais provisória, mas permanente” (DRUCK, 2013, p. 55-56).

²⁴ Em artigo de 2014, Dal Rosso (2008, p. 23), refere-se à intensidade do trabalho dizendo que, “[...] a categoria de intensidade refere-se ao esforço gasto pelos indivíduos no processo de trabalho. A intensidade tem a ver com o investimento das energias das pessoas com o trabalho. Refere-se ao desgaste da pessoa com o trabalho”. Esse autor, tendo Marx como uma das bases de referência, em seu livro *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*, afirma: “Chamamos de intensificação os processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008, p. 23),

²⁵ A flexibilização pode ocorrer em relação ao contrato de trabalho, ao salário, ao processo organizativo, ao horário de trabalho etc. De acordo com Vasapollo (2006, p. 45-46), “A flexibilização é considerada uma das alternativas para combater o desemprego.” E indaga: “Mas o que é flexibilização?”. Segundo este autor, “flexibilização pode ser entendida, por exemplo, como:

- Liberdade da empresa para despedir parte se seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;

direitos trabalhistas e sociais adquiridos durante séculos de lutas e reivindicações, e, ainda, o aumento do *tempo livre, liberado*, inclusive na forma de desemprego etc.

Segundo afirma Cavaignac (2004, p. 14),

Com a crise desse modelo de produção, o capitalismo inicia uma reestruturação produtiva no sentido de racionalizar e potencializar o consumo da força de trabalho, readequando os elementos subjetivos do processo de trabalho a uma nova forma de produção de mercadorias, que, diferente do fordismo, caracteriza-se por ser mais flexível e por exigir mais do trabalhador um maior nível de qualificação, ao mesmo tempo em que diminui significativamente os postos de trabalho, em razão da introdução ampliada de novas tecnologias no processo produtivo e de novas técnicas de gestão da força de trabalho, levando ao crescente desemprego de enormes parcelas da população.

No Brasil, considerando suas especificidades, não foi diferente. Com o desenvolvimento da crise capitalista, as consequências de tais mudanças no “mundo do trabalho” contemporâneo logo apareceram e se expressaram de várias formas. Fazendo eco às mudanças ocorridas em outros países, o Brasil passou a se adaptar a tais mudanças, trazendo consequências significativas para os trabalhadores.

Para Alves (2013, p. 141),

Na década de 1990, os ajustes neoliberais contribuíram efetivamente para inserir o Brasil na nova ordem capitalista [...]. As políticas neoliberais e o novo complexo de reestruturação produtiva do capital promoveram alterações significativas de amplo espectro na objetividade e subjetividade do mundo do trabalho no Brasil. Na década de 2000, delineou-se com maior clareza o que consideramos a “nova precariedade salarial”, isto é, as novas condições de exploração da força de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas”.

Tendo como base estudos realizados no campo da sociologia e da economia do trabalho sobre o tema da flexibilização e precarização do trabalho

-
- Possibilidade da empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível, etc.);
 - Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
 - Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa”.

no Brasil, Druck (2013, p. 61-62), se refere à identificação de “cinco grandes tipos de precarização, expressos:

- 1) nas formas de mercantilização da força de trabalho, que produzem um mercado de trabalho heterogêneo e marcado por uma vulnerabilidade estrutural e cuja trajetória nas duas últimas décadas reforça e reconfigura as formas precárias de inserção dos trabalhadores em relações de assalariamento, explícito ou disfarçado, em todos os setores, atividades e regiões [...];
- 2) Na organização e nas condições de trabalho, como ritmo e intensidade do trabalho, autonomia controlada, metas inalcançáveis, pressão de tempo, extensão da jornada de trabalho, polivalência, rotatividade, multiexposição a agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais. Esses aspectos conduzem a intensificação do trabalho, ritmos acelerados (potencializados pelo patamar tecnológico da microeletrônica) e autoaceleração;
- 3) Nas condições de segurança no trabalho, ou melhor, em sua fragilização (treinamento, informação sobre riscos, medidas preventivas coletivas, etc.), e na diluição das responsabilidades entre estáveis e instáveis;
- 4) No reconhecimento, na valorização simbólica, no processo de construção da identidade individual e coletiva, tornando mais complexa a alienação/estranhamento do trabalho;
- 5) Nas condições de representação e de organização sindical, configurando uma grande fragilização política dos trabalhadores. Trata-se da fragilização dos sindicatos e dos efeitos políticos da terceirização”.

Muitos desses aspectos se expressam das mais variadas formas, em vários setores, inclusive no setor de serviços. Nesse caso, tornou-se evidente o crescimento do setor de serviços, sobretudo, a partir do desenvolvimento tecnológico e das mudanças nas relações de trabalho. Os serviços deixaram de constituir um setor complementar da indústria, passou a ser fundamental. A esse respeito, Kon (1999, p. 66), em artigo publicado na *Revista de Economia Política*, se refere a algumas características que resultaram na reestruturação dos serviços e diz que “é possível observar-se alguns aspectos relacionados às

transformações na *produção*, dos serviços, no *produto*, no *consumo* e nos mercados [...]”.

Essa mesma autora, primeiramente, afirma que na teoria econômica tradicional, “nas análises nelas baseadas conceituam a inovação no contexto econômico das indústrias manufatureiras e da agropecuária, enquanto os serviços mantêm sua posição subordinada a essas atividades”, para em seguida dizer que,

nas economias atuais essa visão é posta em xeque por investigações empíricas profundas que identificaram intensa inovação em atividades de serviços, inclusive em setores que não apresentam fins lucrativos, em setores de serviços sociais e públicos (KON, 2015, p. 258).

De fato, exemplos disso são empiricamente observáveis, com a reestruturação e efetivação do processo de precarização, intensificação e flexibilização do trabalho também no setor de serviços e suas consequências na atividade de trabalho e no *tempo livre* também de várias categorias de profissionais, da saúde, comunicação, educação, e outros, como é o caso de médicos, atendentes, professores etc. A exemplo disso, podemos citar as relações de trabalho implementadas nas universidades como a “terceirização” e as contratações de professores substitutos e “horistas”, com contratos de trabalho temporário, para determinadas funções.

Enfim, em relação ao que foi exposto neste capítulo, no que diz respeito à evolução e às transformações históricas ocorridas nos processos de trabalho e de produção, é importante ressaltar pelo menos dois aspectos que consideramos importantes.

Primeiro: as mudanças nos processos de trabalho e de produção, ocorridas no período aqui descrito, em síntese, significaram, de fato, desde o início, um contínuo processo de consolidação do domínio do capital, através da divisão do trabalho e separação dos trabalhadores/produtores diretos dos seus meios de produção e instrumentos de trabalho e, conseqüentemente, a separação, fragmentação e apropriação dos saberes técnicos dos próprios trabalhadores pelo capital.

Segundo: desde a *cooperação simples*, já descrita por Marx, até hoje, passando pelos modelos de organização do trabalho e da produção

denominados de taylorismo-fordismo e/ou *flexível*, o objetivo principal foi e continua sendo, ao final, a valorização, o lucro e a reprodução do capital, por meio do aumento da produtividade, da diminuição do *tempo de trabalho necessário* e expansão do *tempo de trabalho excedente*. Com todas as suas consequências para os trabalhadores, tanto no processo direto de produção como também no setor de serviços. Tanto em relação ao tempo dedicado às atividades de trabalho como também em relação ao *tempo livre*.

Enfim, em nosso entendimento, esses eventos são expressões complexas da crise contemporânea do capital e se constituem, hoje, enquanto formas estratégicas utilizadas em busca de garantir, diretamente e/ou por meio do poder público, ou do Estado, a reprodução e hegemonia do próprio capital, seja este industrial ou *financeiro-especulativo-fictício*, como nos dias atuais.

b) Políticas públicas de educação e implicações na educação superior

Tais fatos, com suas consequências, não poderiam deixar de repercutir na “esfera do Estado” e nas políticas públicas de educação.

É, principalmente, através do Estado que são implementadas as políticas públicas.

A partir de uma nova dimensão social das últimas décadas e sua repercussão direta na organização social e política da sociedade, é possível compreender como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2006, p. 74).

Políticas públicas de educação seriam então, as ações, seus resultados e intervenções de sujeitos sociais desenvolvidas a partir da relação entre sociedade e esfera estatal no âmbito educacional.

Em nosso entendimento, compreender o Estado e as políticas públicas pressupõe, portanto, situá-los historicamente. Isso significa dizer que o Estado

e a implementação das políticas públicas de educação são mediações importantes que não podem ser entendidas em sua complexidade enquanto não se desvencilhar do mito da “neutralidade” política e se pensar essas implicações no contexto histórico concreto em que se dão os jogos de interesses políticos, ideológicos, econômicos e os reais conflitos sociais e de classe.

Desde os tempos mais remotos que trabalho e educação guardam uma relação intrínseca de acordo com o contexto específico no qual se desenvolvem, pois “A educação é prática que se realiza em um contexto social que é histórico e que possui dimensões culturais, econômicas e políticas” (PAIVA, 2012, p. 82).

Foi a partir do advento da Revolução Industrial e ascensão da burguesia como nova classe hegemônica, que passou a haver um grande incentivo à produtividade e, com o surgimento de novos mercados, a necessidade de aumentar a produção de mercadorias. Assim, com o capitalismo, o trabalho passou a ser valorizado e a educação passou a ser voltada para a produção, e as instituições educativas, por sua vez, passaram a ter como objetivo instruir/preparar um novo tipo de homem, agora para a produção, para o processo produtivo, enfim, para o trabalho (assalariado).

Conseqüentemente, com o processo de ampliação do ensino público, foram surgindo as várias escolas pedagógicas, procurando, cada uma à sua maneira, refletir sobre essa nova realidade econômica e sociocultural.

Foi assim, por exemplo, com a nova pedagogia do trabalho, o tecnicismo, a teoria do capital humano, a “escola reprodutivista” e, mais recentemente, com o ressurgimento do debate em torno do ensino técnico, da instrução politécnica, do ensino integrado, da escola unitária, do profissional polivalente, da ideologia das competências etc.

As mudanças no mundo da produção capitalista e do trabalho, aqui já referidas, em seguida à crise dos anos 1960-70, tiveram implicações significativas na implementação de políticas públicas também na área de educação.

Nesse caso, como aconteceu com outros setores, também no caso específico da educação, muitas das mudanças ocorridas foram orientadas a partir das recomendações de organismos transnacionais. Alguns desses

organismos mais influentes e importantes na implementação de políticas educacionais em vários países são o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, que compõe o Grupo Banco Mundial (BIRD). Ambos foram criados após a segunda guerra mundial. Santana (2013, p. 22) observa que,

No período subsequente à Segunda Guerra Mundial, foram criados alguns organismos internacionais fundamentais ao direcionamento político e econômico desenvolvido no contexto da guerra fria. Dentre esses, tem destaque as instituições de financiamento de crédito voltado aos países capitalistas membros desses organismos.

Depois de décadas de desenvolvimento no pós-guerra, os países industrializados iniciam um período de menor crescimento econômico. Contribuíram para isso fatores como “[...] as flutuações de preços dos produtos para exportação, assim como os aumentos de preços dos produtos importados, provocaram graves desequilíbrios na balança de pagamentos de numerosos países em desenvolvimento [...]” (DELORS, 2005, p. 70).

Diante da continuidade da crise que se desenvolveu a partir das décadas de 1970-80, vários países dependentes recorreram a empréstimos de organismos financeiros. Porém, a concessão de empréstimos estava condicionada a determinadas exigências,²⁶ desses mesmos organismos financeiros, estabelecidas em acordos e contratos, aos quais esses países que buscavam empréstimos, estavam submetidos, “como também a adotar os chamados programas de ajuste estrutural, voluntariamente ou por pressão do banco Mundial e do FMI” (DELORS, 2005, p. 7).

Foi a partir das exigências e recomendações desses organismos internacionais que vários governos tiveram de adaptar suas políticas públicas sociais, trabalhistas, educacionais e econômicas.

Nesse aspecto,

Vale salientar que, desde os anos de 1980, os organismos transnacionais como Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário

²⁶ Quanto às exigências, de acordo com Millet e Toussaint (2006, p. 69-70), por exemplo, “o Fundo concedia um empréstimo a determinado país em dificuldade de pagamento, com a condição de que o dinheiro emprestado fosse utilizado para reembolsar os bancos e demais credores privados” [...]. Inclusive, “antes de abrir o diálogo com os países endividados, exigiram que as negociações fossem feitas caso a caso, para isolar cada um dos países devedores e manter a posição de força do FMI”.

Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) têm impulsionado ajustes e reformas aos Estados-nação nos países periféricos [...] (LINS, 2013, p. 266).

No caso brasileiro, essa política de adaptação às propostas de reforma do Estado, e a organismos internacionais, como o BID, por exemplo, encontrou espaço para implementação, principalmente, a partir do projeto de reforma do Estado brasileiro, e do Plano Diretor da Reforma do Estado²⁷, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). “E o BID? No BID a história é muito mais interessante, porque eles ajudaram”, afirmou Bresser Pereira (à época ministro da Administração e da Reforma do Estado), em entrevista a Leonardo Queiroz Leite, em 2013, publicada na *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, em 2014. Bresser Pereira, na mesma entrevista, disse ainda:

E nós fizemos, no edifício do Itamaraty, uma grande conferência latino-americana sobre a Reforma gerencial, que deu origem ao livro *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Depois disso apresentei um projeto, e eles me deram dinheiro para ajudar a executar a Reforma do Estado. Em 1997, o Enrique – (Iglesias) – me convidou para fazer uma grande conferência no BID, com muitos convidados. A conferência causou muito interesse” (LEITE, 2014, p. 1064).

No que diz respeito à experiência do BID com o ensino superior, para Chauí (1999, p. 125),

Quem acompanha as propostas governamentais para a reforma do ensino superior não pode deixar de nelas reconhecer todas as exigências vindas do BID. Ali estão a redefinição da autonomia universitária, a propostas de flexibilização dos currículos em função dos mercados, novas propostas para avaliação de estudantes (Provão, ENEM) e de professores, novo sistema de recompensas e punições para a produtividade e a improdutividade, e a defesa das parcerias com o setor privado.

²⁷ Referimo-nos ao Plano Diretor da Reforma do Estado, principal instrumento orientador da política de gestão pública no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Na leitura crítica de Behring e Boschetti (200, p. 148), “Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo „projeto de modernidade“. O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/MARE, 1995), amplamente afinado com as formulações de Bresser Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE)”.

Tal política governamental significou, de fato, entre outras coisas, um processo crescente e sistemático de expansão e do empresariamento da educação superior e reforçou a concepção do ensino/pesquisa como mercadoria.

Em 1999, o Brasil tinha 2 369 945 estudantes de graduação no ensino superior, sendo 1 537 923, ou 64,1%, na rede privada e 832 022, ou 35,1%, na rede pública, num processo de inversão do que ocorria no passado, quando predominava a rede pública de ensino superior (ROSSATO, 2006, p. 101).

Não é por acaso que Haddad e Graciano (2004) já publicavam que, “anualmente a educação, em geral, movimenta cerca de US\$ 2,2 trilhões, e em 2001 empregava cerca de 5% da mão de obra mundial”. Nesse sentido, ainda em 2004, esses mesmos autores informavam que, “No Brasil, o ensino superior movimenta cerca de R\$ 20 bilhões e conta com 3,4 milhões de universitários; cerca de 2,4 milhões (dois terços) estão em instituições privadas de ensino, cuja margem de lucro é estimada em 25%” (HADDAD; GRACIANO, 2004, p. 69).

Pode-se perceber melhor esse crescimento do ensino superior privado brasileiro ao verificarmos sua evolução a partir do número de matrículas. De acordo com Cislighi (2011, p. 245),

Nesse quadro já preocupante, o Brasil ainda consegue se destacar, invertendo a matrícula global. Se em 1960 tinha 40% das matrículas no setor privado, em 1995, atingiu 65% (Trindade, 2001, p. 30). No final do governo Cardoso, o número de matrículas privadas chega a 70%, alcançando em 2008, durante o governo Lula a incrível taxa de 75% do total de matrículas do ensino superior! (Inep, 2009).

Assim, como resultado dos denominados ajustes estruturais exigidos por aquelas “instituições financeiras multilaterais”, esses organismos, aos poucos, atingiram um de seus principais objetivos: foi criado “[...] um mercado extremamente atraente para a iniciativa privada, sobretudo no ensino superior” (HADDAD; GRACIANO, 2004, p. 68).

Segundo Gomes (2008, p. 31),

Se projetarmos uma taxa de crescimento da matrícula de aproximadamente 6,9% ao ano, que tem sido a média do período entre 1995 e 2004, a expansão do setor privado seria, no governo

Lula (2003-2010), da ordem de 55,2%, portanto, levemente abaixo, da expansão ocorrida no período do governo FHC, que foi de 61%.

Esse é um dos indicadores que, mesmo tendo-se em conta as diferenças relativas na forma e nas prioridades em políticas públicas no que diz respeito ao período de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, faz com que, para Gomes (2008, p. 28),

Do ponto de vista dos diagnósticos oficiais sobre a „realidade“ da educação superior e do seu papel no processo de desenvolvimento econômico, pode-se afirmar, sem exagero, que não existem diferenças significativas em relação aos governos FHC e Lula.

E, nesse caso, o autor tem em vista a destinação de recursos públicos, de alguma forma, para o setor empresarial-educacional.²⁸

No governo Cardoso era o Fies o mecanismo principal de privatização de recursos público no ensino superior. Em 2005, o governo Lula cria o Prouni [...]. O programa distribui bolsas integrais e parciais em instituições superiores privadas para estudantes de baixa renda, com reservas de cotas para segmentos populacionais como índios e negros e para deficientes (CISLAGHI, 2012, p. 271).

No caso da isenção de impostos, de acordo com a Lei nº 11.096/2005 (PROUNI), as instituições que aderiram ao PROUNI ficaram isentas de vários impostos, como:

- Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social;
- Contribuição para o Programa de Integração Social.

O que, também, pode-se inferir disso, é que,

[...] o governo Lula não deixou de atender, com o PROUNI, um antigo desejo dos movimentos privatistas no Brasil, qual seja, ter recursos regulares e sistemáticos, provenientes do fundo público, mesmo que por meio de isenção fiscal, para reequilibrar as contas e manter níveis razoáveis de segurança financeira, por um bom tempo (GOMES, 2008, p. 35).

Mais uma vez reafirmando a aproximação e convergência de interesses entre os vários governos e grupos empresariais da área de educação, é

²⁸ Ver, a exemplo, a Lei nº 11.096, de 2005, especificamente em seu artigo 8º, que trata da isenção de impostos para entidades beneficentes que aderirem ao PROUNI.

estabelecida a política de ampliação de vagas/matrículas no ensino superior privado e,

Em troca, o governo garante mais isenções fiscais do que então vigentes. Entidades filantrópicas, que já tinham isenção, foram obrigadas a participar do programa com 20% da receita em atividades assistenciais, 20% em bolsas integrais e 20% em bolsas de qualquer modalidade. Entidades sem fins lucrativos que já tinham isenção de impostos de renda e Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) passam a ter isenção de Cofins e PIS, oferecendo 10% de bolsas, sendo 5% integrais e 5% parciais. Entidades com fins lucrativos também podem ter isenções fiscais se participarem do programa com as mesmas isenções, Cofins, CSLL e imposto de renda, e a mesma cota de bolsas, 5% integral e 5% parcial, das entidades sem fins lucrativos (CISLAGHI, 2012, p. 271-272).

Esses números, em 2005, significariam, segundo dados do MEC, “[...] 250 milhões em isenção fiscal, caso todas as instituições privadas aderissem ao Prouni. Em 2007, a perspectiva era de que o Prouni beneficiasse 301.321 alunos com uma renúncia fiscal de 126,05 milhões de reais”²⁹ (ANDRÉS *apud* CISLAGHI, 2012, p. 271-72).

Essas adaptações das políticas públicas educacionais realizadas pelos vários governos, sobretudo a partir da década de 1990, é um indício significativo de como interesses de grandes grupos econômicos e empresariais da educação se compatibilizam com as políticas públicas sociais e educacionais desenvolvidas em países onde governos estabelecem, direta ou indiretamente, certos acordos com aqueles mesmos grupos ou com os já referidos organismos financeiros transnacionais, no sentido de reforçar a tendência de empresariamento/mercadorização da educação pública.

Tais fatos têm consequências importantes no âmbito da educação superior. Segundo dados divulgados por Haddad e Graciano (2004, p. 68), “De acordo com estudo realizado pela Consultoria Merrill Lynch” (CHANNEL NEWSASIA, [s.d]), pode-se verificar, por exemplo, que,

O maior índice de privatização da educação superior pertence às Filipinas, com 94% das matrículas sob a responsabilidade da iniciativa privada, seguidas por Coréia (78%); Brasil (70%); Indonésia (63%); Colômbia (61%); Índia (60,5%); Nicarágua (42%); Peru (33%); Chile (28%); Nepal (24%); Guatemala (18%); Tailândia (17%); México

²⁹ “[...] a dívida das instituições privadas segundo a própria Receita Federal, chegava a quase 12 bilhões em 2007” (CISLAGHI, 2012, p. 272).

(16%); Argentina (15%) e Malásia (12%), conforme Merrill (HADDAD; GRACIANO, 2004, p. 68).

Neste caso, o que nos interessa mais especificamente é identificar as implicações disso no ensino superior.

Dito isto, como exposto antes, a mesma lógica imposta pelos órgãos transnacionais (Banco Mundial, BID e FMI, OMC) e implementada pelos vários governos à educação em geral, no Brasil, também é aplicada às instituições de ensino superior.

Lima (*apud* RODRIGUES, 2007, p. 18-19), resume “a política destes organismos multilaterais para a educação superior na América Latina e no Caribe”, em cinco orientações gerais ou diretrizes:

1- [...] A busca de abertura do setor educacional aos investimentos privados; 2- “[...] globalização dos sistemas educacionais...”; 3- “[...] refere-se ao fortalecimento das chamadas “universidades corporativas [...]”; 4- “[...] incentivo à educação a distância [...] apoiada na comercialização de “pacotes educativos.”; 5- “[...] transferência de recursos orçamentários da educação superior à educação básica.

No caso do Brasil, segundo Lima (2008, p. 55),

A gênese e o desenvolvimento da educação superior no Brasil são atravessados e constituídos pelas relações econômicas, políticas e ideoculturais estabelecidas historicamente em nossa formação econômico-social. Vários pesquisadores analisaram esse desenvolvimento – da Colônia aos dias atuais.

Nesse sentido, um desses pesquisadores, ao analisar a realidade educacional mais recente diz que, “Há muitos anos, a literatura educacional destaca uma realidade preocupante, que aflige a educação superior brasileira e, em particular ao conjunto de universidades e Instituições de Ensino Superior (IES) públicas” (MINTO, 2006, p. 139). Ao procurar expor em longos períodos uma síntese da trajetória da concepção de ensino superior brasileiro, entende esse autor que,

Desde a criação da USP, em 1934, o ensino superior no Brasil estava basicamente organizado segundo um “modelo ideal”, com uma orientação para o formato institucional das universidades. Essa orientação sintetizou, em seu tempo, a existência de uma preocupação com a organização das instituições de ensino superior e com o tipo de ensino a ser administrado. Orientação esta que, nos anos do chamado nacional-desenvolvimentismo, indicava a busca

pelo cultivo do saber independente e autônomo (nacionalmente produzido) e coerente com o sonho de construção de um projeto de capitalismo autônomo no país. [...] Na CF/1988, essa concepção de ensino superior, pautada no princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, seria consagrada nos termos da autonomia didático-científica, administrativa e financeira atribuída às universidades... [...]. Nos anos de 1990, no entanto, um dos pilares fundamentais das reformas do ensino superior foi o de acabar com esse tipo “ideal” de organização institucional que, de fato, sequer chegaria a se constituir e, muito menos, a predominar. Sobretudo nos documentos oficiais do MEC da época, tais reformas constituem-se em necessidades urgentes, e sua direção reafirma as premissas do Banco Mundial para o ensino superior (MINTO, 2006, p. 173-74).

A partir daí, seguem-se as mais variadas recomendações e mudança de direção no que diz respeito ao ensino superior e universidades públicas brasileiras.

Já na Constituição Federal de 1988, ao tratar dos recursos públicos, em seu artigo 213, lemos: “Os recursos públicos são destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas”. Nessa direção, a LDB/96 já aponta para uma diversificação e,

[...] formaliza a existência de cinco tipos básicos de instituições de ensino superior, qualificando-as em: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas e os Institutos Superiores, ou Escolas Superiores. Cria, ainda, um contrassenso ao pressupor universidades separadas por áreas de saber e a divisão entre instituições de ensino e de pesquisa (PEIXOTO, 2006, p. 32).

De acordo com Castro (2010, p. 203),

O processo de reformulação da política de educação superior no Brasil está embasado em um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias como: i) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) – Lei n. 10.861/2014; ii) o Decreto n. 5.205/2014, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; iii) a Lei de Inovação Tecnológica (n. 10.973/2014), que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; [...] vii) o Programa Universidade para Todos (ProUni) – Lei n. 11.096/2005, que oferece isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior; [...] x) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/Reuni – Decreto Presidencial n. 6.096/2007 [...]

Assim, na prática, foram adotadas várias reformas, incluindo leis, projetos, ações e os mais variados meios legais e institucionais. Nesse sentido, podemos citar alguns documentos oficiais referentes ao ensino superior, como,

o SINAES,³⁰ que substituiu o anterior “Provão” e propõe avaliar a educação superior, o PROUNI³¹, e o REUNI³², que antes denominava-se “Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras”, instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007.

A elaboração e publicação desses e outros documentos também indicam, em nível institucional, o processo de “reestruturação” e de “ajustamento” à “nova realidade” econômica, política e educacional, para a qual foi, e continua sendo, preciso que as IES façam algumas adaptações, principalmente no sentido de se aproximar e concretizar interesses do setor privado e empresarial, nacional e internacional, da área educacional.

Como consta no Art. 3º da lei que institui o SINAES,

A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais [...]

Mais adiante, no Art. 4º, determina que “A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas” (BRASIL, Lei 10.861/2004).

Já o PROUNI,

[...] é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, Lei 11.096/2005).

O REUNI é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades Federais. Foi instituído em 2007 e tem como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da

³⁰ BRASIL, Lei N° 10.86,1 de 14 de abril de 2004. Lei que institui o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

³¹ BRASIL, Lei N° 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Lei que “Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004”.

³² BRASIL, Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007. “Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI”.

estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, Decreto 9.096/2007).

Na UFRN, esse processo aconteceu de maneira que “[...] culminou na elaboração de um Plano de Reestruturação, abrangendo as seis dimensões do programa. Todos os centros e as unidades acadêmicas especializadas aderiram ao programa, totalizando 34 departamentos” (CRUZ; GOMES; ARAÚJO, 2012, p. 68).

Acompanhando a lógica das políticas públicas de educação nos últimos anos, o processo de expansão das universidades baseava-se em planos de metas e resultados propostos. Na UFRN, esse processo também não fugiu à regra.

No acordo de Metas nº 016, celebrado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a União, representada pelo Ministério da Educação, em abril de 2008, foi pactuado que o Plano de Reestruturação e Expansão – REUNI/UFRN deve promover a revisão da estrutura acadêmica, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação, fixadas através das metas globais:

- Elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento;
- Elevação da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início da assinatura do referido termo (CRUZ; GOMES; ARAÚJO, 2012, p. 69).

Os termos desse Acordo de Metas entre a UFRN e a União parecem estar de acordo as leis que definem o processo de expansão das universidades. Conforme a Lei nº 6.096/2007,

O programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Nessa direção, verifiquemos alguns resultados gerais desse processo. Paula (2012, p. 56), informa que: “No período de 1996 a 2006, o número das matrículas na graduação cresceu 52%, apresentando incremento considerável

na pós-graduação: dados apontam para um crescimento de 71% para o mestrado e 179% para o doutorado”.

Nesse sentido, pode-se verificar ainda que, com a política de bolsas e de isenção de impostos, houve um claro avanço do número de matrículas no ensino superior, ao mesmo tempo em que se percebe que essa significativa evolução do número de matrículas ocorreu principalmente nas instituições de ensino superior privadas.

Conforme diz Cislaghi (2011),

[...] o ensino superior teve duas fases na América Latina: uma de massificação, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1980, hegemonicamente no setor privado, e outra de privatização, já iniciada na década de 1970, mas que atinge maior fôlego na década de 1990.

Certamente, tais mudanças não se dão apenas por necessidades internas da educação superior. Como pode ser observado no próprio *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, “O setor econômico também tem necessidade de estabelecer parcerias de pesquisa com as universidades, tanto no mundo desenvolvido como no mundo em desenvolvimento [...]” (EDUCAÇÃO, 2012, p. 119). Por isso, como vínhamos afirmando ao longo deste capítulo referente às crises e suas consequências econômicas, políticas e socioeducacionais, concordamos com Silva (2012, p. 25-26), ao dizer que, “Os dilemas e impasses da crise no campo da educação brasileira, e em especial no ensino superior, não podem ser entendidos dissociados da compreensão dessa crise mais ampla [...]”. O Estado passou a ser um meio importante através do qual o capital procura se apropriar de recursos e fundos públicos, seja por meio de juros de dívidas, de troca de “favores” e propinas, seja através de isenção de impostos ou dos conhecidos “cortes nos gastos públicos”, refinanciamentos, entre outras formas mais ou menos institucionalizadas ou não.

Nessa linha de raciocínio, podemos verificar várias tentativas dos Estados e governos procurarem amenizar os efeitos da crise atual aplicando ou adaptando a mesma lógica empresarial (de mercado) à educação superior, tanto no que diz respeito às relações de trabalho como ao próprio funcionamento das universidades públicas.

Por isso, segundo Silva (2012, p. 85),

Inúmeros são os mecanismos adotados, como a prática de reduzir o financiamento para o ensino superior público [...]; congelar o salário do quadro de professores; não respeitar direitos trabalhistas; flexibilizar os contratos de trabalho; promover uma diferenciação entre as instituições universitárias; diversificar as fontes de financiamento; priorizar a implementação de universidades de ensino em relação às de pesquisa.

Em relação, por exemplo, ao financiamento, tornou-se comum em vários países a prática de desresponsabilização do Estado pelo sistema de ensino público superior. Para Sguissardi (2009, p. 233),

O financiamento e sua gradativa redução nas últimas duas décadas são os mais visíveis e fundamentais traços das reformas da educação superior tanto nos países centrais como nos da periferia e semiperiferia. A desresponsabilização progressiva do Estado com a manutenção do sistema público de educação superior tornou-se regra desde alguns anos passados do golpe de Pinochet, no Chile (1973), ou da posse de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1989). No caso do Brasil, isto se verifica a partir da presidência de Collor de Mello, acentua-se no octênio governamental de Fernando Henrique Cardoso e, até o momento, não se reverteu no governo Lula.

No Brasil, a interferência de organizações ligadas ao setor empresarial é emblemática. Exemplo disso, é o caso da Confederação Nacional da Indústria – CNI. De acordo com Rodrigues (2007, p. 40), “Com efeito, no contexto da chamada reestruturação produtiva, a CNI divulgou o documento *Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil* (CNI, 1988)”. Apesar de se referir a outros níveis de ensino, neste documento percebe-se uma preocupação principalmente com a universidade pública. Para Rodrigues, “Seu objetivo é, com isso, subordinar completamente a pesquisa e o ensino, ou seja, a universidade, às “necessidades econômicas”, isto é, às necessidades do grande capital industrial e, para tal, propõe seis ações articuladas”. Tais ações podem ser assim sintetizadas:

- 1- [...] a CNI aponta a necessidade de um maior rigor na transferência de recursos para as universidades.
- 2- propugnam-se a identificação e a divulgação dos centros de excelência, em nível de graduação e de pós-graduação [...]
- 3- a CNI pretende a criação de incentivos fiscais para promover a canalização de recursos privados para o sistema público de ensino, desde que garantida a participação direta das empresas na decisão sobre o destino desses recursos.

- 4- A implementação de programas especiais de alfabetização (português e aritmética) voltados para a força de trabalho industrial efetivamente empregada.
- 5- Refere-se à flexibilização no regime de dedicação exclusiva dos docentes-pesquisadores, na medida em que propõe a ampliação da „liberdade“ para participação daqueles em consultorias externas.
- 6- A confederação propõe ações para uma maior integração entre empresas e as universidades (ou centros de pesquisa) (RODRIGUES, 2007, p. 42-44).

Além disso, a CNI propunha a participação de empresários ou representantes nas decisões e formulações da política tecnológica em órgãos da universidade e, ainda, uma „atitude empresarial“ com a finalidade de redefinir as suas funções e objetivos”. Como conclui Rodrigues (2007, p. 45), “Enfim, a *competitividade* é tomada como um verdadeiro *paradigma pedagógico* para a educação brasileira, em particular para a educação superior, notadamente as universidades públicas”. Essas características ganham ênfase com a progressiva mudança de concepção de universidade, do modelo europeu para a influência do modelo americano.

Corroborando essa análise, ao se referir à universidade pública, Silva (2012, p. 85) identifica que, “Como se fosse uma empresa, à universidade pública tem sido atribuído o pecado da falta de competitividade. Essa característica do mercado vem, gradativamente, se impondo como uma prática da universidade”.

Daí, os planos governamentais de vários tipos que passaram a orientar as “novas” funções da educação em geral e especialmente das universidades, com ênfase em conceitos como produtividade, competência, empreendedorismo, avaliação por resultados, eficiência, flexibilidade, etc.

Podemos, então, afirmar que, assim como o setor industrial e o “mundo do trabalho” tiveram de passar por uma reestruturação em suas bases e organização no sentido de acompanhar as exigências e mudanças provocadas pela crise do capital, na mesma lógica, também, o setor de serviços e, mais especificamente, a educação superior, aos poucos, foram se adaptando a tais mudanças a ponto de as universidades às vezes perderem as suas características próprias de instituição que oferece uma formação mais ampla e deve articular ensino, pesquisa e extensão.

c) A Instituição Universidade

A história do surgimento da instituição Universidade remonta ao período medieval. Surge não enquanto universidade como a conhecemos hoje, mas como um certo tipo de estudos avançados.

A partir do século XII, houve um recrudescimento urbano e comercial na Europa, o que possibilitou um maior intercâmbio entre os países e uma maior valorização do conhecimento. É nesse contexto que se deve compreender a origem da instituição universidade. Os primeiros estabelecimentos de estudos tinham o nome de *studia*. Estes, “[...] eram lugares de instrução que gravitavam em torno de um ou mais bons mestres” (SILVA, 2008, p. 11). Com o aumento da procura, esse tipo de instituição medieval de estudos avançados foi se desenvolvendo, de forma que,

Os *studia* passaram a atrair estudantes de quase toda a Europa cristã. [...] Posteriormente, em função do significado universal de seu ensino, o *studium* (que significava o estabelecimento de ensino superior) passou a se chamar *studium generale*. Os primeiros e mais famosos, pela qualidade de seu ensino, foram o de Bologna, na Itália, e o de Paris, na França. Posteriormente o *studium generale* passou a ser chamado de universidade (SILVA, 2008, p. 11).

Daí, principalmente a partir do século XIII, a expansão desse tipo de instituição de ensino superior agora denominada de universidade só fez aumentar em praticamente toda a Europa.

A universidade do século XII começou a se espalhar pelo continente europeu. Ela abarcava vários domínios do saber de então, como: Direito Romano, Direito Canônico, Artes e Medicina e era estruturada por meio de corporações de professores, corporações de estudantes ou repúblicas de estudantes estrangeiros que se organizavam segundo o país de origem (SILVA, 2008, p. 11).

São conhecidas as primeiras criações da instituição universidade, em vários locais, como é o caso de *Bolonha*, na Itália, e de Paris, na França. Pode-se citar, entre outras, ainda, na Europa, a Universidade de Lisboa, depois Coimbra (1290), Universidade de *Louvain*, na Bélgica (1415), *Colege de France*. E, “A mais famosa delas, a Universidade de Salamanca”. Quanto à América, principalmente nas colônias espanholas, podemos citar, por exemplo, a fundação de universidades em São Domingos, a primeira, na América Central

(1538), México (1553), e, posteriormente, no Peru, Chile e Argentina, em 1613 (SILVA, 2008, p.11-12).

No Brasil, a fundação da instituição universidade foi bastante tardia. Como pode ser verificado, de acordo com Morhy (2004, p. 25),

A universidade chegou ao Brasil com grande atraso. Até 1900 não existiam mais do que 24 escolas de educação superior no País e até o final da primeira década do século passado, não havia uma única universidade, enquanto as universidades de Bolonha, Santo Domingo, Córdoba, Oxford e Paris completavam quase 700 anos (Bolonha), 686 anos (Oxford), 372 anos (Santo Domingos), 297 anos (Córdoba-Argentina) 274 anos (Harvard).

Tal atraso deve-se, tudo indica, ao fato de que,

Portugal jamais teve interesse em fundar universidades em sua colônia, o Brasil. Só após a chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, com sua corte, é que foram criadas em nosso país instituições de ensino superior, escolas profissionalizantes, não universidades. Data dessa época, por exemplo, a criação de uma aula de medicina em Salvador, a qual posteriormente deu origem a Faculdade de Medicina de Salvador, atualmente pertencente à universidade Federal da Bahia. A partir de então foram criadas *instituições isoladas* de ensino superior, como Faculdades de Direito, Escolas de Engenharia e Escolas Militares (SILVA, 2008, p. 12).

Segundo Morhy (2004), “Várias iniciativas visando a criação de uma universidade no Brasil estão registradas [...]”, como podemos ver na lista abaixo:

- 1592 – Universidade do Brasil – (“[...] chegou a ser instalada em 1592 pelos jesuítas na Bahia, mas esta instituição não foi reconhecida ou autorizada, nem pelo Papa e nem pelo Rei de Portugal”).
- 1909 – Escola Livre de Manáos/Universidade de Manáos – (“Em 17 de janeiro de 1909 começou a funcionar a Escola Livre de Manáos, que passou a denominar-se Universidade de Manáos, a partir de 13 de julho de 1913”).
- 1912 – Universidade do Paraná – (Criada “pela Lei Estadual Nº 1.284 de 1912, a qual foi depois desautorizada pelo decreto Nº 11.530 de 19/3/1915 [...]).

- 1920 - Universidade do Rio de Janeiro – (“[...] que resultou da fusão da Escola Politécnica com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito [...]).
- 1934 – Universidade de São Paulo – (“Nascia então a USP sob o espírito da mudança pedagógica e da filosofia da educação social-radical e a sua ação influenciou muito o sistema educacional paulista e brasileiro”).
- 1935 – Universidade do Distrito Federal – (“[...] logo depois extinta e absorvida pela Universidade do Brasil, antes denominada Universidade do Rio de Janeiro”).
- 1961 – Fundação Universidade de Brasília/Universidade de Brasília – (“Em 15 de dezembro de 1961 foi criada a Fundação Universidade de Brasília, com o objetivo de criar a Universidade de Brasília, instituída um mês depois, em 15 de janeiro de 1962”).

É oportuno lembrar que, além de universidades, nesse processo de instituição do ensino superior no Brasil, ocorreram vários eventos importantes e foram criados diversos órgãos também importantes, na área de educação.

Temos, por exemplo, como registra, ainda, Morhy (2004):

- a criação do Ministério da Educação em 1930;
- a Reforma Francisco Campos em 1931 (“Considera-se que esta reforma além de estabelecer bases mais claras e definidas para o ensino médio, criou o primeiro Estatuto da Universidade Brasileira [...]);
- o Manifesto dos Pioneiros, em 1932 (“O Manifesto dos Pioneiros foi a mais importante bandeira de mudanças educacionais no Brasil, de 1932 a 1942, priorizando a educação e pedindo uma reforma integral da organização e dos métodos de toda a educação nacional”);
- a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961 (“Essa lei era bastante conservadora e não trouxe avanços importantes em matéria de educação superior”);
- a Lei de Reforma Universitária, em 1968 (“A Lei de Reforma Universitária – Lei Nº. 5540 de 28/11/68 – e o Decreto-Lei Nº 464, de 11/fev/69, trouxeram mudanças tais como o vestibular classificatório, a criação dos Institutos Básicos e dos Departamentos, a criação de cursos

de curta duração, a chamada indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, regimes de tempo integral e de dedicação exclusiva de professores, institucionalização da pesquisa e outras inovações”).

Houve, na sequência, também:

- a Emenda João Calmon, em 1983 (“Por essa emenda à Constituição que estava em vigor, a União ficou obrigada a aplicar nunca menos de 13% e os estados, o Distrito Federal e os municípios, no mínimo 25% da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento da educação”);
- a promulgação da Constituição Federal, em 1988 (“Entre outras medidas, a nova Constituição Federal estabeleceu a aplicação de, no mínimo, 18% da receita anual de impostos federais para a manutenção e o desenvolvimento da educação; garantiu a gratuidade da educação pública, nos estabelecimentos oficiais; a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; a autonomia das universidades; criou o Regime Jurídico Único [...]”);
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 (“A nona LDB estabeleceu princípios de igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade da educação pública, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática; introduziu as bases legais da educação a distância para todos os níveis e modalidades de ensino; garantia de qualidade, qualificação docente e avaliação sistemática; dissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão em instituições de educação superior não universitárias”).

Em seguida, tivemos o Plano Nacional de Educação (“[...] aprovado para o decênio 2001-2010, prevê oferta de vagas em cursos superiores para 30% de jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos” (MORHY, 2004).

Ainda no Brasil, além da Constituição Federal, a lei que orienta e dá as diretrizes para a educação nacional é a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Em seu artigo 3º, que trata dos princípios básicos para o ensino, na LDB, temos: [...]

- IX. garantia do padrão de qualidade;

- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

No capítulo IV, o artigo 43 se refere ao ensino superior e à sua finalidade:

I. “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

[...]

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

[...]

VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, LDB, Lei nº 9.394/96).

Ainda em seu artigo 47, que trata carga horária efetiva de trabalho anual, diz que, “Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”.

O texto da LDB em seu artigo 52, procura definir o que se entende por universidade: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- I. Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II. Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III. Um teço do corpo docente em regime de tempo integral”.

Ainda no parágrafo único desse mesmo artigo, a LDB garante que “Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes” (BRASIL, LDB, Lei nº 9.394/96).

No texto “LDB fácil: leitura crítico-compreensiva – artigo a artigo”, Carneiro (2008), desenvolve importantes comentários críticos ao conteúdo da LDB. Citamos alguns artigos apenas para lembrar que, neste caso, nos aspectos mais gerais, a atividade do professor universitário tem como principal parâmetro legal essa lei da educação, e que, portanto, essas diretrizes podem ter implicações tanto nas necessárias condições adequadas de trabalho quanto no desenvolvimento das atividades de trabalho e, conseqüentemente, também, no *tempo livre* desse profissional.

Enfim, é fato que, diante da crise contemporânea, do complexo processo de mudanças no “mundo do trabalho” e das várias reformulações nas políticas públicas educacionais, tais conseqüências tenham, de formas diferenciadas, profundas implicações na atividade de trabalho, nas condições de trabalho e no *tempo livre* do professor universitário de várias universidades. É o que pretendemos verificar no capítulo 4 desta tese/trabalho de pesquisa, no caso da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando faremos a apresentação e análise dos dados.

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADE DE TRABALHO E *TEMPO LIVRE* DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

a) A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

A criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN também está inserida no mesmo contexto histórico do processo de criação de outras universidades no Brasil, sobre o qual já nos referimos.

Como pode ser verificado, na página oficial dessa universidade consta que,

“A Universidade Federal do Rio Grande do Norte³³ origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada em 25 de junho de 1958,³⁴ através de lei estadual, e federalizada em 18 de dezembro de 1960³⁵. A Universidade do Rio Grande do Norte, instalada em sessão solene realizada no Teatro Alberto Maranhão, em 21 de março de 1959, foi formada a partir de faculdades e escolas de nível superior já existentes em Natal, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia; a Faculdade de Direito; a Faculdade de Medicina; a Escola de Engenharia, entre outras.

A partir de 1968, com a reforma universitária, a UFRN passou por um processo de reorganização³⁶ que marcou o fim das faculdades e a consolidação da atual estrutura, ou seja, o agrupamento de diversos departamentos que, dependendo da natureza dos cursos e disciplinas, organizaram-se em Centros Acadêmicos”.

Neste mesmo documento em formato digital no *site* da UFRN, lemos ainda:

"A estrutura da UFRN foi modificada, novamente, por meio de um Decreto de 1974 (Nº 74.211), constituindo-se, também, a partir de então, do Conselho Universitário (CONSUNI), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho de Curadores (CONCURA) e Reitoria.

³³ Disponível em: <<http://www.ufrn.br/institucional/sobre-a-ufrn>>.

³⁴ Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958.

³⁵ Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960.

³⁶ Cf. Plano de Reestruturação aprovado pelo Decreto nº 62.091, de 09 de janeiro de 1968. Depois modificado pelo Decreto nº 74.211, de 24 de junho de 1974.

Uma reforma do Estatuto da UFRN, concluída em 1996, estabeleceu a estrutura em vigor hoje na Universidade, acrescentando-se aos conselhos existentes o Conselho de Administração (CONSAD) e criando, na estrutura acadêmica, as Unidades Acadêmicas Especializadas e os Núcleos de Estudos Interdisciplinares”.

Segundo o que consta na mesma página,

Atualmente, a UFRN oferece 84 cursos de graduação presencial, 9 cursos de graduação à distância e 86 cursos de pós-graduação. Sua comunidade acadêmica é formada por mais de 37.000 estudantes (graduação e pós-graduação), 3.146 servidores técnico-administrativos e 2 mil docentes efetivos, além dos professores substitutos e visitantes³⁷.

De acordo com o que consta na página oficial da UFRN,

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, CNPJ nº 24.365.710/0001-83, é uma instituição de caráter público, organizada sob a forma de autarquia de regime especial e mantida pelo Ministério da Educação, sito à Avenida Salgado Filho, 3.000 – Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59.078-9000³⁸.

Quanto aos dados acima citados referentes ao número de cursos, identificamos que não há uniformidade, já que em outro documento, publicado em 2010, também pela mesma instituição, verificamos alguns dados diferentes. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional, “Atualmente, a UFRN conta com 78 cursos de graduação, sendo 71 na modalidade presencial e 7 cursos na modalidade a distância”³⁹. Nesse caso, é possível que essa ligeira discordância nos dados publicados seja apenas uma questão de atualização dos mesmos.

A UFRN desenvolve atividades tanto em Natal, a capital do estado do Rio grande do Norte, como no interior do estado. Além disso, desenvolve ainda atividades em outros estados, como verificamos, a seguir:

Hoje, a UFRN está presente em 2 *campi* em Natal – Campus Central e Campus da Saúde – e 5 *campi* no interior: Campus de Caicó – CERES; Campus de Currais Novos – CERES; Campus do Cérebro – Instituto do Cérebro; Campus de Macaíba – Escola Agrícola de

³⁷ NATAL. ORGANIZAÇÕES UFRN. Disponível em: <http://dados.ufrn.br/organization/about/ufrn>.

³⁸ NATAL/RN. UFRN EM NÚMEROS 2012 – 2015. Disponível em: www.ufrn.br/resources/documentos/ufnemnumeros/UFRN-em-numeros-2012-2015.pdf.

³⁹ PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: 2010-2019. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Jundiaí e Campus de Santa Cruz – Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, em 62 municípios com ações de extensão universitária e em 20 polos presenciais de apoio à educação a distância, 12 localizados no Rio Grande do Norte e 8 em outros estados: Paraíba, Pernambuco e Alagoas⁴⁰.

Vejamos, a seguir, brevemente, um pouco sobre a atividade de trabalho e quem é o professor universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “objeto”/sujeito da nossa pesquisa.

b) O professor universitário do magistério superior – UFRN

É importante termos em conta a complexidade do exercício da profissão docente, que envolve diversos elementos nem sempre fáceis de identificar em sua prática e especificidade.

Quanto à atividade de trabalho do professor universitário⁴¹, “Talvez não haja dúvida nenhuma de que a peça fundamental no desenvolvimento da docência universitária são os professores” (ZABALZA, 2004, p. 105).

No caso da UFRN, durante o período da pesquisa, foi verificado que, segundo dados publicados no *site* da própria instituição, existem atualmente 107 (cento e sete) cursos presenciais, 8 (oito) Centros Acadêmicos e 82 (oitenta e dois) Departamentos Acadêmicos em funcionamento na universidade.

Como observado na Resolução n° 171/2013 – CONSEPE-UFRN, em seu artigo 2°, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do norte – UFRN,

[...] a execução, o registro e o controle das atividades acadêmicas competem aos docentes, às Coordenações de Cursos, aos Departamentos Acadêmicos, às Unidades Acadêmicas Especializadas, aos Centros Acadêmicos e à Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, cabendo a esta última a sua coordenação geral⁴².

⁴⁰ Plano de Desenvolvimento Institucional: 2010-2019 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

⁴¹ A respeito da profissão docente, pode-se ver, entre outros: Zabalza (2004); Tardif e Lessard (2008); Pimenta e Anastasiou (2010); SILVA (2012); Maia (2014); Monteiro (2015); Duarte (2017).

⁴² NATAL/RN. UFRN. Resolução n° 171/2013-CONSEPE, de 5 de novembro de 2013. “Aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”.

Referente ao quadro docente, de acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, na UFRN, “A distribuição do quadro docente em razão do regime de trabalho aponta uma predominância do regime de dedicação exclusiva da ordem de 85%” (PDI, 2010). No nosso caso, referente à situação do vínculo institucional de trabalho, registramos que 93,7% dos professores-participantes da nossa pesquisa têm regime de trabalho de dedicação exclusiva.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, conforme consta na Resolução n° 250/2009-UFRN⁴³, de acordo com o que determina o seu Artigo 1°, do capítulo I, “O professor de 3° grau será submetido a um dos seguintes regimes:

I - regime de 20 horas semanais;

II - regime de 40 horas semanais;

III – regime de 40 horas semanais com dedicação exclusiva, nos termos da legislação superior e das normas internas da UFRN”.

Essa mesma resolução, no Artigo 2°, do capítulo II, define que “A integralização da carga horária docente, independentemente do regime de trabalho, deverá ser preenchida com atividades de ensino e/ou de pesquisa, e/ou de extensão, e/ou aquelas referentes às demais atividades administrativas de interesse institucional”.

Quanto à distribuição de carga horária dos professores, como regulamentado pela Resolução n° 250/2009 – UFRN, depende do regime de trabalho, como verificado no artigo 3°, capítulo II. Assim, “O professor de 3° grau, a depender do regime de trabalho, deverá integralizar como componente de sua carga horária anual de ensino:

I - um mínimo de 240 horas-aula até o máximo de 360 horas-aula anuais, para os professores de 3° grau em regime de 20 horas semanais;

II - um mínimo de 240 horas-aula para os professores de 3° grau em regime de 40 horas semanais, com ou sem dedicação exclusiva, até o máximo de 600 horas-aula anuais (no caso de professores que, conjuntamente, estejam atuando apenas no ensino)”.

⁴³ NATAL/RN. UFRN. Resolução n° 250/2009-CONSEPE/UFRN, de 29 de dezembro de 2009. “Fixa normas para distribuição da carga horária do professor de 3° grau por regime de trabalho”. A esse respeito, esta era a resolução vigente no período de realização da nossa pesquisa na UFRN.

Para acompanhamento e avaliação das atividades do professor universitário, existem o PID – Plano Individual de Trabalho Docente,⁴⁴ e a Resolução atual nº 229/2016-UFRN faz referência, também, ao RID – Relatório Individual Docente)⁴⁵. “Os Planos Individuais de Trabalho Docente devem ser orientados pelos objetivos institucionais, conforme os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os Planos Trienais das Unidades Acadêmicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI”.

Conforme a Resolução nº 250/2009-UFRN, o PDI – Plano Individual de Trabalho Docente, “deve ser submetido à aprovação pelo plenário do Departamento ou da Unidade Acadêmica Especializada”. Com isto, a intenção, segundo a referida resolução, é “promover as condições necessárias ao exercício da docência em conformidade com os objetivos estabelecidos para a unidade acadêmica nos aspectos quantitativos e qualitativos”.

Assim, “teoricamente”, é o que se propõe. Na prática, verifica-se que o exercício das atividades de trabalho do professor universitário é bem mais complexo.

Enfim, “À Pró-Reitoria de Planejamento cabe o acompanhamento e avaliação dos Planos Individuais de Trabalho Docente”.

No que se refere, especificamente, ao período e aos sujeitos-participantes da presente pesquisa, do total geral de 247 professores (com doutorado ou não) dos 8 (oito) Departamentos selecionados de cada um dos 8 (oito) Centros Acadêmicos, da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 159 professores têm o título de Doutorado, o que equivale a 64,37% deste total, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Professores da UFRN – (8 Departamentos)		
DEPARTAMENTOS	PROFESSORES (Geral)	PROFESSORES (Doutorado e Efetivo)

⁴⁴ O PDI-UFRN, deve servir de “referência para acompanhamento e avaliação do professor de 3º grau”, nessa instituição.

⁴⁵ Resolução nº 229/2016-CONSEPE-UFRN, de 20 de dezembro de 2016. “Aprova normas sobre regime de trabalho, atividades de docente em regime de dedicação exclusiva e distribuição de carga horária de professor do Magistério Superior”. Assim, atualmente, “O PID e o Relatório Individual Docente (RID) dos dois semestres anteriores servirá como base para a Chefia de Departamento ou Unidades Acadêmicas Especializadas, aprovado em suas respectivas plenárias, distribuir a carga horária de ensino dos docentes para o semestre seguinte”. Essa Resolução nº 229/2016, também atualiza e revoga a Resolução anterior nº 250/2009-UFRN. Foi publicada enquanto realizávamos a presente pesquisa.

CIÊNCIAS SOCIAIS (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes)	26	24
SERVIÇO SOCIAL (Centro de Ciências Sociais Aplicadas)	27	18
ECOLOGIA (Centro de Biociências)	16	15
FUNDAMENTOS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO (Centro de Educação)	53	36
MEDICINA INTEGRADA (Centro de Ciências da Saúde)	54	13
ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Centro de Tecnologia)	16	11
INFORMÁTICA E MATEMÁTICA APLICADA (Centro de Ciências Exatas e da Terra)	39	37
DIREITO (Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES)	16	5
Total	247 (8 departamentos selecionados)	159 64,37%

Fonte: Elaborado pelo autor (com base no site oficial da UFRN).

Dos 159 professores doutores, dos departamentos acadêmicos selecionados, 40,88% participaram da pesquisa (questionário e/ou entrevista), o que equivale a um total de 65 professores-participantes.

Dos 63 (sessenta e três) professores que responderam ao questionário, 42,9% têm mais de 10 (dez) a 30 (trinta) anos de tempo de serviço; 38,1% têm mais de 3 (três) a 10 (dez) anos de serviço; apenas 9,6%, têm até 3 (três) anos de serviço. E, 9,5% têm mais de 30 (trinta) anos de tempo de serviço na instituição.

Aplicamos questionário e realizamos entrevistas com professores de cada um dos 8 (oito) Departamentos Acadêmicos selecionados para esta

pesquisa, contemplando, portanto, todos os Centros Acadêmicos da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

c) Atividade de trabalho e *tempo livre* do professor universitário

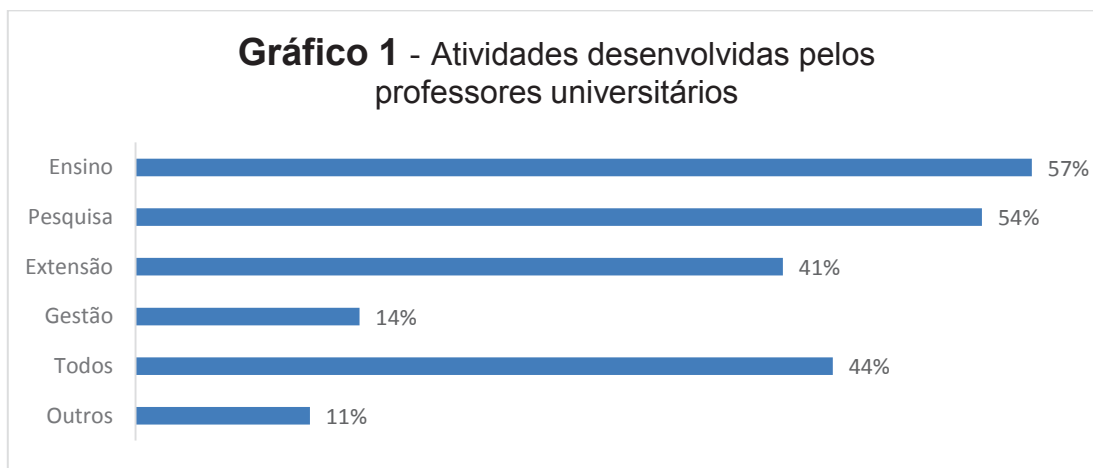
Neste item, faremos a apresentação e análise dos dados coletados, a partir da percepção do professor universitário. Trata-se de entender, no contexto atual, as expressões das categorias atividade de trabalho e *tempo livre* no que diz respeito à atividade do professor universitário no contexto da crise contemporânea do capital. Iniciaremos com os dados sobre a atividade de trabalho e em seguida trataremos do *tempo livre* do professor universitário, analisando a relação entre ambos. De maneira que os dados dos questionários, quando possível e necessário, serão complementados e enriquecidos, também, pelos depoimentos/relatos dos sujeitos pesquisados.

Procuramos responder a algumas questões, como:

- O professor universitário está trabalhando mais ultimamente? Quais os indicadores que permitem informar que o professor universitário está dedicando mais tempo a atividades de trabalho?
- Qual a relação entre a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário no contexto atual?
- Como o professor universitário da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, percebe o tempo dedicado ao trabalho e ao seu *tempo livre*?

Nesta parte final do texto, serão utilizados, principalmente, os dados coletados via questionários e os relatos a partir das entrevistas realizadas.

No caso da pesquisa empírica, dos 63 professores-participantes que responderam ao questionário, 57% (36 professores) desenvolvem atividades de ensino, 54% (34 professores), atividades de pesquisa, 41% (26 professores), atividades de extensão, e 44% (28) dos professores responderam que desenvolvem todas as atividades postas como alternativas (ensino, pesquisa, extensão e gestão).



Fo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Questão de múltipla escolha

De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 1, o ensino, seguido da pesquisa, são as atividades que os professores mais desenvolvem. Porém, no caso do Departamento de Medicina, “a maior parte do tempo é de atividade docente mesmo. A atividade de extensão consome a outra parte, junto com atividades administrativas, preenchimento de formulários, preparação de aulas, orientação de alunos” (P15).

Talvez, a pesquisa, neste caso, não tenha se destacado junto ao ensino pelo fato de, no Departamento de Medicina, por enquanto, ainda não existir pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado.

É importante observar que, em alguns casos, quando a somatória das porcentagens atinge mais de 100%, é porque se trata de uma questão de múltipla escolha. Assim, em várias questões, como, por exemplo, no Gráfico 1 (“atividades desenvolvidas pelos professores universitários”), foi possível ao professor/participante escolher mais de uma alternativa ao mesmo tempo.

Perguntados se participam de base ou grupo de pesquisa, 92,1% (28 professores-participantes), responderam sim e 7,9% (5) responderam não.

Atualmente (referimo-nos ao período em que foi realizada esta pesquisa), 95,2% (60) dos 63 professores-participantes da pesquisa que responderam ao questionário, desenvolvem pesquisa científica, teórica ou empírica, individual ou coletiva, relacionada à sua área de formação profissional. Apenas 4,8% (3 professores) disseram que não. Em relação à

quantidade de pesquisas que desenvolvem, 71,6% (43 professores) estão desenvolvendo de 1 (uma) a 3 (três) pesquisas, atualmente.

No tocante às condições materiais de trabalho e equipamentos de trabalho adequados, 49 professores-participantes responderam que dispõem de material e equipamentos adequados e suficientes para execução de suas atividades de trabalho na instituição, sim. Sobre essa mesma questão, 14 professores responderam não.

Equipamentos para desenvolver suas atividades de trabalho, neste caso, não se constituiu um problema para a maioria dos professores-participantes. Além de computador, impressora, papel, tinta, *scanner*, mesa, entre outros, alguns professores informaram que dispõem de telefone institucional, equipamentos de laboratório, *datashow*, filmadora, projetor etc.

Dos professores que trabalham com ensino e/ou pesquisa, 50,8% (32 professores) dispõem de bolsistas/auxiliares e 47,6% (30) informaram que não dispõem de bolsistas/auxiliares para ajudar em suas atividades de trabalho em ensino ou pesquisa. E 1,6% (1 professor) não respondeu. Um professor respondeu que tem bolsista apenas em alguns semestres. E outro, informou: “pago um bolsista do meu bolso”.

Quanto à participação em bancas examinadoras, a quase totalidade dos professores-participantes (98,4% = 62 professores) que responderam ao questionário de pesquisa informou que participa de bancas examinadoras. E apenas um professor (1,6%), respondeu que não participa.

Dos 98,4% que responderam sim, 58,1% participam de bancas examinadoras com uma frequência média de 3 a 6 por semestre.

No que se refere ao tempo para ler e preparar arguição, 50% (31 professores) informou que esse tempo é pouco e 41,9% (26) entende que é suficiente. E 5 professores (8,1%) não responderam.

Uma das características da atividade do professor universitário, é o tempo utilizado/necessário para a preparação das tarefas, para em seguida serem realizadas. É o caso, também, do ensino, da participação em bancas examinadoras, das atividades de orientação e das atividades de elaboração de trabalhos para publicação e/ou participação em eventos técnico-científicos.

Como relata este professor, “Todas as atividades preparatórias, seja da atividade de ensino, seja da atividade de pesquisa, seja da produção

acadêmica, ela não se limita a você circunscrever um tempo de trabalho dentro de uma jornada” (P7). Isto é, para cada atividade realizada, é necessário um *tempo de preparação*. Segundo esse professor-participante, “fazendo um trabalho para apresentar em um evento científico, até você preparando aula, logicamente, você está em casa e sente necessidade de usar parte daquele seu *tempo livre* para preparar essas atividades” (P11).

Na prática, isso significa que, somando-se o tempo de realização e o tempo de preparação (seja de atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou gestão), encontramos mais um indicador que permite o prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho.

São tipos de tarefas/atividades importantes durante o processo de realização, que exigem tempo, mas que, por vários motivos, nem sempre aparecem de forma palpável ou *visível*, pois, se *escondem* na aparência do resultado mediato/imediato e, portanto, muitas vezes, não são contabilizadas institucionalmente, inclusive por órgãos ou agências avaliadoras. São atividades que, aqui, preferimos denominar de *atividades difusas*.

Dos 63 professores que responderam ao questionário, 61 estavam desenvolvendo atividades de orientação. Apenas 2 professores não estavam desenvolvendo esse tipo de atividade durante o semestre em que realizamos a pesquisa.

A quantidade de orientações geralmente varia. No momento da pesquisa, dos 63 professores-participantes respondentes dos questionários, a maioria (83,6%) respondeu que geralmente estava com 4 a 6 ou até mais de 6 orientações.

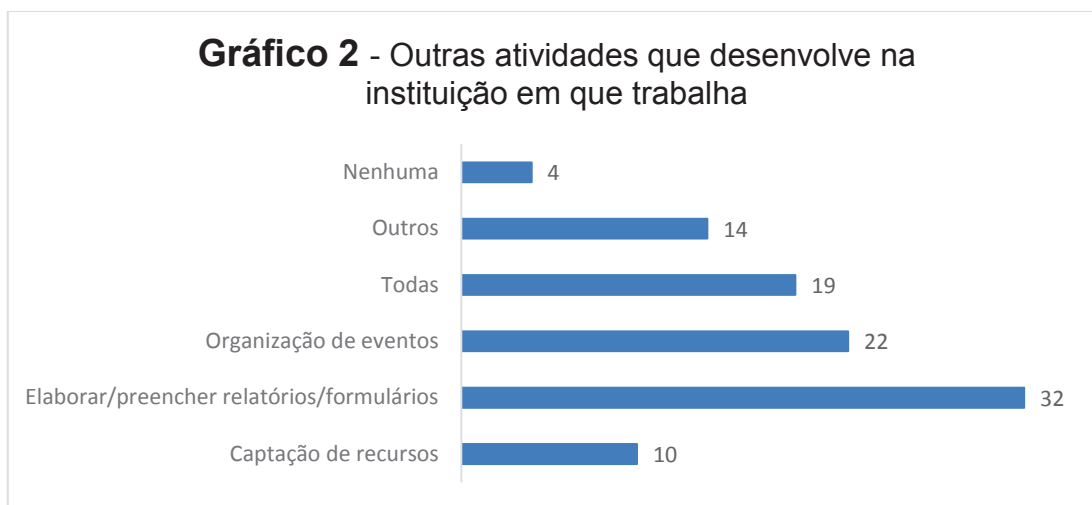
Cabe destacar que o professor universitário desenvolve vários tipos de orientações. Por exemplo, há orientação de alunos em cursos de mestrado, de alunos em cursos de doutorado, de Programas de incentivo à pesquisa, de Programas de incentivo ao ensino, orientação acadêmica permanente, orientação de estágio. Cada uma com suas exigências e especificidades, como é o caso da orientação de alunos do internato e da residência médica realizada pelos professores do Departamento de Medicina. Entre outras atividades, mais comuns ou específicas às várias áreas do conhecimento.

A maioria dos professores (92,1% = 58), informou que participa de eventos técnico-científicos locais, nacionais e/ou internacionais, em sua área

de atuação profissional. Destes, 70,6% dos professores universitários participa entre 1 a 3 vezes ao ano, 3,4% participa uma vez a cada 2 anos, 12% participa mais de 3 vezes a cada ano; 1,7% respondeu que participa “quando há trabalho para apresentar” e 12,1%, não responderam.

A participação dos professores em eventos técnico-científicos segue a mesma lógica do ensino e orientação. Pressupõe um tempo dedicado à pesquisa, elaboração, preparação, escrita, para em seguida ser efetivado.

Eis ainda, no Gráfico 2, outras atividades desenvolvidas pelo professor universitário:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: Questão de múltipla escolha.

Observe-se que, de acordo com o Gráfico 2, parte significativa dos professores-participantes informou que desenvolvem várias outras atividades. Nesse caso, algumas delas poderiam ser realizadas por outro profissional da área técnica, como, preenchimento de relatório, às vezes no processo de captação de recursos ou parte da logística na realização de eventos. Percebe-se, assim, um processo de *incorporação* de atividades. Isto é importante, porque as atividades não apenas se dividem, mas, também, se somam e/ou se multiplicam, o que pode contribuir para a realização de mais atividades, múltiplas tarefas simultaneamente e menos tempo para dedicar a cada uma.

O próprio fato de estar trabalhando mais ou desenvolvendo maior número de tarefas, dedicando mais tempo a atividades de trabalho, faz com que o professor universitário tenha o seu *tempo livre* cada vez mais curto. Além disso, o aumento do tempo dedicado a atividades de trabalho não interfere

apenas no *tempo livre*, mas também no desenvolvimento da própria atividade de trabalho do professor, como podemos perceber em seus relatos.

E é claro que se você sacrifica determinadas áreas, isso termina tendo algum reflexo também na sua produção intelectual, na qualidade da sua produção intelectual, porque essa produção intelectual exige que você tenha um tempo livre relativamente grande pra que certos processos mentais sejam ativados. Você está preocupado com um artigo que tá escrevendo, mas isso não é só na hora que você está escrevendo, você acorda e começa a pensar em mil e uma coisas, entre elas o artigo que você tá fazendo. Eu acho que você está mais pronto pra produzir intelectualmente quando você está bem. Então, isso significa que você não pode absorver todo seu tempo apenas na atividade acadêmica (P6).

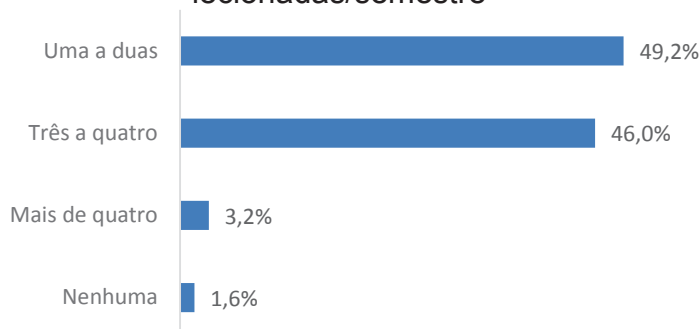
Também, na reflexão desses professores, a seguir, fica explícita a relação que fazem entre o tempo de trabalho e o *tempo livre*. É o que acontece quando questiona se pudesse trabalhar menos horas e dedicar mais tempo ao que gostaria de fazer. E concluem, relacionando a possibilidade de trabalhar menos com a própria atividade de trabalho e com o tempo de vida.

Eu acho que esse tempo, de não fazer nada, entre aspas, ele é importante para a criatividade, para o exercício da inteligência mesmo, ou seja, para conectar ideias que pareciam distantes (P10).

Então, se a gente pudesse trabalhar menos horas na produção e tivesse mais tempo pra estar com as pessoas que a gente gosta e fazendo coisas que a gente “curte”, talvez a gente até produzisse um pouco mais e pudesse viver um pouco mais também. Mas ... não sei, eu tenho a impressão que sim (P13).

Quanto ao número de disciplinas que lecionam, incluindo graduação, mestrado e/ou doutorado, 49,2% (31 professores) lecionam em média 1 a 2 disciplinas e 46% (29 professores) responderam que lecionam em média de 3 a 4 disciplinas por semestre. E 3,2% (4 professores) lecionam mais de 4 disciplinas. Apenas 1 professor respondeu que não estava lecionando nenhuma disciplina naquele semestre.

Gráfico 3 - Média de disciplinas lecionadas/semestre



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao observarmos o Gráfico 3, vemos que quase metade (46% = 29) dos 63 professores-participantes lecionam entre 3 a 4 disciplinas por semestre.

A esse respeito, do tempo ocupado com o ensino/disciplinas/cursos, vejamos o que pensam e relatam esses professores/participantes, a seguir:

eu diria que a atividade de ensino ocupa, se a gente for computar, se a gente tivesse um dia de trabalho realmente de 8 horas,... e acho que nós professores temos muito mais do que isso, eu acho que as atividades de ensino, entendidas assim, de forma mais ampla, não apenas como a presença na sala de aula, mas todo o resto, preparação de aula, leituras, orientação, atendimento de alunos, o tempo que você gasta se comunicando, que hoje é um tempo muito grande, a internet facilita, oportuniza isso, mas isso significa, por outro lado, uma sobrecarga grande, então, ... eu diria que 60% a 70% do nosso tempo vai para essa atividade (P6).

Eu tenho 120 alunos, certo?... se em uma unidade eu fizer duas atividades, são 240 trabalhos para avaliar. Aqui, não dá tempo. Então, eu levo para fazer em casa,... em qualquer lugar,... aí, a gente está fazendo. Então, eu começo a pensar: “quando é que eu vou ter tempo livre pra mim?” Para que eu possa viver,... então, tudo isso eu penso (P8).

Apenas para se ter uma ideia, a cada aula de aproximadamente uma hora, acrescentarmos o equivalente a esse mesmo tempo para preparação da aula⁴⁶, se cada disciplina tem um tempo de ensino semanal de 4 horas/aula (dependendo da instituição, o tempo de uma aula pode variar), então, para

⁴⁶ Há um debate sobre essa questão e um entendimento de que, dependendo de vários fatores, como a complexidade da temática, o tipo e rigor teórico da abordagem, do professor, das condições de trabalho, dos objetivos etc., uma hora (60 minutos), por exemplo, não é suficiente para preparar uma “boa aula” com duração de uma hora (60 minutos). Nesse sentido, entendemos ser esta uma conclusão mais realista. Não é o caso aqui de definirmos o que seria uma “boa aula”. Mas, a partir de experiências no exercício profissional cotidiano, concordamos com essa perspectiva.

cada disciplina teremos 4 horas aula/semanal mais 4 horas de preparação da aula, o que resulta em um total de 8 horas/semana por disciplina.

Para 3 disciplinas, teremos as 12 horas/aula (3 x 4 horas/aula), mais 12 horas de preparação de aula (3 x 4 horas de preparação de aula para cada disciplina), somando, então, um total de 24 horas/semana.

Para 4 disciplinas, esse total aumenta para 16 horas/aula (4 x 4 horas aula) e 32 horas/semana (4 x 4 horas de preparação de aula para cada disciplina). Assim, torna-se possível entender que, apenas com atividades de ensino, esses professores universitários poderão ocupar bem mais da metade das 40 horas constantes em regime ou contrato formal de trabalho.

De acordo com o Gráfico 1 (*“Atividades desenvolvidas pelos Professores universitários”*), apresentamos que 57% dos professores-participantes desenvolvem atividades de ensino (36 professores), que 54% (34 professores) desenvolvem atividades de pesquisa, que 41% (26 professores) participam de atividades de extensão, e que, desse total, 44% (28) desenvolve as 3 atividades (ensino, pesquisa e extensão). E, se, além disso, acrescentarmos que esses professores desenvolvem outras atividades, como pudemos verificar no Gráfico 2 (*“Outras atividades que desenvolve na instituição em que trabalha”*), então, torna-se possível, também, entender por que, somando o tempo dedicado às atividades de trabalho, do total dos 63 professores-participantes, 81% (51) responderam que estão trabalhando mais tempo do que consta no regime de trabalho ou contrato formal de trabalho, como poderemos ver mais adiante, no Gráfico 7 (*“O professor universitário trabalha mais ou menos do que consta na carga horária do contrato de trabalho”*).

É razoável destacar que, apesar de a principal atividade de trabalho do professor ser a docência, sabemos que ele exerce uma multiplicidade de tarefas, além do ensino.

É pertinente, também, lembrar que durante o período de realização desta pesquisa, de acordo com a Resolução n° 250 de 2009, no que se refere à distribuição da carga horária de ensino do professor universitário, para integralizar sua carga horária, o professor deverá somar às atividades de

ensino, ainda, outras atividades, “de pesquisa, e/ou de extensão, e/ou aquelas referentes às demais atividades administrativas de interesse institucional”⁴⁷.

Este professor-participante, por exemplo, informa:

A administração,... de um modo geral, ela requer muito tempo. Porque, como professor,... eu fiz um concurso para ser professor e não para ser, por exemplo, chefe de Departamento. [...] Você assumiu a chefia do Departamento, você tem que operar com o sistema. Então, o volume de atividades que a gente tem como chefe de Departamento é muito grande” (P14).

Assim, somando as diferentes atividades desenvolvidas e informadas pelos professores-participantes, podemos constatar que, além daquelas já tradicionais, como ensino, pesquisa, extensão e gestão, existem várias outras atividades (*difusas*, ou não) que o professor universitário também é convocado a desenvolver no exercício da sua profissão, algumas das quais podemos observar no Quadro 2:

Quadro 2 – Outras atividades de trabalho desenvolvidas pelo professor universitário
1- Captação de recursos
2- Elaborar/preencher relatórios/formulários
3- Organização de eventos (Logística, Coordenação, Participação etc.)
4- Participação em Colegiados e Conselhos (CONSAD, CONSEC, Câmara de Administração etc.)
5- Comissão ou Banca Examinadora (seleção de professores, alunos, bolsistas etc.)
6- Comissão Própria de Avaliação (CPA) de Progressão Docente
7- Coordenação de Grupo de Pesquisa
8- Coordenação (Graduação, Pós-Graduação etc.)
9- Coordenação de Estágio
10- Chefia (Departamento, Centro Acadêmico etc.)

⁴⁷ NATAL/RN. UFRN. Resolução n° 250/2009-CONSEPE-UFRN, de 29/12/2009. Hoje, conforme consta na atual Resolução n° 229/2016, da UFRN, o professor universitário do magistério superior com regime de trabalho de 40 horas, para integralizar sua carga horária em horas/aula, precisa cumprir o mínimo de 8 (oito) e máximo de 20 horas/aula semanais, com ou sem dedicação exclusiva. No entanto, em caso de não preencher sua carga horária com outras atividades, o professor “deverá cumprir o mínimo de 12 (doze) horas-aula semanais até o limite de 20 (vinte) horas-aula semanais” (Art. 11 – Parágrafo único). Ainda quanto a outras atividades, tanto na Resolução n° 250/2009 (Revogada pela Resolução n° 29/2016) como no PID – Plano Individual Docente, constam listas, anexas, com a descrição de mais de 60 “outras atividades” que o professor universitário desenvolve.

11- Líder (Grupo de pesquisa)
10- Escrever (Notas, resumos, artigos, livros etc.)
11- Editoração
12- Publicação (Artigos, livros etc.)
13- Administração de blog; atividades <i>on-line</i>
14- Orientação (Graduação, Pós-Graduação, Permanente, Estágio etc.)
15- Técnicas de informática

Fonte: Elaboração do autor.

Referente às atividades apresentadas no Quadro 2, e considerando, além disso, o Anexo B da Resolução nº 250/2009-UFRN, com informações referentes à distribuição da carga horária do professor, atualizadas na Resolução nº 229/2016, tínhamos a somatória de 68 atividades atribuídas ao professor universitário distribuídas entre ensino, pesquisa, produção técnico-científica, administração, extensão e outras atividades técnicas.

Somando-se a isto, poderíamos ainda incluir aquelas atividades, que aqui já denominamos de “atividades difusas”, as quais geralmente parte significativa não consta formalmente nem nas descrições dos documentos institucionais nem cabem ou fazem parte da contabilidade da carga horária formal do professor universitário.

O conjunto dessas atividades (reconhecidas e/ou registradas formalmente ou não), somadas aos dados informados pelos professores-participantes, através dos questionários e/ou entrevistas e aqui apresentados, podem ser indicadores importantes que denunciam que, por trás dessas muitas e variadas atividades desenvolvidas, encontra-se o cansaço, o prolongamento do tempo dedicado às atividades de trabalho e da jornada de trabalho, a ampliação do “local institucional” de trabalho para o âmbito da residência familiar e/ou outros “locais não institucionais de trabalho”, a intensificação do trabalho, a realização de múltiplas tarefas simultâneas, a falta de tempo para cuidar da saúde, para o lazer, para melhorar a qualidade da própria atividade profissional desenvolvida, além do comprometimento da real fruição do que seria o *tempo livre disponível* do professor universitário.

Corroborando as informações acima, Lemos (2011), referindo-se a Zabalza, lembra ainda que,

Além do ensino, pesquisa e extensão, na visão de Zabalza (2004), atualmente novas funções são agregadas ao trabalho do docente, as quais tornam o exercício profissional mais complexo. Trata-se do “*business*”, ou seja, a busca de financiamento, a negociação de projetos e convênios com empresas e instituições, as assessorias, a participação como especialista em diversas instâncias científicas, além das “relações institucionais” com outras Universidades, empresas e instituições, buscando reforçar o caráter teórico e prático da formação e, em alguns casos, seu caráter internacional (ZABALZA, 2004 apud LEMOS, 2011, p. 112-113).

Pode-se verificar, portanto, que, na prática, esse profissional da educação, o professor universitário, além de ser responsável pelas já conhecidas funções que lhe são atribuídas, como ensino, pesquisa, extensão, administração etc., essas funções gerais se multiplicam, tornando, de certa forma, o termo docência mais complexo devido à quantidade e variedade de funções atribuídas atualmente ao professor universitário.

As consequências disso foram identificadas nos relatos dos professores entrevistados, quando se afirma, por exemplo, que,

A carga horária, por força do quadro docente reduzido, ainda, que temos, sempre é excessiva na nossa visão, quando... principalmente levando em consideração que a gente tem que... ser compatibilizada com a carga horária dedicada às atividades de pesquisa, de gestão e extensão (P4).

Diante disso, o mesmo professor, que, aliás, mostrou-se bastante dedicado e preocupado, explicitou uma insatisfação, neste caso, ao afirmar que,

Geralmente ele – [o professor universitário] – se dedica ao ensino, que todos nós temos que dedicar, mas geralmente o professor se dedica, além do ensino, à pesquisa, ou à extensão, e raros são aqueles que conseguem fazer bem as três coisas (P4).

Quando solicitados a avaliar quanto ao tempo que dedicavam/dedicam à execução das atividades a serem desenvolvidas, os professores-participantes têm a percepção de acordo com o Quadro 3, a seguir:

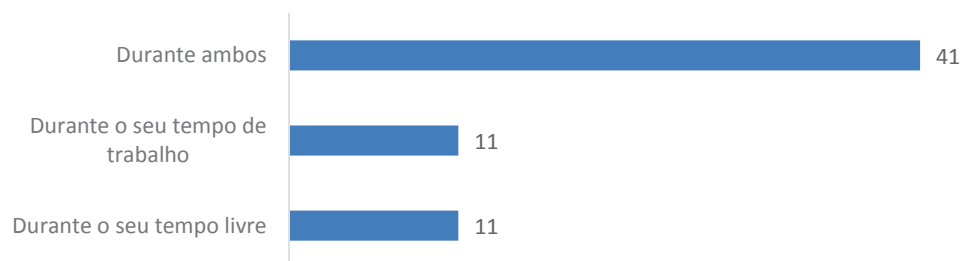
Quadro 3 – Como avalia			
	MUITO	POUCO	REGULAR
O seu tempo para ler/estudar os livros/textos científicos necessários ao exercício da profissão?	4	37	22
O tempo que você dispõe para participar das reuniões do departamento ou curso?	5	28	30

A relação entre o tempo necessário e o tempo que dispõe para desenvolver as atividades exigidas como pré-requisito para participar de eventos técnico-científicos?	4	43	16

Fonte: Elaboração do autor.

Além de avaliar como sendo pouco o tempo para desenvolver as atividades descritas no Quadro 3 (com exceção – discreta diferença – do item referente ao tempo para participar das reuniões do departamento ou curso), a maioria dos professores (41) desenvolve tais atividades tanto durante o tempo de trabalho como durante o *tempo livre*. É o que demonstra o Gráfico 4:

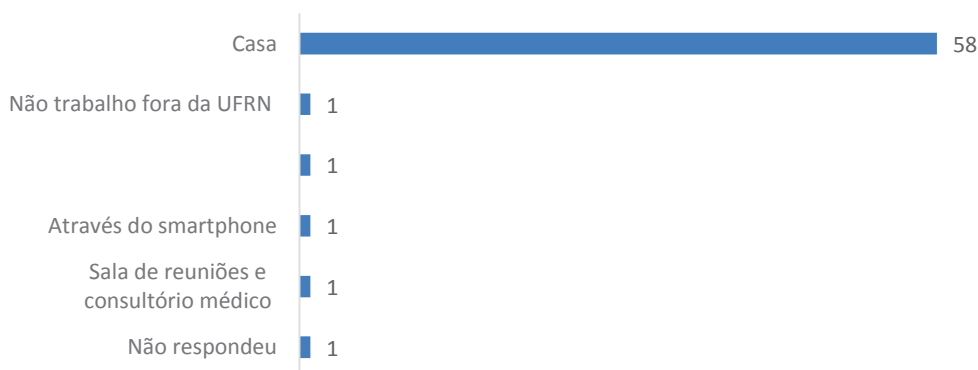
Gráfico 4 - As atividades que desenvolve para participar em eventos técnico-científicos são realizadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Reforça esses dados, o fato de que 61, dos 63 professores-respondentes do questionário de pesquisa, informaram que dão continuidade em outros locais às atividades que não foram possíveis ser desenvolvidas no “local institucional” de trabalho. A maioria destes (58 professores) dá continuidade às suas atividades de trabalho em sua própria casa. É o que apresentamos no Gráfico 5:

Gráfico 5 - Local onde dá continuidade às suas atividades de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados do Gráfico 5 ajudam a mostrar possíveis “interseções” ou “alargamentos” que podem ocorrer tanto no que poderíamos chamar de o “local de trabalho” e a “casa”, como também nas ambíguas “fronteiras” entre ambos. Incluem-se aí, como diz Vianna (2014), “[...] lugares estes onde não estariam previstas atividades de trabalho”. Atualmente, seguindo a mesma lógica da organização do trabalho baseada no “modelo toyotista” ou de “produção flexível”, como vimos no capítulo 3, desta tese, e, neste caso, ainda mais, facilitado pela complexidade e flexibilidade características do próprio trabalho intelectual, a constatação é a de que “Todo tempo e todo lugar se tornam um tempo e um lugar possíveis de produção” (VIANNA, 2014, p. 117).

Quando solicitados a responder por que desenvolvem em outros locais as atividades que não foi possível concluir no “local de trabalho” (essa questão foi de múltipla escolha), 29 professores informaram que o fazem por falta de tempo suficiente e 29 responderam que é por causa do tipo de atividade desenvolvida que assim exige. Alguns informaram outros motivos, como:

- avaliar indivíduos que estão interessados em outros hospitais. Sujeitos importantes para incluir em pesquisas;
- desorganização pessoal;
- falta de recursos no local de trabalho;
- gosto de mudar de ambiente;
- flexibilidade e necessidade;
- não é uma rotina e sim uma excepcionalidade;
- gasto tempo com assuntos não programados que são exigidos pela instituição.

Como já pudemos verificar no Gráfico 4, “as atividades que desenvolve para participar em eventos técnico-científicos”, são realizadas tanto durante o tempo de trabalho como durante o *tempo livre*. Além disso, a grande maioria dos professores universitários desenvolve parte de suas atividades de trabalho fora do “local institucional” de trabalho, principalmente em casa, onde continuam a desenvolver várias de suas atividades.

Nesse caso, alguns, conscientemente ou não, poderiam concluir que o fazem por opção ou preferência, já que existe uma flexibilidade característica própria às atividades do “trabalho intelectual” do professor.

No entanto, tendo-se em conta a multiplicidade de atribuições profissionais, prazos, metas e exigências da instituição, entendemos que, de acordo com os dados coletados, salvo algumas possíveis exceções, seja mais razoável concluirmos que parte considerável dos professores universitários dá continuidade em casa às atividades que não foi possível desenvolver no “local institucional de trabalho”, não apenas por opção ou preferência, mas, principalmente, por ser necessário para conseguir cumprir várias tarefas, metas, prazos e compromissos profissionais e institucionais.

Prazos a serem cumpridos e necessidade de alcançar metas são preocupações constantes entre os professores universitários participantes da pesquisa no exercício de suas atividades profissionais. Seguem alguns depoimentos a esse respeito (grifo nosso):

Com uma certa frequência, às vezes, tem uns **prazos a cumprir** que exigem que sacrifiquemos os nossos fins de semana, convívio familiar ou das nossas horas de lazer para tentar cumprir com esses *prazos* (P4).

Me preocupo com os **prazos**,... meu planejamento é todo baseado em **prazos** que a gente precisa cumprir, seja para ensino, pesquisa e extensão. E isso faz com que eu esteja com a minha agenda aberta o tempo inteiro, justamente para poder enxergar quais são os *prazos* mais curtos que eu preciso cumprir (P2).

As **metas** e os **prazos postos** para nós,... tanto estudantes,... professores das universidades, vivem em função de objetivos, de **metas**, de **prazos** e tornam-se,... meio que uma coisa,... eu me sinto assim, uma coisa fazendo coisas, cumprindo **metas** e **prazos** (P14).

Os **prazos** e **metas**, eles existem, mas nem sempre eu consigo cumprir. [...] Porque, muitas vezes, no *tempo livre*, eu tenho que resolver coisas do trabalho. Muitas vezes eu,... dependendo dos **prazos**, eu tenho que acordar de madrugada para trabalhar. Aí eu

levanto às 03 horas da manhã pra ligar o computador pra começar a trabalhar, porque durante o dia não tenho **tempo** (P1).

Por isso, conclui este professor-participante, no relato a seguir:

Você precisa utilizar o seu *tempo livre*. Não tem como não, o professor, ele utiliza o *tempo livre*, ele tem que corrigir provas, por exemplo, dificilmente você corrige prova na universidade, não consegue. Só um tipo de atividade que estou citando, por exemplo (P11).

Diante disso, com o tempo, a impressão é que o próprio tempo (e o *tempo livre*), tão importante e necessário, foge, escorregadio, como se fosse algo que tanto almejamos, mas não conseguimos alcançar. Às vezes, isso pode ocorrer sem maiores reflexões ou mesmo de forma sutil, imediatamente, como demonstra o relato deste professor-participante:

Só agora que você perguntou o que eu faria se tivesse mais *tempo livre*, é que eu me dei conta que, apesar de que não fico trabalhando em casa, eu fico lendo coisas que são do trabalho, então, de certa forma, eu estou trabalhando. Não tinha pensado nisso (P13).

O professor universitário, portanto, vê, seu tempo esvaír por entre a crescente quantidade de tarefas/atividades a serem executadas. Assim, se expressaram estes professores-participantes em seus depoimentos:

Cada vez mais, então, eu me sinto assim. Quanto mais a gente tenta fazer coisas de forma rápida, menos tempo parece que sobra (P1).

E aí, o tempo passa, e a gente vai envelhecendo sem se dar conta de que o tempo está passando, de que ele não retorna mais (P14).

Não é por acaso que, nesse sentido, de acordo com vários depoimentos registrados, às vezes, no exercício profissional, algumas das principais indagações/preocupações dos professores são (grifo nosso):

Quantos dias faltam para certas atividades?. O tempo inteiro,... eu tenho isso na cabeça, sempre (P2).

Tanto que tudo que a gente, geralmente, pergunta, nesse ritmo desenfreado de trabalho, volume muito grande, é... a pergunta básica de um professor hoje dentro da universidade é: "isto aqui que você está propondo é *pra quando?*" (P14).

Este professor, ainda, de certa forma em tom de desabafo, expressa a *agonia* de muitos professores envolvidos nessa situação:

Muitas vezes aparecem demandas que são muito urgentes, e isso é muito complicado porque atrapalha a programação com a aula, atrapalha muita coisa (P1).

Este outro relato segue nesse mesmo sentido. Diz, em depoimento, este professor-participante:

E aqui na universidade, é incrível, por que tudo é *pra ontem*. Tudo, o tempo já passou, e os prejuízos são muito grandes. Então, você vive sob pressão... muito grande. Isso é muito ruim. Porque promove um... o que eu tenho observado,... adocece (P14).

Além disso, diz, em seu depoimento, este outro professor:

Produzir algo qualitativamente bom exige bem mais tempo do que você simplesmente reproduzir conhecimento já existente, embora, muitas vezes, a reprodução do conhecimento já existente tenha também sua validade. Mas, o fator tempo, aí, conta. E isso, se choca com a exigência quantitativa de produzir tantos artigos. Então, quanto mais você produz, mais produtivo você é, em termos de quantidade (P6).

Frente a essa realidade, persistem pelo menos algumas indagações: por que e para que as exigências, cobranças e métodos avaliativos das instituições e agências avaliadoras? Há critérios qualitativos adequados para avaliar as atividades desenvolvidas e as consequências disso para o profissional/professor/pesquisador? Qual o sentido real dessas formas de avaliação atualmente?

Quanto a isso, alguns depoimentos são significativos:

O que eu penso é que se instaurou um ritmo de trabalho muito forte, muito pesado e que o processo de avaliação, ele constrói uma contradição. Por que o Ministério diz, por exemplo, para as instituições de ensino superior: "você são livres para pensar os projetos de vocês, vocês são autônomos, mas, quem vai avaliar vocês somos nós e depende da avaliação a cessão de recursos ou não". Ou seja, o Estado controla toda instituição, induz e instaura mesmo com muita... de modo muito "pesado" uma lógica de produção (P14).

Nessa mesma direção, esclarece este outro professor-participante:

Porque as instituições são organizações pessoais. Aí, você corre o risco de se triturado pela instituição, pela organização burocrática, que é a instituição, com seus próprios objetivos, com seus próprios critérios de avaliação, com seus próprios valores (P6).

Além disso, soma-se o fato de que, dos 63 professores-respondentes do questionário, 41 responderam que aumentou o número dessas atividades realizadas fora do “local institucional” de trabalho, e 20 informaram que permanece o mesmo. Apenas dois professores responderam que esse número diminuiu.

O fato de o número dessas atividades realizadas fora do “local institucional” de trabalho ter aumentado, na percepção dos próprios professores-participantes, pode ser melhor entendido quando verificamos as “facilidades” trazidas pelas “novas tecnologias de informação e comunicação”, tanto em nível de ensino, pesquisa, gestão e/ou extensão. A esse respeito, diz este professor-participante: “Obriga a gente a está *sempre em contato* (grifo nosso). Por exemplo, você não pode deixar de olhar as mensagens e responder. Então, isso, de qualquer maneira, é necessário sempre” (P5).

O relato deste outro professor segue no mesmo sentido do anterior (grifo nosso):

Faz parte do trabalho da gente, essa *conexão*. Então, a gente tem que está sempre *on-line* e à busca por informação, exige isso. Então, dentro do nosso expediente de trabalho isso é... não sei te dizer com precisão quantas horas do dia eu gasto com isso, mas, certamente é uma das coisas que eu acabo fazendo muito nos fins de semana também, sem estar presente na universidade. A gente não tem como se *desligar* (P4).

Apesar da complexidade da questão, podemos constatar que o desenvolvimento e o uso de novas tecnologias são uma realidade da qual, no contexto atual, não podemos mais *fugir*, diante de todas as suas consequências e interferência na vida das pessoas. Foi construída uma incômoda necessidade social e profissional de se estar permanentemente conectado. Neste caso, esteja em casa ou no “local institucional de trabalho”, há uma “*conexão*” contínua, principalmente, em relação ao trabalho.

Quanto a isso, vejamos o que este professor-participante diz, ao expressar o que sente diante da situação:

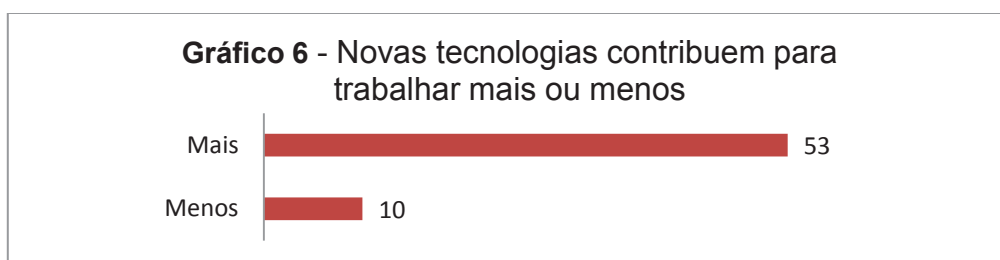
Então, esse trabalho *on-line*, ele é diário e é feito através do SIGAA. Mas, também eu tenho trabalhado muito através de whatsapp, tanto para atender demanda de professores quanto de estudantes. Então, isso é algo assim... que é diário, ocorre mais, logicamente, durante a semana, mas também no final de semana a gente recebe muitas mensagens de alunos. Final de semana, à noite, qualquer hora, e a gente tem a sensação de não parar de trabalhar nunca, é essa a sensação que a gente tem, a gente não consegue parar de trabalhar,

porque você está ali, de repente chega uma mensagem: “professora, aqui sou eu”... então, a sensação sempre é essa. Que as redes sociais, elas facilitam, a comunicação, mas, ao mesmo tempo, elas trazem uma demanda extra para o trabalho (P9).

Por isso, apoiando-se no conteúdo dos relatos apresentados, tudo indica que, independentemente das circunstâncias, do *tempo* (seja de trabalho ou *livre*) e do “local”, o professor está permanentemente conectado ao seu trabalho, quase sempre desenvolvendo ou preocupado com atividades de trabalho.

Como disse, essa é uma questão que nos reserva determinada complexidade e a sua análise exige também mais atenção e cuidado. Algumas indagações e/ou observações tornam-se necessárias.

É significativo, por exemplo, que, apesar do avanço tecnológico, podemos constatar, conforme pode ser verificado (ver Gráfico 6), que, do total de 63 professores-participantes, 53 (84,1%) responderam que as novas tecnologias estão contribuindo para trabalhar mais.



Fonte: Elaboração do autor.

Talvez, um dos fatores que contribua para isso, seja o fato de, às vezes, “a gente vai se colocando cada vez mais coisas, a gente vai se comprometendo cada vez mais com mais coisas e acha que vai conseguir fazer, e não consegue” (P1).

A esse respeito, revela este professor-participante, quando indagado, que,

A tecnologia, ela tem aumentado o número de coisas, até porque você reduz o tempo dedicado a uma atividade e você acaba aumentando a quantidade de atividades que você faz. Então, no geral, a tecnologia, ela aumenta sua carga horária de trabalho (P4).

Mas, não teria que ser o contrário? O avanço tecnológico não poderia permitir, ou deveria contribuir, para trabalhar menos?

Os dados do Gráfico 6 (“*Novas tecnologias contribuem para trabalhar mais ou menos*”), indicaram como é contraditória, nas sociedades atuais, a relação entre o desenvolvimento tecnológico e o tempo. “Teoricamente”, ou tendencialmente, essa tecnologia desenvolvida não deveria possibilitar que se trabalhasse menos?. No entanto, como vimos, os dados apresentados indicaram que os professores universitários participantes da pesquisa estão dedicando mais tempo a atividades de trabalho.

Mesmo quando se compara algum tempo antes com algum tempo depois, vários professores-participantes perceberam que aumentaram a demanda e o tempo dedicado ao trabalho. É o que demonstram os relatos a seguir (grifo nosso):

Antigamente eu organizava uma semana para aquilo. *Agora*, você organiza cinco minutos para aquilo e o resto do tempo, o resto da semana você vai colocando outras coisas em cima. Então, eu acho que aumenta mesmo o volume de trabalho (P1).

Hoje, a gente trabalha todos os dias da semana, nós não temos separação entre o que é dia de trabalho e dia de não trabalho (P7).

Então, eu diria que, em geral, são essas as razões que fazem com que a gente *hoje* trabalhe mais do há *20 ou 30 anos atrás* (P6).

Eu fico comparando,... *vinte anos atrás*, você acessava um e-mail com dificuldade, numa sala especial para isso. *Hoje em dia*, o e-mail está ali a uma distância de um *click* de *mouse*, *whatsapp* e tudo. É tanta demanda que a gente acaba recebendo diariamente, que isso acaba que... pelo menos pra mim, aumenta o estresse, aumenta o sentimento de cobrança e, às vezes, a frustração, que surge quando a gente sente que não consegue atender a todos, de forma satisfatória (P4).

Neste caso, também, talvez seja por isso, que hoje,

Realmente, é uma grande queixa dos professores a falta do *tempo livre*. Quer dizer, todo o nosso tempo está sendo dedicado para a universidade. E, ao mesmo tempo, eu acho que chama a atenção para a necessidade de como esse *tempo livre* ele é necessário para o trabalho docente (P9).

O depoimento deste professor-participante, também aponta nesse sentido, quando diz:

É um tempo de exaustão, porque é um tempo que impede você de ser si mesmo. Não há tempo para que você pense sobre o que você está fazendo, sobre o que você realmente pensa. E você é absorvido por todos os debates que estão postos... Então, a gente começa a

responder ao cotidiano desviando por completo do que é essencial. Nem parar para o que seja importante para a sua vida você tem condições (P14).

É necessário compreender a crise contemporânea do capital, as relações de poder constituídas e as relações sociais nas quais está inserida a tecnologia, para podermos compreender melhor essa tendência, ou essa relação contraditória com a tecnologia diante do tempo de trabalho e do *tempo livre*, assim como as suas consequências.

De fato, a questão não seria a tecnologia em si, mas, o contexto histórico-social e as relações e interesses de classes na qual está inserida. E, como já afirmamos em outro momento, o contexto atual é de crise estrutural do capital. Junto a isso, há a busca contínua de pelo menos amenizar os efeitos da crise e, ao mesmo tempo, possibilitar, de alguma forma, uma taxa de lucro e a contínua reprodução nos limites do próprio capital. E no interior de relações sociais capitalistas, a expansão do tempo de trabalho excedente torna-se parte necessária desse processo.

Nesse sentido, as formas de atuação dos Estados, das gestões em políticas públicas, as mudanças no “mundo do trabalho”, tanto nas relações de trabalho como nas leis trabalhistas, as implicações na atividade de trabalho e no *tempo livre* dos trabalhadores, são formas de expressões, dialéticas e contraditórias, que se apresentam, com todas as suas consequências, enquanto *partes constitutivas* do desenvolvimento da própria crise do capital.

Portanto, uma análise um pouco mais atenta, poderia identificar que esse processo de *usurpação do tempo livre* não deve ser entendido como algo que seja exógeno, externo às relações sociais capitalistas, como às vezes pode-se pensar. De fato, trata-se de compreender a *forma social*, a partir da qual se desenvolvem *determinadas relações sociais* que possibilitam o desenvolvimento da tecnologia de *determinada forma*.

Novamente, seguindo a mesma lógica das mudanças ocorridas no setor “produtivo”, as novas tecnologias também podem ser utilizadas, de formas diferentes, no setor de serviços, com os mesmos objetivos: diminuir o tempo de *trabalho necessário* e aumentar o tempo de *trabalho excedente*. E isso acontece, principalmente, intensificando e/ou prolongando o tempo dedicado a atividades de trabalho. Com base nos dados que dispomos até agora,

podemos inferir que é isto, também, o que ocorre com a atividade do professor universitário, hoje.

Assim, para os professores-participantes da pesquisa, o uso de novas tecnologias para o desenvolvimento das atividades de trabalho também se apresenta de maneira contraditória. Se, por um lado, as novas tecnologias possibilitam desenvolver, individualmente, determinadas tarefas de forma mais rápida, por outro lado, e ao mesmo tempo, permitem realizar cada vez mais tarefas, seguidamente⁴⁸.

Este professor também demonstra ter identificado o caráter, ao mesmo tempo, inovador e contraditório das novas tecnologias (grifo nosso):

É uma coisa que é um pouco capciosa, que é assim: se *por um lado* a tecnologia te ajuda a fazer mais rápido, *por outro*, te obriga a pegar mais trabalho para fazer, uma vez que você terminou mais depressa seu trabalho. [...] Mas, é uma preocupação boa essa, pra gente pensar, pra conversar mais, porque daqui a pouco a gente vai estar fazendo cinco coisas ao mesmo tempo porque a tecnologia permite (P13).

De qualquer forma, hoje, as novas tecnologias terminam, de fato, contribuindo para que se trabalhe mais. Em mais ou em menos tempo, como, quando indagados, informaram os professores-participantes da pesquisa. Tanto nas respostas aos questionários como durante as entrevistas. Esses depoimentos são sintomáticos nesse sentido:

E aqui na universidade, no nosso trabalho, esses meios de comunicação que nós temos, eles permitem,... por exemplo, a gente sai da sala de aula, mas os estudantes não deixam a gente. Porque você sai da sala de aula já tem uma mensagem no whatsapp, aí você já tá continuando a conversa, portanto, continuando o trabalho. Então os meios... eles adicionaram, exageradamente, o tempo de trabalho. E meio que constrói na gente uma coisa de... “e aí, tem que responder?” Porque a gente poderia simplesmente,... a gente sair da sala de aula desligar o celular e não dar mais atenção, mas termina que você... é... não tem mais limite, não tem mais fronteira, o tempo todo você tá trabalhando (P14).

O uso das tecnologias e a incidência delas para o ensino, pesquisa e extensão,... ela prolonga o tempo do docente com o trabalho, na medida em que não há um espaço físico, ela não se prende a um

⁴⁸ Isto, pode ser a expressão de uma das formas de intensificação do trabalho, como, de certa forma, também, de uma característica daquilo que Harvey (2014), denominou de “compressão do tempo-espaço”. Vários professores-participantes da pesquisa, informaram que, embora sentidas as consequências, ainda não tinham refletido sobre tal fato (o caráter contraditório da tecnologia) e que no momento de responder às perguntas deste questionário foram provocados e perceberam mais claramente esta possibilidade ou realidade vivida no cotidiano e no exercício das atividades desenvolvidas pelo professor universitário.

espaço físico, ela não se prende a um tempo cronológico de segunda a sexta,... ela expande essa minha relação com o trabalho, mas por mais que isso expanda, eu ainda julgo adequada, necessária. [...] É porque o uso da tecnologia é paradoxal. Na medida em que me permite uma maior agilidade, ela dissolve as fronteiras de tempo e de espaço. Já não estão na universidade, já não estão de segunda a sexta, estão em qualquer lugar e a qualquer tempo (P12).

É, também, nesse contexto, que o professor universitário tem o seu *tempo livre* invadido pelo tempo de trabalho. Portanto, é, também nesse contexto, que o *tempo livre* do professor é impedido de se efetivar enquanto *tempo livre disponível* (tempo realmente livre) e se realiza apenas enquanto *tempo livre liberado* (tempo liberado da jornada formal/informal de trabalho, mas, – objetiva ou subjetivamente, direta ou indiretamente – de alguma forma, ainda ocupado com atividades de trabalho).

Dentre as atividades de trabalho dos professores universitários estão, ainda, aquelas que são realizadas com o objetivo de tornar público os resultados de suas pesquisas. Na distribuição, em frequência média anual, de elaboração e realização das atividades indicadas no Quadro 4, a seguir, com ênfase em artigos científicos, com média de 1 a 3 artigos sendo escritos por 46 professores, mais 12 informaram que escrevem entre 4 a 6, e 4 escrevem mais de 4 artigos anualmente, o que, neste caso, dá uma média de 2 artigos por semestre, de acordo com as informações coletadas. Totalizando, entre os 63 professores-participantes, uma somatória, em média, de 176 artigos científicos, resultado/produto de pesquisas realizadas por esses professores.

Apenas um professor-participante respondeu “nenhum”. Assim, temos o seguinte quadro:

Quadro 4 – Frequência em média anual com que realiza (elabora/escreve/preenche) cada atividade desenvolvida				
Produto	Um a três	Quatro a seis	Mais de seis	Nenhum
Artigos científicos	46	12	4	1
Resumo	34	14	3	12
Relatórios/Formulários	30	17	14	2
Banners/Murais	28	4	1	30
Outros	8	3	6	46

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando-se o Quadro 4, e comparando com os dados já apresentados do Gráfico 4 (“*As atividades que desenvolve para participar em eventos técnico-científicos são realizadas*”), verifica-se que parte do tempo ocupado como a elaboração de textos para publicação (entre estes, os artigos científicos) é utilizado pelos professores durante o que poderia ser parte do seu *tempo livre*.

Isto, significa que, além do tempo utilizado para realização da pesquisa, é preciso um tempo ainda para organizar, escrever e publicar seus resultados. Isto, sem falar no tempo dedicado a atividades de ensino, extensão e/ou gestão (para citar apenas as mais tradicionais) que envolvem e somam-se a outros tempos dedicados a atividades de trabalho.

No que diz respeito ao desenvolvimento de atividades de trabalho fora do “local institucional” e/ou “horário formal” de trabalho, seja aos finais de semana ou não, cabe observar algumas singularidades entre as áreas de atuação acadêmica. Dos 12 professores-participantes que responderam que trabalham apenas às vezes aos finais de semana, 5 professores, isto é, quase a metade, pertencem a 2 áreas: de ciências exatas (3) e tecnológica (2). Também, dos 3 professores-participantes que informaram que não trabalham aos finais de semana, 2 destes, pertencem a essas mesmas áreas, dentre os 8 Centros Acadêmicos.

Da mesma forma, 49 (77,8%) professores-participantes informaram que, para desenvolver as suas atividades constantes no PID – Plano Individual Docente, trabalham mais do que consta em seus contratos de trabalho, como respondeu este professor: “Lógico que você sempre passa algo mais do que essas 40 horas, não tem como não. Quem é professor sabe disso. Tem que pesquisar, tem que preparar aula, tem que... corrigir prova. Muitas vezes não dá dentro dessas 40 horas” (P11).

Esse professor, da área de ciências exatas, referindo-se ao tempo de trabalho formalmente registrado no PID⁴⁹, informou que o tempo efetivamente dedicado a atividades de trabalho,

⁴⁹ Identificamos várias insatisfações e reclamações nos relatos dos professores-participantes em relação ao formato do PID – Plano Individual Docente. Parte significativa deles informou que, quando vai preencher o PID, o total de horas efetivamente trabalhadas não é totalmente

[...] normalmente é maior, é maior porque há muitas atividades. Por exemplo, de orientação, ou trabalhos de pesquisa. Eles envolvem prazos que precisam ser cumpridos. Então, isso acaba extrapolando, dentro daquele semestre, fora do horário de trabalho padrão. É necessário... para acrescentar... mais um pouco de carga horária extra para poder cumprir esses prazos (P2).

Dos 13 professores-participantes (20,6%), que afirmaram trabalhar igual ao que consta no contrato de trabalho, 5 destes pertencem às áreas de ciências exatas, tecnológicas ou da saúde.

Quando perguntados a respeito do tempo que dispõem para o desenvolvimento das atividades constantes no PDI – Plano Individual Docente, apenas 4 professores responderam que esse tempo é muito, 2 destes, pertencem às áreas de tecnologia e da saúde.

Essa relativa diferença pode indicar, por sua vez, algumas singularidades, de acordo com a área de atuação acadêmico-científica. Como diz este professor-participante,

A lógica de produção científica nas Ciências Humanas ainda é uma lógica autoral; enquanto nas demais áreas do conhecimento, essa lógica é uma lógica coletiva. Você trabalha em equipe de pesquisa, em laboratórios (P7).

Alguns professores-participantes citaram algumas dessas diferenças, como, por exemplo, entre as exigências para publicação feita por órgãos financiadores ou avaliadores. Vejamos o que diz esta professora-participante:

Uma publicação nossa, por exemplo, normalmente, você encaminha texto para publicação na área de Ciências Humanas e, quer você queira ou não, no mínimo dez páginas, dez páginas mais as referências dá doze no mínimo, dependendo da publicação, é exigido vinte páginas. E a mesma publicação na “tecnológica” pode ter duas

contabilizado, pois não cabem nos limites das 40 horas possíveis de ser registradas nesse documento/relatório. Por outro lado, um professor/gestor, informou que, “Isso já foi alterado. Isto aí, na verdade, é um dos mitos do chamado PID. É uma das formas de você justificar que não vai... que não usa o PID. Porque, na verdade, havia, no início do PID... havia uma forma de você preencher até 40 horas. E, de fato, tem alguns professores que trabalham mais de 40 horas. E aí, reclamavam, exatamente, dizendo o seguinte: „que o PID não retratava o trabalho do professor”. Mas, isto foi alterado no sistema e hoje você pode registrar tudo o que você faz”. Este outro professor, que também ocupa cargo de gestão, procura esclarecer, ao dizer que, “o PID, ele não materializa, exatamente, a carga horária que a gente desenvolve porque ele tem 40 horas, aí, depois, ele permite, mas ele não registra para além das 40 horas. Isto, causou uma certa resistência dos professores que reagem, por exemplo, não preenchendo o PID”. Falta saber se, identificadas em relatório, as horas efetivamente trabalhadas a mais são, de alguma forma, realmente contabilizadas, em relação à carga horária, além das 40 horas formais.

páginas. Tanto Medicina como o pessoal da área de Ciência e Tecnologia. Então... e vale para CAPES... o mesmo... tem o mesmo valor em termos de produção. E aí, é uma coisa que... escrever duas páginas ou escrever dez, doze, é uma diferença, quer dizer... o tempo que você leva [...] (P5).

Percebe-se que, ao fazer essas diferenciações entre as áreas, o professor-participante termina expondo uma de suas preocupações básicas, a que talvez mais o incomode, que é o tempo. Por trás das diferenças apontadas, ao somar-se com outras atividades, o professor sabe que se encontra a possibilidade de prolongar o seu tempo de trabalho ou diminuir o *tempo livre* do professor universitário.

Com uma “resignação”, mesmo inconsciente, ou uma resistência isolada, do professor universitário, sempre à espreita, visualizamos uma parte do trabalho alienado, estranhado.

Ainda, em relação às peculiaridades de cada área, este professor-participante, observa:

Hoje,... a cultura... a universidade brasileira, ela passou a incorporar exatamente o quê? A produção de *papers*, que tem muito mais peso do que, por exemplo, a produção de livros [...] Porque essa cultura nas outras áreas, ela é uma cultura já consolidada (P7).

O que se deixa transparecer, nesses relatos referentes às diversas áreas, pode ser, além do tempo, outras preocupações, como colocação em ranking de universidades, posição de cursos em avaliações, garantia de registro de patentes, mais publicações etc.

Além disso, é razoável não esquecer que, dentre outros, dependendo do tipo de demanda, das opções profissionais do professor, do tipo de atividade que poderá render uma maior pontuação no currículo diante do tipo de avaliação baseada em metas/resultados e das habilidades de cada professor (como desenvolver atividades em nível de graduação e/ou pós-graduação, desenvolver pesquisa e/ou extensão e/ou ensino, etc.), poderá haver a possibilidade de o professor trabalhar um pouco mais ou um pouco menos, poderá se sentir mais cansado ou menos cansado, ter um pouco mais ou um pouco menos de *tempo livre*.

Dependendo de cada caso específico, as singularidades são as mais variadas. Um professor, por exemplo (informou que não exerce atividades de

pós-graduação), assim se expressou, em depoimento: “Eu acho que o que causa estresse é a *procrastinação*. Mas, se você não procrastinar, fizer tudo a seu tempo, os prazos são plenamente factíveis de ser cumpridos” (P15).

Já este outro professor (de departamento acadêmico que possui mestrado e doutorado), ao preencher a parte dos complementos de informações no questionário, expressou outra opinião: “Falta-nos coragem de dizer não a muita demanda”.

De acordo com alguns professores-participantes, de certa maneira, poderá existir vários *tipos de professores*, nesse sentido. Como questiona este professor:

Eu acho que tem vários tipos [...]... mas eu poderia dizer que essa escolha ela é... ou essa obrigação, ela é determinada por padrões... impostos pela universidade e pelas agências de pesquisa. Então, quer dizer, há um padrão... há uma exigência que é posta... de produtividade, de você precisar produzir tantos artigos no trimestre, [...]. Então,... o professor, ele termina desenvolvendo todo o seu trabalho pra atender a essas exigências (P9).

Porém, é preciso certo cuidado. Nesse caso, as características de uma cultura acadêmica empresarial, aparecem, por exemplo, nas preocupações desse mesmo professor-participante entrevistado:

Eu acho que a gente não pode fazer uma análise moralista... e culpabilizar o professor. Mas, ao mesmo tempo, chamar a atenção para esse dado. De se fazer uma análise crítica,... teórica mesmo. Eu acho que a gente faz toda uma crítica a essa cultura individualista, narcisista, competitiva... e que a gente não pode se submeter a essa cultura da competição, do narcisismo, do individualismo. Então, eu acho que é preciso fazer essa crítica mais profunda (P9).

Enfim, é certo que, na prática do ensino e da pesquisa científica, existem especificidades características de cada área, que lhes são próprias, e não podemos deixar de levar em conta determinadas condições objetivas. Pode ser mais difícil dá continuidade em casa a uma pesquisa empírica ou a uma experiência de laboratório, do que continuar a leitura de um livro ou uma pesquisa bibliográfica, entre outros, por exemplo. Isso pode interferir tanto na organização do tempo como um todo, nas atividades de trabalho e no tempo de trabalho como, também, no *tempo livre* do professor universitário.

O fato é que, somando o tempo de trabalho dentro e fora do “local institucional” onde trabalham, seja registrado ou não, contabilizado formalmente ou não, conforme os dados indicados, a maioria dos professores universitários participantes da pesquisa (81%) entende que, durante a semana ou mês, está trabalhando mais, do que consta na carga horária do seu contrato de trabalho. Somente 17,5% informaram que estão trabalhando igual. É o que apresentamos no Gráfico 7:

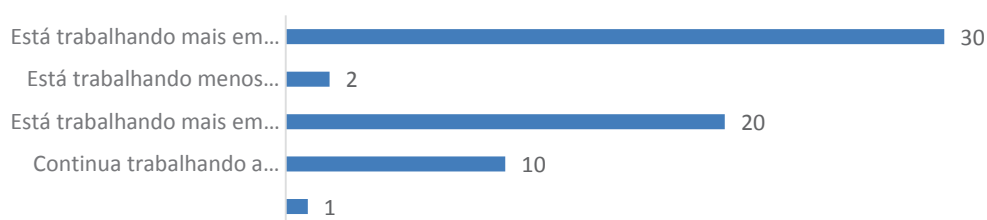
Gráfico 7 - O professor universitário trabalha mais ou menos do que consta na carga horária do contrato de trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Corroborando essas informações, constantes no Gráfico 7, os dados apresentados no Gráfico 8, a seguir, quando 50 dos professores avaliaram que, de fato, estão trabalhando mais (em mais ou em menos tempo), no que respeita à jornada diária de trabalho.

Gráfico 8 - Em sua jornada diária de trabalho o professor universitário está trabalhando mais ou menos?



Fonte: Elaborado pelo autor.

E como o professor universitário está dividindo o tempo dedicado a atividades de trabalho em sua prática cotidiana? Vejamos o que informaram a esse respeito os próprios professores-participantes da pesquisa, em seus depoimentos/relatos:

É assim... não tem uma resposta única. Então, eu tento... eu tento separar uma hora, duas horas, por estagiário, por semana, pra

conversar com eles, tirar dúvidas, organizando essas coisas, e com isso a pesquisa vai andando aos pouquinhos. Bancas examinadoras, essas coisas elas são... às vezes tem, às vezes não tem. Mas assim... eu acho que a semana ela é principalmente organizada entre aulas e tudo relativo à aula: preparação, prova, tudo isso, e talvez isso tome, acho que cinquenta por cento do tempo, talvez. E mais... principalmente a parte burocrática, de administração ou algumas coisas que precisam ser feitas pra administração, e aí a pesquisa, vai... a gente vai levando com os alunos. É mais ou menos assim, que eu vou organizando. E aí reunião de colegiado, essas coisas que de vez em quando aparece, mas elas não são muitas, então a gente vai conseguindo... levar (P1).

Bem, essas atividades, eu organizo de maneira... pelo menos venho organizando de maneira equivalente à distribuição entre... eu venho organizando de maneira constante, desde o ingresso na universidade em: aproximadamente uns 40% das ações voltadas ao ensino, uns 30% voltadas à pesquisa e 15%, mais ou menos, voltadas à extensão e às atividades de gestão. As atividades de ensino se resumem à atuação nas licenciaturas [...] as atividades de ensino, como eu disse, equivalem a aproximadamente 40%. As atividades de pesquisa elas vêm ocupando, por mais que tenham ocupação em termos de porcentagem, de uns 30%, mas esses 30% são distribuídos, com: coordenação, com processo de coordenação ou de colaboração com projeto de iniciação científica, vinculados à PROPESQ e, em grande medida, participação em pesquisa, independente do registro (P12).

[...] mas de alguma forma eu estou sempre atuando, eu não... claro que, extrapola às 40 horas, extrapola porque hoje a minha vida pessoal está também se confunde muito com a minha vida profissional, e eu de fato acredito que o que nós somos, ou o que fazemos como profissionais é muito daquilo que a gente é ou faz enquanto pessoa, então eu não consigo descolar uma coisa da outra, claro que eu tenho... tenho horas de lazer, de dedicação à família, as relações afetivas, mas hoje eu não consigo separar em termos de horas:... só 40 horas..., não consigo (P12).

Olha [...] acho que gestão é mais ou menos cinquenta por cento (50%), e gestão aqui que eu digo, não é apenas a gestão no sentido de coordenação, mas também das reuniões de conselho, reunião de comissões e tudo mais. Ensino, entre aulas e orientação de alunos e tal, eu diria que são mais... aí uns vinte por cento (20%), mais uns vinte por cento... quinze por cento (15%) de extensão, quinze por cento (15%) de pesquisa, dá os cem por cento (100%). aproximadamente (P13).

Tem as atividades de ensino em sala de aula, eu dedico aproximadamente uma hora externa pra cada hora/aula que eu dou. É uma hora de pesquisa, uma hora de elaboração de aula, então pra cada hora/aula, tem uma hora de pesquisa, isso já me dá vinte e quatro horas semanais. A gestão aqui no núcleo me toma tranquilamente dez horas semanais, dez... doze horas semanais, e o restante, o pouco que me resta, eu dedico à pesquisa (P10).

É, eu divido entre os dois. Eu trabalho... eu diria até que venho bastante ao departamento... eu sou, provavelmente, no meu departamento, um dos professores que está mais presente no ambiente de trabalho, mas eu divido também esse tempo com trabalho em casa. Até porque não dá pra separar, eu trabalho no fim de semana, eu trabalho à noite, eu trabalho em horários e em dias,

inclusive, em que aqui não seria possível trabalhar, porque o ambiente vai tá fechado, não funciona e também é inviável. Não dá pra vir três vezes no mesmo dia, embora algumas vezes isso aconteça comigo, quando eu dou aula à noite, particularmente, são três expedientes obrigatoriamente. Mas eu nunca... eu nunca estou em casa sem fazer algum tipo de trabalho, mesmo que seja por pouco tempo. Mas, naquele horário que seria de tempo livre, eu sempre tenho algum envolvimento com o trabalho também (P6).

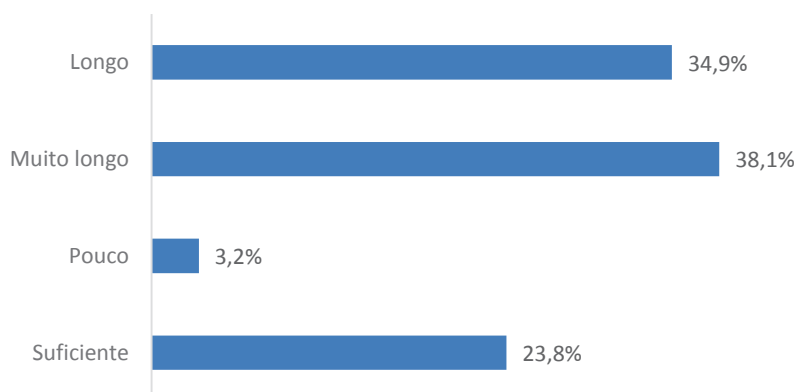
Eu normalmente estou praticamente o dia todo em função, e, muitas vezes, à noite também, lendo trabalhos de orientandos ou de bancas que eu participo, pra poder cumprir os prazos. Então, hoje em dia é muito normal pra mim, eu trabalhar fim de semana também. Sábado e domingo eu trabalho. Quer dizer, algumas horas, não é o dia todo (P5).

Percebe-se, neste caso, que o *tempo livre* está diretamente relacionado tanto com o próprio tempo de trabalho quanto com a maneira como o professor universitário organiza as suas atividades de trabalho. Como diz, ainda, este professor-participante: “É muito difícil, assim, muitas vezes eu acordo de madrugada e aí começo a pensar em alguma coisa para... „como é que eu vou melhorar aquela aula“,... é muito difícil separar uma coisa da outra” (P1).

Este professor relata: “Você tem que forçar um pouco a „barra“. Tem que trabalhar no fim de semana, tem que trabalhar à noite, para dar conta disso” (P6).

Os resultados da pesquisa indicaram que há, de fato, um prolongamento do tempo dedicado às atividades de trabalho do professor universitário. De acordo com os dados informados pelos professores-participantes da pesquisa, isso pode ser verificado de várias maneiras, também, como apresentamos, a seguir:

Gráfico 9 - Tempo que ocupa com atividades de trabalho

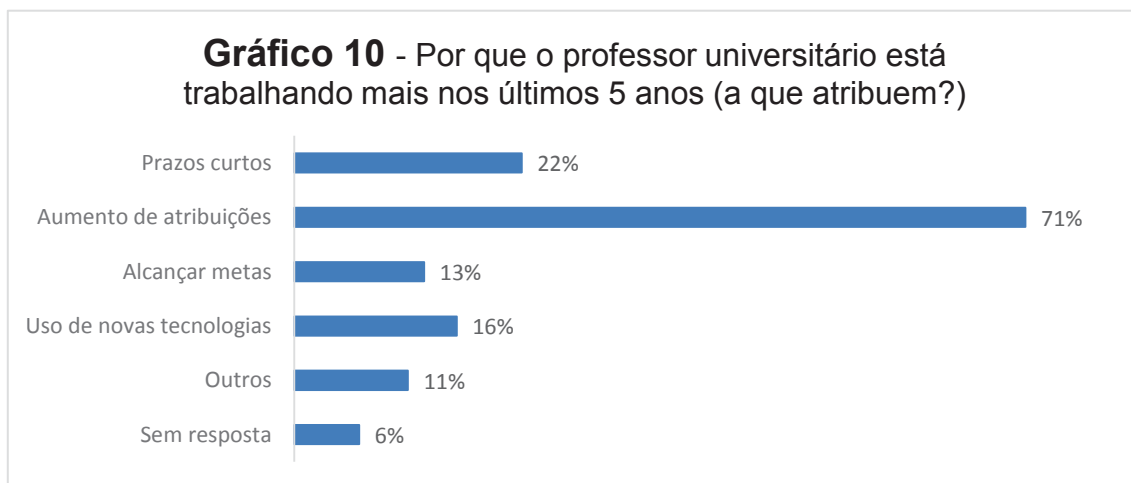


Fonte: Elaborado pelo autor.

Além de ser longo ou muito longo (73% = 46 professores) o tempo que ocupa com suas atividades de trabalho, como exposto no Gráfico 9 (apesar de 23,8% e 3,2% informarem que é suficiente ou pouco, respectivamente), dos 63 professores-participantes que responderam ao questionário de pesquisa, 76,2% (48 professores) informaram que estão trabalhando mais, nos últimos 5 anos.

Também neste caso, tanto a intensificação como o prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho podem estar juntos. Principalmente se somarmos os dados do Gráfico 9 (tempo longo ou muito longo ocupado com atividades de trabalho), às informações (surgimento de novas tarefas/funções a serem desenvolvidas pelo professor universitário), contidas no Quadro 5, mais adiante.

Quanto aos motivos que os professores-participantes atribuem ao fato de estarem trabalhando mais nos últimos 5 anos, dentre as alternativas, 71% (45 professores) responderam o aumento de atribuições. Vejamos o gráfico a seguir (questão de múltipla escolha):



Fonte: Elaborado pelo autor.

Tais informações, também, podem ser reforçadas quando, ao serem solicitados a responder se surgiram novas tarefas ou funções, dos 63 professores-participantes, 47 informaram que surgiram novas tarefas ou funções que foram acrescentadas às atividades que desenvolvem.

Tais atividades podem ser entendidas como “novas tarefas”, tanto no sentido de um semestre em relação ao semestre anterior, quanto em relação a tarefas que o professor não exercia antes e passou a executar. É o caso, por exemplo, de professores que concluíram o doutorado recentemente (referimos ao período desta pesquisa) e começaram a exercer outras atividades, também na pós-graduação, em nível de mestrado e/ou doutorado. Como relata este professor, também coordenador de projeto de uma agência nacional: “Principalmente com a conclusão do doutorado, assim, muitas portas se abrem na universidade com relação à coordenação de projetos, por exemplo, projetos de extensão, projetos de pesquisa [...]” (P3).

Vejam algumas dessas atividades, já identificadas pelos professores-participantes, no Quadro 5:

Quadro 5 – Novas tarefas/funções
<ul style="list-style-type: none"> – homologação das inscrições de candidatos a processos seletivos, homologação de processos de diárias, passagens, hospedagens; comissões examinadoras; atividade de editora de revista científica; chefia; pareceres para conselhos e plenárias; participação em comissões diversas; preencher múltiplos relatórios para a instituição; cargo administrativo; consultoria e pareceres para periódicos. coordenação da pós-graduação; de curso, de área, PIBID – vice-chefe de departamento; vice-coordenação de curso; coordenação de projeto de pesquisa, coordenação de ação de extensão; participação em comissões de gestão; participação em comissões institucionais; participação em comissões de gestão e comissões de cunho acadêmico, como o núcleo docente estruturante do curso; – coordenação de progressões; coordenação do Núcleo de Prática Jurídica; coordenação de estágio; coordenação de laboratório; assumir “orientação acadêmica” de turmas inteiras de graduação, participar de Núcleo Docente; – editora de revista científica; gestão da Diretoria Médica; blog; atualização da produção acadêmica no SIGAA e Lattes; gerência de projeto de pesquisa e desenvolvimento; participação em projetos com outras instituições e/ ou cursos; elaboração e revisão de banca de processos seletivos, residência multiprofissional – a pós-graduação aumenta sobremaneira; homologação das dissertações e teses; preenchimento de avaliações; processos seletivos de mestrado.

Alguns fatores podem ter contribuído para que os professores estejam trabalhando mais, conforme os indicadores e informações contidos no Gráfico 10 (“*Por que o professor universitário está trabalhando mais nos últimos 5 anos*”) e no Quadro 5 (“*novas tarefas/funções*”), respectivamente. É o caso da

expansão do número de instituições de ensino superior, acompanhada do aumento do número de alunos e de cursos regulares, a forma como estão sendo utilizadas as novas tecnologias, a não contratação de novos professores proporcional ao crescimento do número de IES e do número de novos alunos ingressos.

Junte-se a isto, o fato de que, para a maioria dos professores universitários (50 professores-participantes), o ritmo de trabalho é *apressado* ou *acelerado*. Nesse caso, apenas 13 avaliaram que esse ritmo é regular. Como diz este professor-participante: “[...] aparecem demandas que são muito urgentes e isso é muito complicado por que atrapalha a programação da aula, atrapalha muita coisa” (P1).

Solicitados, em seguida, a responder por que o ritmo de trabalho é *acelerado*, *apressado* ou regular, obtivemos as respostas que estão no Quadro 6:

	Quadro 6 – Por que o ritmo de trabalho do professor universitário é <i>acelerado</i> , <i>apressado</i> ou regular
<i>Acelerado/ Apressado</i>	Atividades demasiadas; demandas da universidade e vontade de fazer um bom trabalho; demandas superiores ao tempo que um dia possui; devido às diversas tarefas e funções; em períodos como início e final de semestre, temos mais atividades; há muitas atividades a serem cumpridas no mesmo período; há pressão constante por produção e somos espremidos pelo pouco tempo. muito tempo dedicado a ensino, orientação (monografia, Iniciação científica, mestrado, doutorado) e pouco tempo para a pesquisa e produção intelectual; muita demanda e muita exigência; muitas atividades; muitas atividades e pouco tempo; muitas atividades para dar conta; muitas atribuições para realizar; muitas tarefas em pouco tempo; muitas tarefas a serem cumpridas, somando pesquisa, ensino e extensão; muito trabalho para 40 horas semanais; o trabalho ocupa meu tempo livre, ultrapassa muito 40h; para manter a pesquisa; para atender as demandas/compromissos; para dar conta de todos os afazeres necessários dentro dos prazos disponíveis; porque tenho que lecionar, escrever <i>papers</i> , participar de comissões, reuniões, avaliar, parecer de projeto, assumir atividades administrativas, fazer pesquisa, extensão, responder e-mails, participar de bancas, fazer parcerias nacionais e estrangeiras etc.; porque tenho metas ambiciosas; sempre envolvida e com pendências; trabalho acelerado devido ao pouco tempo para desenvolver múltiplas funções; Temos prazo a cumprir; várias atividades; as atividades de pesquisa e orientação seriam as responsáveis, em grande medida, pelo aumento do ritmo de trabalho; antes marcávamos uma reunião por turno, hoje marcamos duas e às vezes três; não há tempo para discutir com calma as propostas; as redes [sociais] têm sido nossa sala de reuniões; tarefas excessivas; muitas demandas; muita cobrança; atividades

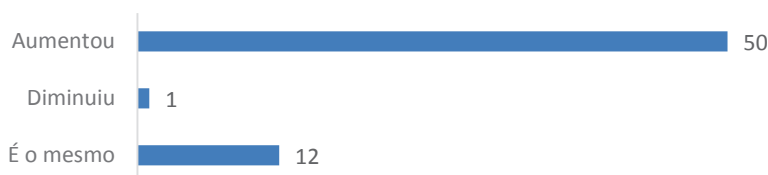
	diferentes a cumprir em um mesmo prazo (e, por vezes, curto ou insuficiente)
Regular	Eu gosto do que faço; acho meu ritmo normal; porque procuro orientar menos alunos de pós; depende do semestre com mais ou menos demandas; compatível com a dedicação exclusiva; porque gosto de me envolver em muitas atividades simultaneamente.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essas informações constantes tanto no Gráfico 10 (*“Porque o professor universitário está trabalhando mais nos últimos 5 anos”*), quanto no Quadro 6 (*“Por que o ritmo de trabalho do professor universitário é acelerado, apressado ou regular”*), só corroboram e ajudam a entender as várias informações mencionadas ao longo do texto, pelos professores-participantes, a respeito do fato de estarem trabalhando muito, exercendo várias atividades ao mesmo tempo, trabalhando aos finais de semana, assumindo novas tarefas/funções, entre outras. Aqui, faz sentido também a ideia de *go slow*, também lembrada por alguns professores.

Ainda referente ao ritmo de trabalho, verificamos que, dos 63 professores-participantes, 79,4% (50) informaram que esse ritmo de trabalho também aumentou nos últimos 5 anos. De acordo com os dados do Gráfico 11, a seguir, apenas 1 professor respondeu que o ritmo de trabalho diminuiu.

Gráfico 11 - Ritmo de trabalho aumentou ou diminuiu nos últimos 5 anos?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Mais uma vez, o prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho, como vimos constatando até agora, torna-se também um fator importante no processo de intensificação do trabalho. Conforme Dal Rosso (2008, p. 192), referindo-se aos limites “naturais” da ampliação da jornada diária de trabalho, à intensificação e à conseqüente diminuição do tempo de não-trabalho:

Alongar as horas é o mais tradicional e elementar meio de intensificar o trabalho. Na verdade, só é menos tradicional do que a escravidão. O trabalhador é conduzido a reduzir o tempo à sua disposição e colocá-lo a serviço de sua empresa ou de seu serviço público. Como o tempo do trabalhador, é um jogo de soma zero – o dia só tem 24 horas – o aumento do tempo no trabalho implica subtração do de não trabalho à disposição do indivíduo.

Perguntados por que aumentou ou diminuiu o ritmo de trabalho do professor universitário, obtivemos as respostas apresentadas no Quadro 7:

	Quadro 7 – Por que o ritmo de trabalho do professor universitário aumentou, diminuiu ou continuou o mesmo nos últimos 5 anos (a que atribui?)
Aumentou	Acréscimo de atividades; as exigências do MEC e da universidade que aumentam a carga sobre os professores; assumir cargo de gestão; assunção de novas funções de gestão; atribuições diversas – uso de internet e aplicativos; aumento da quantidade de trabalho relacionada a cada atividade que desenvolvo; aumento das demandas de pesquisa – pós-graduação – aumento de produtividade; aumento das demandas institucionais; aumento de atribuições; aumento de demandas; aumento de responsabilidades; aumento de tarefas; aumento no nível e número de responsabilidades; aumento no número de atividades/demandas; aumentou pesquisa, extensão e gestão; cultura de produtividade da instituição e inserção em atividades na pós graduação; demanda mais redes sociais; ensino/pesquisa/graduação/especialização e mestrado; entrada na pós-graduação, metas de publicação, número elevado de estudantes, qualidade/formação dos estudantes da pós-graduação; exigências institucionais, falta de planejamento institucional; exigências para publicação de artigos; gestão; mais pesquisas e orientações; mais trabalho em que me meto; maturidade na instituição; mais tarefas/funções na docência; metas e atribuições; mudanças no mundo do trabalho; mundo virtual, criado com um tempo espaço que não existe na natureza; necessidade de cumprir critérios; novas demandas; novos projetos, novas oportunidades que a carreira docente oferece; número de atividades muitas vezes incompatível com o prazo estabelecido para o seu cumprimento; obrigações; participação na administração; qualificação; solicitações para preenchimento de formulários, cumprimento de datas, maior número de alunos; mais responsabilidades.
Diminuiu	Maior motivação pessoal e apoio institucional.
É o mesmo	Nada mudou; não houve redução ou aumento de carga horária em ensino nos últimos 5 anos e o tempo dedicado às atividades de pesquisa continua o mesmo; organização; dedicação de horas de trabalho diária é a mesma; diminuiu a carga de aulas, mas aumentou a carga de gestão.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como vimos no Gráfico 11 (*“Ritmo de trabalho aumentou ou diminuiu nos últimos 5 anos?”*), apenas 1 professor-participante respondeu que o ritmo de trabalho diminuiu nos últimos 5 anos, enquanto 50 professores responderam que o ritmo de trabalho aumentou nos últimos 5 anos. Ao justificarem por que o ritmo de trabalho aumentou (Quadro 7 – *“Por que o ritmo de trabalho do professor universitário aumentou, diminuiu ou continuou o mesmo nos últimos 5 anos – a que atribui?”*), percebemos a variedade de informações, algumas delas já mencionadas pelos professores, por outros motivos.

Em seu conjunto, esses dados e informações podem ser indicadores de *formas de apropriação* realizadas pelo capital e/ou Estado (direta ou indiretamente), tanto do tempo como do trabalho intelectual dos professores/pesquisadores e dos saberes técnico-científicos. Assim, relata este professor-participante:

[...] estando ou não na universidade, de alguma forma eu estou atuando, eu estou pensando em alguma dimensão desse trabalho, seja fazendo uma correção de trabalho, de um orientando,... seja fazendo uma pesquisa em alguma base de dados, mas, de alguma forma, eu estou sempre atuando (P12).

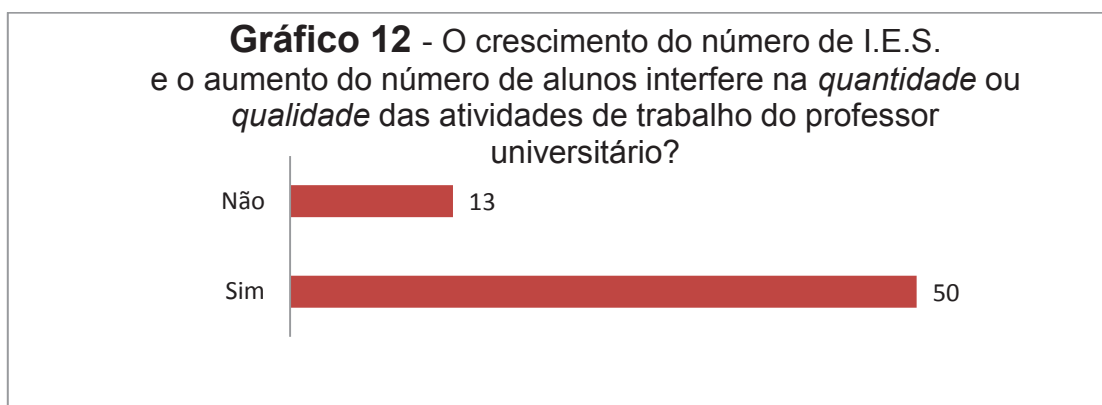
Nesse sentido, não é por acaso que, também na UFRN, não ocorreu a contratação de novos professores na mesma proporção do número de alunos ingressos nesses últimos anos.

Aqui, o papel do Estado, às vezes, torna-se de grande importância. Assim, pode não ser também por acaso, o fato de várias empresas/instituições do setor privado de educação (ver capítulo 3), terem se beneficiado, também, com programas de financiamento de bolsas e isenção de impostos, além de outros benefícios, com a política de educação superior de vários governos.

Essas formas de apropriação privada de fundos públicos podem ser inerentes à própria forma social de produção e reprodução capitalista, mas o que verificamos, no período mais recente, tem sido um aprofundamento desse processo de apropriação com a “nova” fase do capital financeiro/especulativo contemporâneo, com todas as suas consequências nas áreas econômicas, políticas, tecnológicas, sociais e educacionais.

Além dos vários motivos que, de acordo com os dados já apresentados nos Quadros 5 (*“Novas tarefas/funções”*), 6 (*“Por que o ritmo de trabalho do*

professor universitário é acelerado, apressado ou regular”) e 7 (“*Por que o ritmo de trabalho do professor universitário aumentou, diminuiu ou continuou o mesmo nos últimos 5 anos – a que atribui?*”), contribuem para o aumento do número de atividades, do ritmo de trabalho e do tempo dedicado às atividades de trabalho, ou seja, do prolongamento da jornada de trabalho; podemos, ainda, acrescentar outros motivos identificados pelos professores-participantes, como podemos observar em seguida:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos que responderam sim, uma parte entende que interfere tanto na qualidade como na *quantidade*. Destes, a maioria dos professores concorda que interfere mais na *qualidade* (alertamos que não intencionamos estabelecer aqui uma divisão estanque entre *quantidade* e *qualidade*, pois essas duas categorias encontram-se inter-relacionadas). Perguntados *por que*, obtivemos as seguintes respostas (ver Quadro 8, a seguir) que, em última instância, podem ser entendidas como expressão das preocupações dos professores, principalmente, quanto às condições de trabalho e à qualidade do processo educativo.

Quadro 8 – Por que o crescimento do número de IES e o aumento do número de alunos interfere na <i>quantidade</i> e/ou na <i>qualidade</i> das atividades de trabalho do professor universitário	
	<p>não permite o acompanhamento da aprendizagem dos alunos; pouca atenção individualizada; porque o tempo de atendimento aos alunos fica reduzido;</p> <p>alunos sem base adequada estão ingressando na universidade; baixou o nível dos alunos;</p> <p>aumento do número de alunos acompanha a diversidade destes em termos de nível de acompanhamento/apreensão do conteúdo ministrado. Isso exige do docente maior</p>

Qualidade	<p>criatividade, dinamicidade, atenção teórico-metodológica, maior tempo de trabalho e, conseqüentemente, [gera] mais cansaço;</p> <p>desproporcionalidade entre número de professores e alunos; turmas mais numerosas demandam mais do professor; exigência de maior carga horária;</p> <p>vira linha de produção, objetivando metas;</p> <p>disponho de menos tempo para atender aos alunos. O trabalho é mais massificado; massificação do ensino e burocratização do trabalho do professor; pensar a metodologia e as estratégias de ensino para um número maior de alunos é mais trabalhoso;</p> <p>mais alunos requer mais recursos humanos; não consigo fazer tantos trabalhos individuais como gostaria; porque cansa mais o professor, exige mais para manter a atenção dos alunos que se dispersam mais;</p> <p>pouco espaço na sala de aula para debates e seminários; realizar atividades mais dinâmicas para perder menos tempo na elaboração/correção;</p>
Quantidade	são mais alunos para realizar atividades práticas; muitos trabalhos/provas a serem corrigidos.
Quantidade e Qualidade	<p>impossibilita metodologias inovadoras, uma vez que o excessivo número de alunos impede o uso de metodologias problematizadoras;</p> <p>a maior quantidade de alunos requer mais tempo para corrigir avaliações e também impõe mais dificuldades para organizar aulas práticas em laboratórios e de campo; conseqüentemente, o professor por falta de tempo para corrigir avaliações, reduz o número de avaliações por turma, o que em geral prejudica o aprendizado dos alunos;</p> <p>atualmente, o volume de trabalho (mais trabalhos e provas), e em razão inversa diminui a qualidade;</p> <p>nos traz outras demandas para manutenção da qualidade; difícil prestar atendimento individual para 50 alunos em cada turma; tenho 2 a 3 turmas, geralmente; deteriora interface professor-aluno; reduz participação ativa do aluno, exige maior quantidade de aulas expositivas, impede melhor atenção e acompanhamento ao aluno;</p> <p>o tempo é insuficiente.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como vimos, conforme os relatos/depoimentos dos professores-participantes, apresentados no Quadro 8, como consequência do crescimento do número de IES e aumento do número de alunos, destacam-se:

- * Dificuldade de acompanhamento da aprendizagem do aluno e maior dificuldade de atendimento individual > (“alunos sem base adequada estão ingressando na universidade” [...] “porque cansa mais o professor, exige mais para manter a atenção dos alunos que se dispersam mais”);
- * Maior volume de trabalho, como maior quantidade de aulas teóricas, práticas e em laboratórios, mais tempo de carga horária, menos qualidade e diminuição do número de professores por alunos > (“a maior quantidade de alunos requer mais tempo para corrigir avaliações e também impõe mais dificuldades para organizar aulas”);
- * Dificuldade de acompanhar a demanda, massificação do ensino e mais cansaço > (“vira linha de produção objetivando metas”);
- * Redução do tempo para execução das atividades > (“reduz participação ativa do aluno” [...] “o tempo é insuficiente”).

Já em relação ao número de professores, dos 63 professores, 55,6%, isto é, 35 professores-participantes, avaliaram que o número de professores existente é pouco e 42,9% avaliaram que o número de professores é regular. Apenas 1,6% afirmou que o número de professores é muito.

Podemos, assim, inferir que, durante o processo de expansão das IES – Instituições de Ensino Superior, esses dois fatores (o crescimento do número de IES e o aumento do número de alunos ingressos) contribuíram de forma significativa para o aumento do número total de cursos regulares nessas instituições. Fato que se torna mais problemático, na medida em que, como já dito antes, tal crescimento/aumento não foi acompanhado pelo número proporcional de contratação de professores do quadro efetivo.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2019), no período de 1999 a 2009,

O número total de estudantes cresceu 72,6%, passando de 19.242 em 1999 para 33.216 em 2009 e o número total de cursos regulares ofertados aumentou em 37,4%, passando de 163 em 1999 para 224 em 2009. No mesmo período, o quadro permanente docente cresceu apenas 9,4%. Se considerarmos o ano de 2008, o número de

professores decresceu em 3,9% (Plano de Desenvolvimento Institucional/2010-2019 – UFRN, p. 16).

As informações do referido documento podem indicar por que mais da metade dos professores-participantes entendem que o número de professores é pouco. Isso vai ao encontro do que Sidney (2013, p. 59) observa, quando diz que,

A expansão desordenada do ensino público superior tornou o magistério uma atividade de risco. O aumento do número de turmas, da carga horária e de estudantes em sala de aula inviabilizou a relação professor-estudante, com graves prejuízos para a qualidade do ensino e para a saúde dos professores. Somem-se a isso o aumento da correção de trabalhos, em geral nos fins de semana, e as péssimas condições ambientais a que os professores são expostos e o resultado são licenças médicas em profusão.

Se juntarmos as informações contidas no Quadro 8 (“Por que o crescimento do número de IES e o aumento do número de alunos interfere na *quantidade* e/ou na *qualidade* das atividades de trabalho do professor universitário”), nos Gráficos 11 (“*Ritmo de trabalho aumentou ou diminuiu nos últimos 5 anos*”) e 12 (“O crescimento do número de IES e o aumento do número de alunos interfere na *quantidade* ou *qualidade* das atividades de trabalho do professor universitário”); fica evidente as implicações da forma como ocorreu a expansão do ensino superior, do aumento do número de alunos por sala de aula e da diminuição proporcional de contratação de professores, nas condições de trabalho e na *qualidade* da atividade de trabalho desenvolvida pelo professor universitário.

De fato, tantas atividades, além de permitir o prolongamento da jornada de trabalho, tornam quase impossível ao professor universitário combinar algumas tarefas sem comprometer o seu *tempo livre* e, também, a qualidade e o tempo mesmo para execução de outras atividades de trabalho. São as múltiplas tarefas a serem desenvolvidas simultaneamente.

O tipo de profissional polivalente do modelo taylorista ou da produção flexível também existe na universidade desenvolvendo múltiplas atividades. Tarefas que poderiam ser realizadas por um auxiliar técnico, por exemplo, hoje ocupam o tempo do professor universitário, que precisa desenvolver também essas tarefas, como preencher relatórios, responsabilizar-se por captação de recursos etc.

A grande maioria dos professores universitários indicou esse fato, como vemos no próximo gráfico:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Perguntados por que desenvolvem múltiplas tarefas, os professores-participantes responderam: (dividimos e inserimos as respostas em três categorias inter-relacionadas apresentadas no Quadro 9)

Quadro 9 – Porque os professores universitários desenvolvem múltiplas tarefas ao mesmo tempo	
Faz parte da profissão / É necessário	da natureza da profissão; demandas da universidade; demandas a serem atendidas; faz parte da demanda da instituição; demanda da universidade, tendo em vista que leciono, participo de editais de agências de fomento e ainda acumulo funções administrativas; algumas tarefas são associadas; articular atividades de ensino com pesquisa; porque é exigência da instituição fazer parte das atividades docentes; porque é preciso; porque há uma demanda para ser atendida; porque o trabalho docente hoje exige quase polivalência; porque se faz necessário para o cumprimento dos compromissos assumidos; são complementares, conjuntas;
Prazos / Falta tempo / Muitas atribuições	coincidência de prazos para tarefas muito diferentes; devido às demandas, prazos exíguos e múltiplas funções; em virtude dos prazos estabelecidos para o cumprimento das tarefas, os quais, por vezes, coincidem; pesquisa, ensino e orientação; porque nos é imposto, porque existe uma expectativa/cobrança para tal e porque além das cobranças, quero fazer o que me dá prazer; Devido ao aumento de atribuições; há grande demanda de atividades simultaneamente; muitas atribuições com prazos curtos; cada dimensão na vida acadêmica como ensino, pesquisa e extensão exigem planejamento e gestão;

assistência e pesquisa; aula, orientação, responder e-mails e whatsapp; para dar conta das demandas; participo do Colegiado do curso; há sempre reuniões do Colegiado de pós-graduação e graduação. participo de comissões; preciso pesquisar e publicar; pelas demandas existentes; por causa das múltiplas demandas da gestão e pesquisa; porque o exercício da atividade docente superior envolve várias tarefas múltiplas tarefas relacionadas às atividades de ensino, extensão, pesquisa e administrativa; porque sempre existe uma lista enorme de atividades para cumprir no curto prazo; por serem muitas; porque tem muitas atividades a serem desenvolvidas de ensino, pesquisa e extensão; são muitas atividades; são muitas demandas; sou médico e professor; tenho vários projetos e atribuições em paralelo; falta de tempo; necessidade, falta de tempo; para aproveitar o tempo e cumprir os prazos; para compensar a falta de tempo para realizar todas as atividades; tempo pouco, muitas responsabilidades, muitas exigências;

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados expressos nos dados do Gráfico 13 (“*Desenvolve múltiplas tarefas ao mesmo tempo*”), tornam-se mais significativos ao observarmos as justificativas apresentadas no Quadro 9. São várias as justificativas, que se se misturam aos relatos, mas percebe-se, visivelmente, que se destacam a falta de tempo e as muitas atribuições.

É o que indicam os relatos destes professores-participantes, que assim se expressaram:

Você está fazendo a sua pesquisa, precisa fazer certas leituras, e nem sempre você faz no tempo que seria interessante por que é obrigado a dividir com outras atividades. A orientação te chama, a aula te chama, a banca te chama, o prazo para entregar o relatório chama (P6).

Tento finalizar um artigo, não consigo finalizar o artigo, porque, quando eu estou trabalhando no artigo, preciso parar para ministrar minha aula. Eu preciso parar para orientar o aluno de iniciação científica, orientar o aluno de estágio e de trabalho de conclusão de curso. Então, assim, professor... eu termino trabalhando os 3 turnos e às vezes até final de semana, para tentar concluir a publicação de um artigo, por exemplo (P9).

Por isso, referindo-se ao desenvolvimento de múltiplas tarefas, Botomé, *apud* Lemos (2011), entende que, atualmente,

[...] o professor universitário precisa ser um profissional múltiplo. Precisa ser um *técnico especialista* num campo de trabalho, mas também precisa ser competente como *pesquisador ou cientista* em uma área do conhecimento. Já temos aí duas profissões, mas existem outras exigências: ele precisa ser um *professor de nível superior* capaz de ensinar e preparar profissionais, para realizar as tarefas mais complexas da sociedade. E, além disso, precisa estar apto para ser um *administrador*, pois vai defrontar-se com a necessidade de gerenciar projetos de pesquisa e de ensino, coordenar grupos de trabalho e órgãos da estrutura administrativa universitária, como departamentos, cursos, etc. E ainda precisa ser um *escritor* razoável (BOTOMÉ, 1996 apud LEMOS, 2011, p. 108. Grifo do autor).

Diante desse fato, alguns responderam, como em tom de resignação, que é necessário, portanto, “não há outra forma” ou “não tem como escapar”.

Essas falas em que os professores demonstram uma relativa “aceitação imposta”, podem ser parte de um processo de “naturalização”, como entendida nas ciências sociais.

Quanto a esse possível processo de “naturalização”, diante da falta de uma organização mais atuante do próprio sindicato e da reação organizada dos docentes, alguns professores-participantes, quando interpelados, assim interpretaram (grifo nosso):

Acho que os professores vão *reclamando e aceitando*, reclamando e aceitando, quer dizer, há um movimento de resistência, mas que vai sendo quebrada por conta do governo não tá cedendo, do sindicato nos últimos anos, esse nosso pelo menos, aqui da UFRN, ter sido muito conivente com o que o governo resolvia e a gente foi deixando, a universidade se expandir aumentando muito o número de vagas pra alunos e a gente foi aceitando cada vez um pouquinho mais de alunos na sala de aula, um pouquinho mais de alunos pra orientar e assim por diante. E *a gente foi aceitando isso como algo necessário*, como... “não tem outro jeito”. Eu acho que tá no momento da gente começar a resistir mais e bater um pouco o pé (P13).

Sim. É estranho, mas há. *Há uma naturalização* do que foi historicamente construído, que é produto também de uma política. Porque eu penso que nós estamos ainda atordoados. Agora isso tudo não quer dizer que exista alguém planejando pra fazer o mal: é o estado, é o neoliberalismo... não. Eu penso que existem muitas variáveis e que precisam ser examinadas com cuidado. Às vezes, e o que eu tenho sentido é a *necessidade do desvio do debate do modo como ele tá posto* (P14).

A ideologia, ela atua, exatamente, *naturalizando* o que é socialmente construído. Se o neoliberalismo passou a ser a referência ideológica principal e uma consequência disso foi, exatamente, o individualismo exacerbado e, portanto, o descrédito e perda de importância das ações coletivas, obviamente que você termina *naturalizando* que os problemas não vão ser resolvidos em termos coletivos, mas que os

problemas, no máximo, podem ser resolvidos através do esforço pessoal (P7).

Essa *naturalização*, ela é atribuída a um esquecimento histórico, de como as coisas são construídas historicamente. E eu digo por que, pra mim, a ideia de naturalizar é incorporar, inconscientemente, um tipo de modo de ser e de viver sem que você se pergunte se este, realmente, é o modo de ser e de viver que você quer. Então você *naturaliza*. E essa *naturalização* pra mim, ela passa por essa perda da dimensão histórica do que é que tá acontecendo mesmo. Do que se instaurou, Quais são as variáveis? O que é que o REUNI tem a ver com isso? O que é que as novas tecnologias têm a ver com isso? E quais são, então, as minhas decisões, o meu pensamento sobre isso? Porque *desnaturalizar* seria tomar consciência do que é que tá posto, do por que é que tá posto, e por que eu estou nesse fluxo. Por que é que eu não estou na contracorrente? Por que é que eu sigo a corrente? Então na hora que eu começo a me dar conta de... por que eu estou nesse fluxo, então, eu vou, em certa medida, *desnaturalizando*, e aí, eu vou *historicizando-me*, eu vou *sabendo-me* em um mundo e em um movimento e um tempo e um espaço que se movimenta de acordo com *certos interesses*. E aí, quando eu me dou conta dos interesses, eu posso me perguntar. Então, qual é mesmo o meu interesse? E na hora que eu me pergunto qual é o meu interesse, eu *desnaturalizo*. [...] Mesmo que... bem que a gente é *coagido*. Porque a grande agonia que se instaura é que mesmo que você tenha consciência, mas foi montada uma *rede que impõe o trabalho* de tal modo que você *se coisifica* (P14)

Sim, eu acho que há uma *naturalização* disso, inclusive pelo aspecto da competição. Há uma... hoje o ambiente de trabalho na academia, na universidade é, praticamente, tão competitivo quanto em qualquer empresa. Eu acho que um dos resultados dessa reestruturação produtiva, que aconteceu na economia capitalista como um todo, em âmbito mundial e a *reestruturação produtiva* na academia, *na universidade*, que é parte desse processo mais global, acho que um dos efeitos disso foi acirrar a competição inter-individual. Então, isso contribui para *naturalizar* esse produtivismo. As pessoas estão... pra mim, elas estão muito preocupadas em competir, elas não percebem que estão se envolvendo nessa “onda” de produtivismo (P6).

O conteúdo dos relatos acima diz respeito não apenas às atividades de trabalho, mas também ao *tempo livre*. Obtivemos informações que seguem nesse sentido, como é o caso do relato a seguir, por exemplo: “A necessidade de produzir mais, nos leva a usar o *tempo livre* para isso ou, *sentir-se culpado*, caso não o use” (grifo nosso).

Expressa-se, dessa forma, e ao mesmo tempo, uma tensão e um tipo de “*naturalização*” no que se refere às condições de trabalho, ao prolongamento do tempo dedicado às atividades de trabalho e, conseqüentemente, às implicações disso no *tempo livre* do professor universitário. A instauração de um ambiente de competição e o individualismo fazem parte desse processo.

De acordo com relato deste professor-participante, “A grande agonia que se instaura é que, mesmo que você tenha consciência, mas,... foi montada uma rede que impõe o trabalho de tal modo que você se coisifica” (P14).

Isso também pode ser entendido como sendo parte de um amplo e complexo processo de *internalização* e de *personificação* de relações sociais (alienadas).

Esse processo de “naturalização”, de certa forma, pode refletir nas possibilidades de resistência da categoria profissional. É o que expressa o relato deste professor-participante:

Há resistência, que eu acho que é uma resistência muito pequena, porque eu acho que a grande maioria dos professores assumiu mesmo essa lógica de produtividade. Aqueles que fazem uma resistência a esse processo também são pressionados em função dos critérios de avaliação da CAPES, para atender a essas exigências e produtividade. Não vejo muitas assim... saídas... as saídas que eu escuto [...] é... só quando se aposentarem... que vão poder fugir desse... dessa pressão, da vida acadêmica (P9).

E este mesmo, professor conclui:

Eu acho que a saída para isso seria o professor, ele buscar uma organização coletiva, fazer reflexões, criar espaços de debates, de reflexões críticas, dentro dos departamentos, procurar disseminar essa discussão com outros departamentos... buscar o apoio do sindicato, para se reverter alguns critérios que são postos (P9).

Entretanto, já o fato de se ter consciência dessa “naturalização”, pode se constituir em indício de uma possível clarificação de consciência da categoria profissional, de uma possível forma de resistência individual e/ou coletiva ou, ainda, ser uma forma de expressão de uma insatisfação ou vontade contida e ainda não realizada.

No entanto, como observa Tonet (2005, p. 223), talvez, aqui, “[...] se faz sentir a contradição que também permeia a atividade educativa. Seu caráter, ao mesmo tempo alienante e superador da alienação”. Daí, a importância de se desenvolver um pensar e uma consciência *crítica*, tanto no âmbito das relações cotidianas e profissionais como também no fazer acadêmico-científico.

Esses dados apresentados, a partir da nossa pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, referente à multiplicidade de tarefas, vão ao encontro de resultados apresentados por

Lemos (2011), a partir de pesquisa de doutorado realizada na Universidade Federal da Bahia – UFBA, com o título *Alienação no trabalho docente: o professor no centro das contradições*, segundo informa a própria autora:

[...] os professores entrevistados relataram ser praticamente impossível atender a todas as demandas do papel de docente, sendo necessário usar o tempo de lazer [...] É o trabalho invadindo o espaço pessoal e privado, impedindo que o professor vivencie outras dimensões da vida, descanse, pense e refaça as energias para enfrentar o cotidiano no início da semana” (LEMOS, 2011, p. 109).

Desde a inserção e utilização pragmática de “novos” conceitos como qualificação, competência, capacitação, até a exigência instrumental do cumprimento de metas estabelecidas no setor de serviços públicos educacionais, de avaliação por resultados, de um profissional polivalente ou multifuncional, da exigência do aumento de produtividade, gerando a hoje denominada cultura do “produtivismo acadêmico” etc.; que as consequências desse processo do aumento do número de atividades e intensificação têm significativa incidência sobre o tempo de trabalho, a própria atividade de trabalho e, também, sobre o *tempo livre* do professor universitário.

Além disso, indo ao encontro da importante observação de Silva (2012, p. 207), de que “A intensificação do trabalho docente se revela de diferentes formas [...]” e que, “Semelhante a uma empresa, também o Estado se vale de estratégias de contenção de investimento em força de trabalho”, alguns estudos indicam a existência do aumento do tempo de trabalho docente no ensino superior, além da ampliação e criação de novas tarefas.

Assim, nesse contexto, conforme a conjuntura política, econômica e ideológica-cultural do momento, foram sendo inseridas na gestão de instituições de ensino superior públicas, formas de gestão empresarial e, ao observarmos as informações obtidas com esta pesquisa, como resultado pode-se verificar o aprofundamento relativo tanto da precarização do trabalhador-professor como da intensificação do trabalho docente no ensino superior, o que, também, significa, conforme Lemos (2011, p. 108), “[...] sobrecarga de trabalho, o que, por sua vez, gera a necessidade de trabalhar no tempo de lazer, com consequências em termos de desgaste físico e psíquico, assim como dificuldades na relação familiar”.

Nesse sentido, dependendo do tipo de instituição, das condições efetivas de trabalho, da quantidade de atividades de trabalho desenvolvidas e levando-se em conta as especificidades da profissão, é forçoso concluir que, diante de tantas atribuições, funções, exigências, prazos, avaliações e necessidade de executar tarefas e cumprir metas, inserindo-se no redemoinho de um *produtivismo* acadêmico exacerbado, parte significativa do *tempo livre* seja relativamente “roubado”, *engolido* pelo tempo de trabalho do professor universitário. Semelhante ao que acontece no processo de produção (mesmo guardando as devidas especificidades), com os mesmos ou outros objetivos, neste caso, o meio utilizado é o mesmo: o prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho.

Como afirmamos na introdução desta tese, constatamos que o *tempo livre* do professor universitário, em certa medida, é determinado por essas condições objetivas (já descritas durante este capítulo), em que desenvolve as suas atividades de trabalho e apresenta-se como *tempo livre liberado*, e não como *tempo livre disponível* (tempo realmente livre). É o fenômeno que entendemos e denominamos, aqui, de *tempo livre usurpado*, ou, o que é o mesmo, de *usurpação do tempo livre*. Assim entendido, o prolongamento, de alguma forma tornado possível (seja a partir da intensidade ou da extensão), da jornada de trabalho ou do tempo dedicado a atividades de trabalho, é uma condição necessária para essa *usurpação do tempo livre*.

No que diz respeito ao *tempo livre*, partimos da concepção de que não é possível compreendermos bem o *tempo livre* se não levarmos em conta a sua relação com o trabalho e com o tempo de trabalho.

Os dois (*tempo livre* e tempo de trabalho) podem interferir, positiva ou negativamente, na qualidade de vida de quem trabalha. E neste caso, a maioria dos professores-participantes da pesquisa (61,9%), respondeu que o seu tempo de trabalho implica negativamente na sua qualidade de vida, enquanto 31,9%, responderam positivamente. E por que, o tempo dedicado às atividades de trabalho interfere negativa ou positivamente na qualidade de vida do professor universitário? Vejamos o que responderam os próprios professores-participantes, de acordo com o quadro a seguir, a partir da classificação que fizemos, por categorias:

Quadro 10 – O tempo de trabalho interfere na qualidade de vida do professor universitário	
Positivamente	<ul style="list-style-type: none"> – Sentimento com o trabalho: o ambiente é bom; amo meu trabalho; porque gosto do que faço; gosto do que faço, mas gostaria de mais tempo para vida própria; gosto do meu trabalho; adoro meu trabalho; gosto de estudar e pesquisar; me sinto produtivo; – Tipo de atividade: sendo flexível, o trabalho é motivador; tenho flexibilidade de horário; desenvolvo as capacidades; > Depende do dia de trabalho; muitas vezes é cansativo, mas algumas realizadoras.
Negativamente	<ul style="list-style-type: none"> – Trabalho em excesso: é excessivo e mal gasto, o professor tem que fazer tudo; excessivo; gasto mais tempo no trabalho do que o ideal; falta tempo para as outras atividades; não consigo fazer nada além das demandas de trabalho; não deixa muito tempo para lazer; o tempo de trabalho chega a ocupar entre metade e 2/3 do tempo total do dia; tenho que me desdobrar; – Saúde: altera sono; cansaço; conduz ao não cuidar do corpo; gera muito cansaço físico e mental; muito cansaço, isso adocece; tempo de trabalho exaustivo pode trazer forte <i>stress</i>, que reduz qualidade de vida, e para cuidar da saúde; – Relações inter-pessoais: falta de tempo para família; afastamento das pessoas que amo; falta tempo para outras demandas de cunho pessoal; quanto mais dedico tempo ao trabalho, menos me preocupo ou tomo atitudes importantes para a qualidade de vida pessoal como tempo com a família e prática de atividades físicas; – Falta de tempo livre: diminui tempo de lazer; consome algumas noites, feriados, finais de semana e semanas de férias; falta-me tempo para o lazer; porque eu deveria ter mais tempo livre para mim, minha família e lazer; pouco tempo livre para o lazer; sobra pouco tempo para lazer e cultura fora do trabalho; tenho utilizado meu tempo livre p/ dar continuidade a atividades relacionadas ao trabalho; > Depende da situação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se nos depoimentos/relatos dos professores-participantes, uma significativa tensão quando se refere ao tempo de trabalho e a interferência deste na qualidade de vida. Parte dos professores-participantes informaram que há excesso de trabalho e falta tempo para cuidar da saúde, para as relações interpessoais, para o lazer (o que pode levar também, mais uma vez, ao que às vezes se chama de “compressão do tempo/espço”); ao mesmo tempo, ressaltam o afeto pela profissão, pelo que fazem, quando afirmam: “o trabalho é motivador”, “amo meu trabalho”.

Essa relação profissional, tensa e cansativa, e, ao mesmo tempo, afetiva, com o trabalho, também foi lembrada nas entrevistas por alguns professores-participantes:

– É uma pergunta... olhe só... eu gosto muito... eu gosto muito mesmo do trabalho. Então, esse tempo que eu me dedico ao trabalho, ele é extremamente importante para mim (P10).

– Eu gosto do que eu faço. Há 15 anos estou por aqui, tenho me dedicado, me adequado bem [...] Eu sou um cara que eu gosto do que eu faço. Às vezes, eu chego aqui de manhã, passo... fico até quase... parte da tarde, venho mais cedo, sabe. Eu nunca me esquivei dessa situação, eu gosto dessa atividade, desse contato aqui com a universidade (P11).

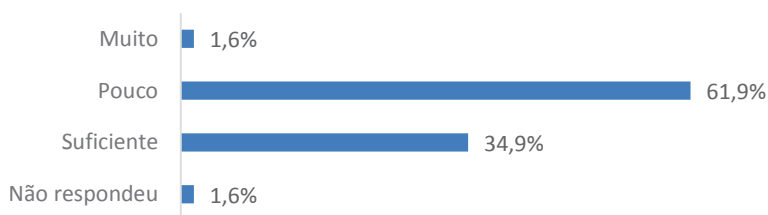
– Eu tenho a sorte de fazer uma coisa que eu gosto. Nem todo mundo consegue ter essa sorte. Então, assim, a gente reclama e tudo, mas pelo menos a gente está trabalhando em uma coisa que a gente gosta. [...] Então, meu trabalho, às vezes, é cansativo, às vezes, a gente fica chateada e tudo. Eu acho que não deveria existir uma... tantas funções burocráticas, administrativas, em cima de professor (P1).

Essa tensão entre o trabalho e a falta de tempo se expressa de forma mais explícita ainda para o professor universitário, ao dizer, por exemplo: “gosto do que faço, mas gostaria de mais tempo para vida própria”.

Apesar da insatisfação com o excesso de trabalho, como observado no Quadro 10 (“*Tempo de trabalho interfere na qualidade de vida do professor universitário*”), é possível inferir que, para uma parte dos professores, o sentimento profissional com o seu trabalho seja um determinante importante para definir sua percepção positiva quanto ao exercício profissional-acadêmico.

Entretanto, se avaliarmos, ainda, que além das justificativas já apresentadas no Quadro 10 (“*Tempo de trabalho interfere na qualidade de vida do professor universitário*”) e verificarmos o Gráfico 14, em seguida, veremos que 61,9% dos professores-participantes também responderam que dispõem de pouco tempo para cuidar da saúde. Isso nos ajuda a entender, também, por que, para parte significativa dos professores pesquisados, o tempo de trabalho interfere negativamente em sua qualidade de vida.

Gráfico 14 - Como o professor universitário avalia o tempo que dispõe para cuidar da saúde



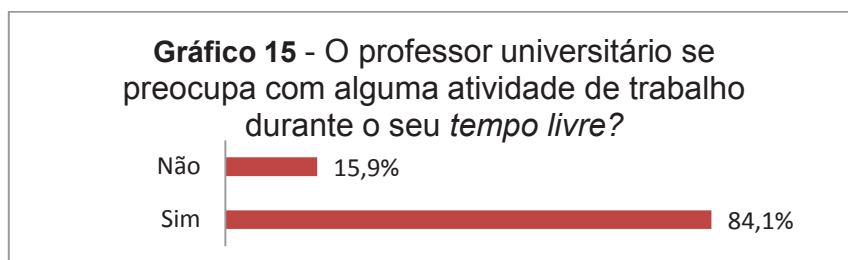
Fonte: Elaborado pelo autor.

No que diz respeito a essa questão, o indicativo no Gráfico 14 – (“*Como o professor universitário avalia o tempo que dispõe para cuidar da saúde*”), de não terem tempo suficiente para cuidar da saúde não deve ser entendido como um dado irrelevante. Essa problemática, cada vez mais vem provocando a atenção de estudiosos sobre os trabalhadores em educação, seja no ensino fundamental, médio ou superior.

Referindo-se ao tempo para as refeições durante os intervalos entre as atividades de trabalho, 90,5% dos professores-participantes informaram que têm tempo suficiente para tal. O tempo para as refeições foi uma das poucas questões para as quais obtivemos quase as mesmas respostas: a maioria dos professores-participantes responderam que dispõem de tempo suficiente.

Quando perguntados se o tempo dedicado às atividades de trabalho impede de realizar alguma outra atividade não relacionada ao trabalho que seja de livre escolha do professor, 60,3% informaram que sim e 39,7% disseram que não.

Já o fato de 84,1%, dos 63 professores que responderam ao questionário, se preocuparem com alguma atividade relacionada ao trabalho durante o seu *tempo livre*, pode ser mais um dos indicativos do quanto o *tempo livre* do professor universitário, de alguma forma, está sendo invadido pelo tempo de trabalho. Veja-se o gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Isso também pode ser entendido como mais uma demonstração, ou seja, como parte de um processo em que o *tempo livre* não é realmente livre (no sentido de *tempo livre disponível*), mas apenas *tempo livre liberado*. Nesse caso, mesmo subjetivamente, trata-se de uma parte do *tempo livre* ocupada com atividades de trabalho. Nesse sentido, percebemos que, entre os professores universitários, também desenvolve-se um processo tanto de usurpação como de *precarização do tempo livre*.

Diz este professor-participante: “Um tempo livre só pra mim, sem família, sem nada, eu não tenho faz muito tempo” (P1). Este outro professor, quando indagado, expressa-se de forma semelhante: “Como eu desejo, não. Eu não aproveito o meu tempo livre. Todo o tempo livre que eu deveria ter, só como tempo livre, muitas vezes, eu uso para trabalho” (P2).

Quando perguntados por que continuam com algum tipo de preocupação relacionada ao trabalho durante o seu *tempo livre*, verificamos as seguintes respostas:

Quadro 11 – Por que o professor universitário continua com algum tipo de preocupação relacionada ao trabalho durante o seu *tempo livre*

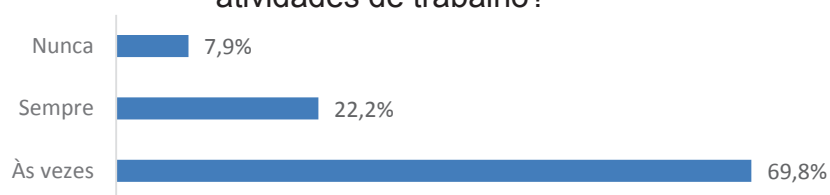
- não há mais tempo livre; a atividade intelectual ocupa a cabeça todo o tempo e existem problemas que causam preocupação; a mente não para; divido o tempo entre trabalho e atividades livres aos finais de semana, feriado; estou sempre muito envolvido com meu trabalho; excesso de trabalho e pouco tempo; não consigo me “desligar” quando há atividades a serem concluídas; penso demais; pesquisa, pois a ciência exige isso; prazos curtos; prazos e metas a serem cumpridos; quando tenho prazo a cumprir; sempre tem demandas com prazos; se não termino as tarefas que estou responsável não tenho paz de espírito para fazer outras coisas;
- as ferramentas tecnológicas não nos “largam”; whatsapp o tempo todo em questão de trabalho; continua interação digital com colegas e estudantes; e também porque as tecnologias da comunicação fazem com que as demandas de trabalho cheguem até nós 24h por dia; porque não consigo me desvencilhar do trabalho, pois chegam demandas por e-mail constantemente;
- atendimento a discentes, novas leituras; dar conta de demandas; demandas do trabalho; devido à necessidade de planejar as atividades; elas demandam preocupação; necessário realizar leituras mais abrangentes; necessidade de finalização de alguma pesquisa; os prazos são sempre curtos para cumprir as atividades; para dar conta dos afazeres que estão pendentes; por causa dos prazos estabelecidos para que o trabalho/atividade esteja pronto; a EaD ultrapassa o horário de trabalho/expediente; ainda não me libertei dessa neurose; ansiedade, perfeccionismo; porque me sinto cobrada o tempo todo; pressão e cobrança;
- faço atividades de trabalho nos finais de semana, mas quando não estou no gabinete de estudo (nesse tempo livre), não me preocupo; às vezes; interesse; eventualmente isto acontece; porque sim.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse caso, como verificado nas justificativas apresentadas no Quadro 11, destacam-se, mais uma vez, algumas características, nos relatos dos professores-participantes, como: demanda de trabalho e falta de *tempo livre*; uso de novas tecnologias e prazos e metas a serem cumpridos.

Esses dados são confirmados, em seguida, no Gráfico 16, quando os professores reponderam que parte do seu *tempo livre* é utilizada exatamente para amenizar o cansaço e as preocupações com atividades de trabalho.

Gráfico 16 - O professor universitário utiliza o seu *tempo livre* para amenizar o cansaço e preocupações com atividades de trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Vemos que, o fato de a maioria (84,1% = 53) dos professores se preocupar com alguma atividade relacionada ao trabalho durante o seu *tempo livre* (ver Gráfico 15 – “O professor universitário se preocupa com alguma atividade de trabalho durante o seu *tempo livre*”), ajuda a reforçar o fato de, sempre (22,2%) ou às vezes (69,9%), utilizarem o seu *tempo livre* para amenizar algumas preocupações com atividades de trabalho (ver Gráfico 16 – “O professor universitário utiliza o seu *tempo livre* para amenizar o cansaço e preocupações com atividades de trabalho”).

Pode parecer simples redundância, mas, isso também pode significar, pelo menos, duas coisas: *a)* que o professor universitário pode ocupar parte do seu *tempo livre* tanto para desenvolver outras atividades relacionadas ao trabalho (como, por exemplo, aquelas que ele precisa desenvolver para não acumular mais atividades), como ocupar o *tempo livre* também para aliviar o cansaço e as preocupações com atividades de trabalho; e, *b)* que essas preocupações com atividades de trabalho podem significar uma interferência, consciente ou não, na qualidade do *tempo livre* do professor universitário, podendo, assim, ser caracterizado, também, como uma forma de “captura da

subjetividade”⁵⁰, ou mesmo como o que aqui já denominamos de processo de *precarização do tempo livre*.

De qualquer forma, em ambas as situações (ver Gráfico 15: “O professor universitário se preocupa com alguma atividade de trabalho durante o seu tempo livre” e Gráfico 16: “O professor universitário utiliza o seu tempo livre para amenizar o cansaço e preocupações com atividades de trabalho”, e, o Quadro 10: “Tempo de trabalho interfere na qualidade de vida do professor universitário” e, ainda, o Quadro 11: “Por que o professor universitário continua com algum tipo de preocupação relacionada ao trabalho durante o seu tempo livre”), isso pode significar, de fato, também, diminuição do *tempo livre* e, portanto, um prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho. O que confirma, por sua vez, mais uma forma de *usurpação do tempo livre* do professor universitário.

Os dados aí referidos também podem servir de indicadores para entender por que a maioria dos professores universitários participantes da pesquisa, apenas às vezes têm tempo suficiente para a maioria das atividades relacionadas no Quadro 12 (“O professor universitário tem tempo suficiente?”), a seguir:

Quadro 12 – O professor universitário tem tempo suficiente?			
Assinale Sim, Não ou Às Vezes			
Você dispõe de tempo suficiente (nos últimos 5 anos)?	SIM	NÃO	ÀS VEZES
Para praticar atividades de lazer	16	11	36
Para assistir a filmes de sua preferência	24	11	28
Para ficar com a família, namorado(a) ou amigos	33	5	25
Para viagens	14	16	33
Para praticar esporte(s)	19	16	28
Para o descanso do trabalho	22	11	30

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, ao observarmos o Quadro 12, verificamos que (excluindo-se o tempo para ficar com a família, namorado/a ou com amigo/as), a maioria dos professores-participantes, no que se refere às outras alternativas propostas,

⁵⁰ Pode-se ver: ALVES (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*.

tem tempo suficiente apenas às vezes. Esse quadro mostra também o “peso” que tem a “instituição família” e a importância das relações interpessoais para esses profissionais. Isso se torna mais significativo por que, ao serem solicitados, esses mesmos professores informaram que, quando saem do trabalho para casa no final do expediente, frequentemente pensam primeiro em “encontrar a família” (36,5%).

Entretanto, mesmo ao final do expediente, as consequências e preocupações com atividades de trabalho ainda acompanham esses profissionais. Tudo indica que é por isso que, mesmo nessas circunstâncias (74,6% informaram que, ao sair do trabalho se encontram “cansados” e alguns se sentem “normal” ou “esgotado”), 33,3% desses professores, pensam em “descansar” e mais 20,6% pensam, ainda, em “concluir alguma atividade relacionada ao trabalho”.

Mais uma vez, os “limites” ou “fronteiras” entre o “local” (institucional) de trabalho e a “casa” ou entre o tempo de trabalho e o *tempo livre* são atravessados e imbricados (mesmo sabendo que, em certa medida, isso é característica do trabalho intelectual e da atividade do professor), o que faz com que os professores universitários, muitas vezes, tenham a impressão de estar vivendo (e trabalhando) em um espaço e um tempo que não mais lhes pertence. Porque, nele mesmo, cresce a percepção de não ter mais o domínio do seu próprio tempo. Assim, o professor tem alienado/estranhado não apenas o seu trabalho, mas, também, o seu *tempo livre*. Em alguns momentos, a “naturalização” (já referida anteriormente) transparece, junto agora, com uma sensação de impotência.

Para 60,3% dos professores-participantes que responderam ao questionário, o “tempo dedicado às atividades de trabalho impede de realizar alguma outra atividade não relacionada ao trabalho que seja de sua livre escolha”. Quando perguntados sobre quais atividades não podem ser realizadas devido ao tempo dedicado a atividades de trabalho, nem todos informaram. Mas, para os que responderam, listamos, no Quadro 13, as seguintes atividades:

Quadro 13 – Algumas atividades não relacionadas ao trabalho que o professor universitário faria se tivesse mais tempo

- **Prática de exercícios físicos**; algumas atividades físicas seriam em local distante do trabalho; atividades físicas e de lazer; esportes; hidroginástica; atividades físicas; praticar esportes; praticar atividades físicas;
- **Outras leituras**; aprender línguas, ler outros textos não diretamente vinculados ao trabalho; estudos alternativos; artes marciais; candomblé; curso de idiomas, pois apenas me resta o turno noturno, que não se constitui o melhor horário para mim; cursos em outras áreas; leitura de bibliografias não acadêmicas; leitura, estudo; estudar idiomas; estudar o que eu gostaria; Idiomas; ler; convivência com a família; tempo para a família; dar atenção à família;
- **Atividades culturais e artísticas**; lazer; cultura, e música; diversas atividades como cinema, etc.; yoga, dança e acabo faltando muito; música; sair, viagens; práticas e lazer; aprender fotografia e dança.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ficam explícitos aqui, ao mesmo tempo, a necessidade e a dificuldade que têm os professores universitários de desenvolver outras atividades não relacionadas ao trabalho por que são impedidos pelo tempo dedicado a atividades de trabalho.

Corroborando os dados expostos no Quadro 13, diz este professor-participante: “Acho que se eu tivesse mais *tempo livre*, eu me dedicaria mais à música... à leitura de outros livros não relacionados apenas a minha área de atuação profissional e também à minha família” (P3).

Perguntados se têm tempo suficiente para “atividades complementares como mais estudo, qualificação e aperfeiçoamento científico e didático/pedagógico na área profissional”, mais da metade, 55,6% (35), respondeu que não, enquanto 44,4% (28) disseram que sim. Os motivos indicados foram vários, como podemos ver no Quadro 14:

Quadro 14 – Por que o professor universitário não tem tempo suficiente para atividades complementares como mais estudo, qualificação e aperfeiçoamento científico e didático/pedagógico

- **Demanda do meu trabalho** é muito grande e não tenho quem me substitua; compromisso do *trabalho*: demandas do *trabalho*; devido à carga horária de *trabalho*; envolvimento com as atividades normais do *trabalho*; excesso de atividades prioritárias impede atividades complementares; muitas atribuições; muitas tarefas a cumprir; demanda leituras diárias para dar conta de sala de aula, pesquisa e orientação; devido às atividades da gestão; porque acabo priorizando o cumprimento das atividades, considerando o tempo posto para sua execução; porque me dedico às aulas e às orientações de alunos; excesso de *trabalho*;

– **Falta tempo** mesmo; falta tempo em decorrência das atividades de ensino e extensão; o *tempo* de preparação para essas atividades é retirado do *tempo livre*; o *tempo* já está bastante reduzido com a quantidade de orientandos de mestrado e doutorado que tenho; *tempo* dedicado ao trabalho; o *tempo* é ocupado quase que exclusivamente com as demandas; acabo sacrificando *tempo livre* ou acumulando atividades para dar conta; porque as atividades acadêmicas consomem muito *tempo*; não sobra tempo para leituras fora do contexto da sala de aula; porque minha carga de trabalho é completa, raramente tem tempo ocioso; sou engolida pelas atribuições atuais e pouco me sobra *tempo* para organizar texto;

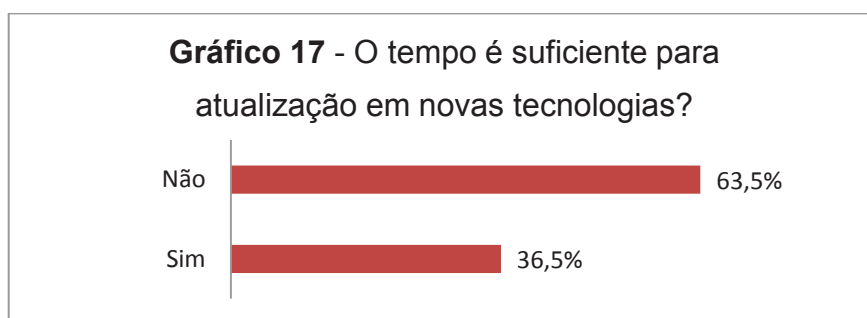
– **Em algumas situações** há *possibilidade* de realizar essas atividades; às vezes; é o meu trabalho; tem que ter momentos específicos para essas finalidades; quando tiro licença para isso; tenho escolhido ter o tempo livre; porque é *necessário* se aperfeiçoar; no ano de 2016 tirei uma *licença* para capacitação por três meses; gostaria de estudar mais, preciso fazer isso no *final de semana*; no meu tempo livre tenho meus compromissos familiares; estudo, mas há demandas da universidade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos ressaltar alguns fatores importantes nessa relação entre atividade de trabalho, tempo de trabalho e *tempo livre*. Primeiro, que o prolongamento do tempo de trabalho não afeta apenas o *tempo livre* (falta tempo suficiente: “o *tempo* é ocupado quase que exclusivamente com as demandas”), mas, afeta também, a própria atividade de trabalho (excesso de trabalho: “porque as atividades acadêmicas consomem muito *tempo*”); segundo, que a qualidade da atividade de trabalho também pode ser afetada (“acabo sacrificando *tempo livre* ou acumulando atividades para dar conta”); e, terceiro, que, na percepção desses professores, uma melhor qualidade do *tempo livre* poderia, inclusive, possibilitar uma melhor qualidade da própria atividade de trabalho (“o nosso rendimento aqui no trabalho depende também do que é feito com o nosso... durante o nosso *tempo livre*”; “não sobra tempo para leituras fora do contexto da sala de aula”) (ver Quadro 14).

Referente ao tempo para atividades complementares, mais especificamente, quanto ao tempo para aprender outro idioma, para a maioria dos professores pesquisados, também o tempo não é suficiente. Nesse caso, 66,7% responderam “não” e 33,3% disseram “sim”.

Ainda, no que se refere ao tempo para atualização em novas tecnologias, 63,5% dos professores-participantes informaram que esse tempo também não é suficiente, enquanto 36,5% disseram que sim.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A tecnologia, na atualidade, é um elemento imprescindível no processo ensino/aprendizagem. E o tempo para atualização em novas tecnologias tornou-se cada vez mais necessário. Porém, os dados coletados na pesquisa empírica indicaram que parte significativa dos professores-participantes não tem esse tempo suficiente. Os motivos são apresentados a seguir, no Quadro 15:

Quadro 15 – Por que o tempo para atualização em novas tecnologias não é suficiente
<p>Conflito de horários; devido ao tempo disponível para trabalho; excesso de trabalho; gostaria de aprender mais, mas não há tempo; horários incompatíveis, diminuição do tempo livre; muitas outras atividades; não gosto muito de tecnologia; não sobra horário; não utilizo tempo para isso; pelas demandas do trabalho; porque choca com outras tarefas. pouco; são muitas tecnologias novas que preciso estudar; se fosse suficiente não trabalharia em casa; tem muita coisa sendo feita nas áreas nas quais eu trabalho;</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nem todos informaram os motivos, mas, também nesse caso, os motivos apresentados foram vários, como pode ser observado no Quadro 15 (*“Por que o tempo para atualização em novas tecnologias não é suficiente”*) e indicaram na mesma direção dos dados apresentados na questão anterior (Ver Quadro 14 – *“Por que o professor universitário não tem tempo suficiente para atividades complementares como mais estudo, qualificação e aperfeiçoamento científico e didático/pedagógico”*).

Diante do tempo insuficiente e das múltiplas tarefas, implicações na qualidade das atividades desenvolvidas foram identificadas. A essa questão, 79,4% responderam que sim, o tempo insuficiente e a execução de múltiplas

tarefas têm implicações na qualidade das atividades desenvolvidas. E 20,6% responderam que não. E, ao perguntarmos por que isso acontece, obtivemos as respostas constantes no Quadro 16.

Quadro 16 – Por que falta tempo para melhorar a qualidade das atividades desenvolvidas?	
Não	– Não falta; tempo suficiente; é possível adequar as atividades ao tempo.
Sim	<p>– Excesso de demandas/Falta tempo; há um intenso ativismo; os <i>prazos</i> são curtos para dar conta das demandas da pós-graduação; a cada ano, algo fica para trás porque não consigo fazer tudo; diante da diversidade dos discentes (ritmos, dedicação, envolvimento); alta <i>demanda</i> de atividades; <i>sobrecarrego</i> para dar conta com qualidade; porque acaba por atrapalhar a qualidade de muitas atividades conduzidas; <i>pressa</i>; são muitas atividades; a quantidade torna o corpo obsoleto e desqualifica a atividade executada por <i>pressa</i>; porque não dá <i>tempo</i>; justamente porque não se tem tempo para refletir; não há <i>tempo</i> para realizar todas as atividades previstas, há sempre novas responsabilidades; porque a qualidade das atividades só pode ser melhorada com dedicação de tempo para isso; só para responder e-mails e whatsapp se gasta muito <i>tempo</i>; porque como o <i>tempo</i> é um recurso escasso a quantidade de atividades que fazemos é inversamente proporcional à qualidade de cada atividade individual;</p> <p>– Gostaria de planejar com tranquilidade; aprofundar estudos; para participar de atividades de estudo; <i>às vezes</i>; requer foco; <i>ainda não</i> consegui desenvolver uma organização que me possibilite desenvolver as atribuições/atividades diante dos prazos estabelecidos, o que leva menos tempo para melhorar a qualidade dessas atividades.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Novamente, prazos, demanda e falta de tempo suficiente, explicam parte das dificuldades enfrentadas pelo professor universitário no exercício da sua profissão. No entanto, alguns professores-participantes ressaltaram, também, outros motivos, além dos apresentados anteriormente, no Quadro 14 (“*não tem tempo suficiente para atividades complementares como mais estudo, qualificação e aperfeiçoamento científico e didático/pedagógico*”).

Este professor diz que o trabalho *on-line*, por exemplo, “facilita a comunicação, mas obriga a gente está sempre em contato”. Isto, tanto nos “limites” quanto “fora” do “local institucional de trabalho”.

Eu entro normalmente de manhã, à tarde mais uma vez e à noite mais uma vez. E sempre verificando, porque, às vezes, há uma certa urgência em relação a atendimento de orientandos, porque pra mim, isto é sempre prioridade (P5).

– A administração do tempo, ela está sempre sendo necessária (P5).

O pesquisador e professor da UnB, Dal Rosso (2017, p. 173), diz que

a análise da distribuição dos horários laborais toma por base a Constituição de 1988, que estabeleceu jornadas semanais de 44 horas para o trabalho em tempo integral no setor privado. Já o setor público tinha disposições de quarenta horas semanais de trabalho normal, desde antes daquela constituição.

Parte dos professores universitários desenvolve algumas estratégias tentando evitar ou pelo menos diminuir a sobrecarga de trabalho exagerada, além das 40 horas estabelecidas em regime formal de trabalho. Este professor, apesar da dificuldade, destaca a necessidade de organização:

– Eu entendo que a compatibilização é o ponto principal hoje na nossa vida. Compatibilização de você saber o que é tempo de trabalho, o que é *tempo livre* e o que é tempo... o que é aquilo que afeta sua vida. É uma coisa difícil, mas, assim... que eu tenho no meu pensamento, sempre está procurando fazer uma organização, essa compatibilização (P11).

Este professor relata:

– Eu procuro sempre no começo da semana fazer uma agenda do que é preciso ser feito. Tem algumas coisas com datas e horários “fechados”, como horário de banca, como horário de aula. E nos demais horários, eu saio distribuindo as demais atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão (P3).

– Tudo é uma questão de organização do tempo (P3).

Este professor tenta, de alguma maneira:

– Para diminuir [o tempo] não. Na verdade eu tento só administrar para que não passe todo esse *tempo livre* dedicado ao trabalho. Só uma parte desse *tempo livre*. Então, eu escolho a prioridade que eu tenho, que eu vou poder... que eu vou me dedicar no meu *tempo livre*. Mas diminuir não, porque muitas vezes é uma situação que é inevitável, o acumulado de tarefas com prazos curtos, então,... não tem como, muitas vezes eu acabo tendo que me submeter mesmo (P2).

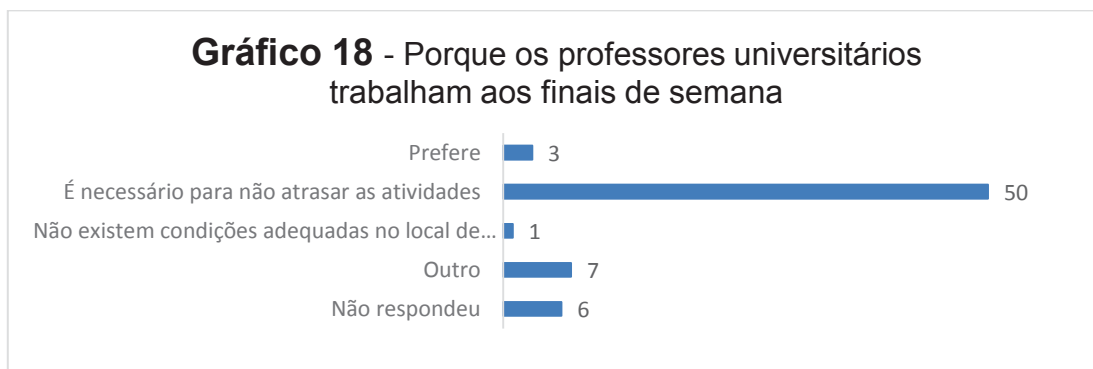
Essas estratégias tornam-se ainda mais necessárias, uma vez que, conforme Dal Rosso (2017, p. 198), “Entre as instituições que mais têm cobrado desempenho dos professores federais estão a CAPES, o CNPq, o Ministério e as Secretarias de Educação de estados e municípios”.

Nesse sentido, não por acaso,

[...] em meados da década de 1990, uma profunda inflexão na CAPES, movida por uma verdadeira efervescência reformista, leva à implementação do paradigma da „formação de pesquisadores“. Simultaneamente, cria-se uma série de regras, normas, determinações que vão mudar de forma radical a organização e o funcionamento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. E, sem dúvida, a redução do tempo médio de titulação (TMT), a produtividade como meta e outras tantas injunções normativas devem ser debitadas à fórmula que foi colocada em prática: a acoplagem da regulação ao financiamento. Essa mudança radical na organização e funcionamento da pós-graduação *stricto sensu* está inscrita no quadro de um conjunto de reformas da universidade. Estas, como vimos, devem seu fundamento estruturante ao racionalismo de mercado, que, por sua vez, interfere no princípio da autonomia universitária: ampliam-se e diversificam-se mecanismos exógenos de regulação (BIANCHETTI; VALLE; PEREIRA, 2015, p. 57-58).

Isto, pode indicar o caráter não apenas histórico, mas, também, de classe, e ideológico, das agências avaliadoras, além de denunciar um certo discurso de (*falsa*) *neutralidade*. Assim, ajuda, ainda, a entender a busca exacerbada por produtividade, metas, resultados, rankings, resultados etc.

Muitos desses professores universitários trabalham, também, aos finais de semana, o que pode ser um indicador significativo de um dos aspectos do tempo prolongado de trabalho, que alguns professores denominam de *full time*. Dos 63 professores-participantes, 32 responderam que *sim*, 14 trabalham *frequentemente*, 12 *às vezes*, 2 *dificilmente* e apenas 3 professores responderam que *não trabalham aos finais de semana*. E por que os professores universitários trabalham aos finais de semana? Para a maioria, isto acontece para não atrasar as atividades. Vejamos o que responderam, de acordo com o Gráfico 18:



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: questão de múltipla escolha.

Se compararmos os dados já expostos, no Gráfico 18 (*“Por que os professores universitários trabalham aos finais de semana”*), com os dados a seguir, do Gráfico 19 (*“Atividades que o professor universitário desenvolve aos finais de semana”*), mais adiante, poderemos observar a validade da nossa afirmação de que não se trata simplesmente de preferência ou opção trabalhar aos finais de semana.

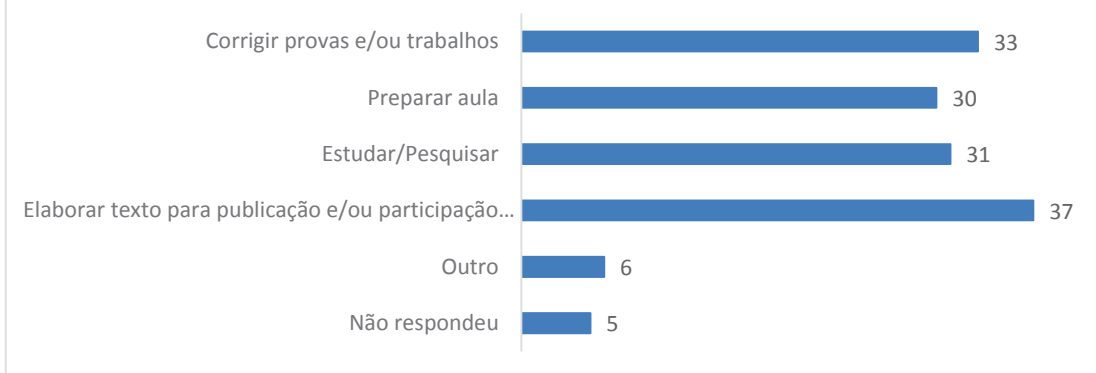
No Gráfico 18 (como podemos conferir), alguns professores informaram que trabalham aos finais de semana por que preferem (3 professores), porém, um número significativamente maior (50 professores) respondeu que o faz por que “é necessário para não atrasar as atividades”.

Eis outros motivos por que trabalham aos finais de semana, informados pelos professores-participantes:

- a carga de exigências e trabalho só aumenta;
- evito, mas há vezes em que é necessário;
- gosto do silêncio dos sábados;
- não tenho tempo suficiente;
- a atividade intelectual não é trabalho que se possa determinar locais de trabalho.
- a atividade intelectual é o tempo todo;
- para dar conta do volume de tarefas;
- procuro não trabalhar em finais de semana para poder descansar e ficar com a família.

Das atividades que o professor universitário mais costuma desenvolver aos finais de semana, das que foram colocadas como opções, não verificamos diferença significativa entre uma atividade e outra. Esta também foi uma questão de múltipla escolha, conforme o Gráfico 19:

Gráfico 19 - Atividades que o professor universitário desenvolve aos finais de semana



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: questão de múltipla escolha.

Outras atividades informadas pelos professores-participantes:

- Extensão;
 - Como não se distingue atividade de gestão acadêmica, não existe primazia de atividade;
 - Emitir parecer para revistas científicas; leituras de teses e dissertações;
- Participação em bancas;
- Escrever projetos para captar recursos para pesquisa;
 - Por exemplo, são 22h 40 e estou respondendo a este questionário;
 - Todas. Depende da demanda mais urgente.

Observando os dados expostos, percebemos que, para esses professores, o final de semana deixou de ser, em parte, o espaço/tempo para o tradicional descanso semanal, para o lazer etc. Assim, essa parte do tempo que poderia ser tempo *realmente livre* (disponível), é, no entanto, transformada em *tempo livre liberado*. Isto é, uma parte desse tempo fora do tempo formal de trabalho é, também, ocupada por alguma(s) atividade(s) relacionada(s), de alguma forma, ainda, ao trabalho do professor universitário.

O professor universitário também desenvolve atividades de trabalho durante as férias, de acordo com o gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pelo autor.

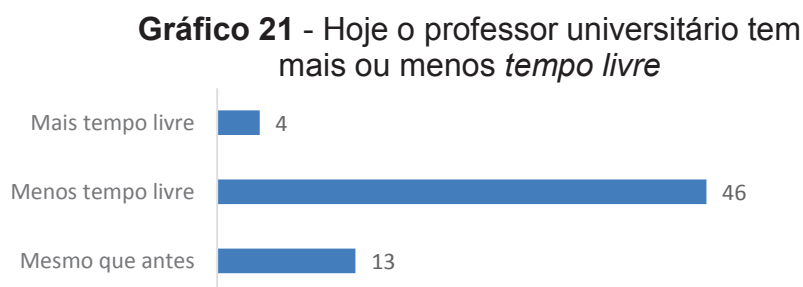
A respeito de o professor universitário trabalhar durante as férias, diz este professor, de certa forma, em tom de desabafo, próximo a entrar de férias: “Estou super feliz, que eu posso sentar agora para concluir meu artigo, que nós estamos já há seis meses modificando a data de entrega, do artigo, porque ninguém consegue entregar” (P9).

E complementa, mais uma vez, assim se expressando:

[...] Eu digo: “que alívio, eu vou aproveitar meus 15 dias de férias, para concluir esse artigo”. Então, quer dizer... eu mesma que faço a crítica a todo esse modelo, eu mesma não estou conseguindo, na minha vida pessoal,... enquanto professora... é... garantir o meu direito básico de trabalhadora, que é o direito a ter férias... (P9).

Analisando as atividades de trabalho do professor universitário apresentadas até aqui, somando-se os dados do Gráfico 20 com os dados do Gráfico 21, podemos entender por que o professor universitário se sente cada vez mais cansado, como afirmaram 50 dos 63 professores-respondentes.

Diante dessa realidade apontada, como está o *tempo livre* do professor universitário hoje?



Fonte: Elaborado pelo autor.

Corroborando esses dados do Gráfico 21 (no qual, dos 63 professores-participantes, 46 informaram que hoje o professor universitário tem menos *tempo livre*), verificamos, também, que de 15 professores que participaram em entrevistas, 13 informaram que hoje estão trabalhando mais (incluindo tanto os que estavam exercendo atividades de gestão como atividades docentes, de pesquisa e/ou extensão).

Fica evidente, mais uma vez, nesse caso, a relação, ou mesmo a interferência, do tempo de trabalho (como vimos, do total de 15 professores entrevistados, 13 informaram que estão trabalhando mais), no *tempo livre* do professor universitário, quando, do total de 63 professores que responderam ao questionário, 46 informaram que hoje têm menos *tempo livre* – (ver Gráfico 21 – “*Hoje o professor universitário tem mais ou menos tempo livre*”).

Acreditamos que ficaram evidentes até agora as consequências dessa relação (atividade de trabalho x tempo de trabalho x *tempo livre*) para o professor universitário, no contexto da crise atual do capital.

Afinal, verifiquemos, a partir do Gráfico 22, a seguir, como o professor universitário avalia o seu *tempo livre*.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante de tantas atividades de trabalho, não é difícil entender por que o professor universitário, hoje, não tem *tempo livre*, como gostaria.

No caso desses professores universitários, também pode-se dizer que, “trata-se do *tempo da economia* determinando o *tempo da universidade*”, pois a atividade de trabalho e o *tempo livre* desse professor universitário estão, ambos, inseridos nos limites das condições econômicas, político-sociais e educacionais aqui já referidas.

Verificamos, portanto, que está ocorrendo um processo de prolongamento do tempo de trabalho que compromete o *tempo livre* do

trabalhador inserido nesse mesmo contexto. Que ele tenha clara consciência disso ou não. Nesse caso, aqui estudado, trata-se da *usurpação do tempo livre* do professor universitário. A principal condição para que isso ocorra, como vimos, é exatamente o prolongamento do tempo dedicado a atividades de trabalho, como é o caso, já verificado, do professor universitário.

Nesta parte final, queremos apenas apresentar, a partir dos dados e relatos dos professores-participantes, algumas breves reflexões/preocupações que consideramos importantes no que diz respeito à temática do tempo de trabalho e do *tempo livre* e que, pelo menos até agora, em certa medida, por algum motivo, de forma geral e com algumas exceções, continua sendo negligenciada no debate público sistemático, e até mesmo acadêmico, principalmente, em relação à atividade do professor.

Trata-se de estabelecer uma relação do tempo de trabalho e do *tempo livre* com o real desenvolvimento das potencialidades humanas.

Nas respostas registradas, verificamos algumas preocupações e indicações de insatisfação com o tempo dedicado a atividades de trabalho e desejos contidos expressos em palavras e sentimentos, como estresse, “sofrimento”, “angústia”, “cansativo”, “entristecimento”, entre outras (grifo nosso).

Observemos os relatos de alguns professores-participantes que, quando perguntados, afirmaram (grifo nosso):

Olha, eu, ultimamente, *venho tentando não pensar muito nisso* porque essa reforma da previdência... agora, com cinquenta anos, eu vou estar com oitenta e cinco anos de idade. *Aí... eu estou tentando não pensar muito nisso não, porque, na verdade, é meio triste pensar assim.* Mas... é isso, eu tento... penso muito nisso... eu tento muito usar bem o meu tempo (P1).

Então,.. o *tempo livre*, em que *eu poderia* estar fazendo alguma atividade, uma viagem, por exemplo, eu fico em casa descansando, embora seja aproveitando o *tempo livre*, mas não é aproveitando da forma que *eu gostaria*, porque eu estou muito *cansada* (P2).

Em particular, eu tenho me planejado, há alguns anos, no sentido de antecipar minha *aposentadoria* para tentar aproveitar o resto da existência com um pouco de saúde [...]. Então, eu tenho me programado pra viver mais intensamente essas experiências que eu *não pude viver* nesse período dos sessenta a setenta anos (P7).

O desenvolvimento pessoal, o processo de amadurecimento, como eu falei,... eu acho que é constante e contínuo e sempre presente. Ele exige que você também desenvolva esse tipo de atividade, atividades

culturais, atividades físicas, esportivas, de convívio, de convivência, convivialidade com as outras pessoas, com amigos, parentes, colegas, conhecidos etc. É claro que, minimamente, você precisa fazer isso, eu procuro fazer, mas muitas vezes, as *atividades acadêmicas são muito pesadas, muito absorventes* e elas *limitam* isso aí (P 6).

O professor universitário hoje, ele vive do tempo, ele vive para o tempo, ele é *refém do tempo*, mas não significa que ele seja necessariamente infeliz, porque como eu disse, infeliz, porque vive com as *exigências do tempo*, da *produtividade*, mas veja, se o professor vive do tempo, com o tempo, para um tempo, que é o *tempo da exigência do trabalho*, coisa e tal... a gente vai ter que aprender a coordenar tudo isso, uns aprendem mais cedo, outros mais tarde, uns aprendem estratégias que são mais adequadas e outros não (P12).

Quando perguntado se “sente falta de tempo livre para usufruir em atividades artísticas, lúdicas, mais prazerosas como literatura, cinema, teatro, brincadeiras, viagens, passeios, convívio familiar e com amigos, praia, pintura, desenho etc.”, um professor assim se expressou:

– [...] eu tenho sentido muito falta disso, *isso tem me entristecido e diminuído, inclusive, o viver*. E eu tenho percebido que o cuidado com esse tempo, ele é essencial. E, talvez, ele tenha induzido algumas pessoas inclusive ao suicídio. Pela falta mesmo... pelo entristecimento que a ausência do tempo... pra arte, do tempo pra convivência com os outros, vai diminuindo em você, vai lhe tornando mais duro, mais amargo, é muito chato isso. É muito complicado. Eu tenho sentido muito falta disso (P14).

Quando indagado se essas atividades, referidas acima (atividades artísticas, lúdicas, mais prazerosas como literatura, cinema, teatro, brincadeiras, viagens, passeios, convívio familiar e com amigos, praia, pintura, desenho etc.), “que poderia usufruir durante o seu *tempo livre*, contribuem ou poderiam contribuir para um maior e/ou melhor desenvolvimento pessoal, social, físico, mental, humano”, o mesmo professor respondeu (grifo nosso):

Sim. Com certeza, *se eu pudesse* ter um pouco mais de tempo pra ir à praia, que é um lugar quase todo dia eu vejo, mas só a distância, e me banhar nas águas, e *se eu pudesse* ter um pouco mais de convivência com a arte aqui mesmo da cidade, então isso, provavelmente, *ajudaria a dar uma leveza* maior ao trabalho, às atividades e à existência (P14).

Aqui, é interessante notar que a arte é considerada uma das dimensões da vida que pode possibilitar um maior desenvolvimento humano. No entanto, é

exatamente também dessa dimensão que é retirada ao professor o *tempo livre* necessário para vivenciá-la.

Pelo que podemos identificar a partir dos depoimentos, fica clara a distinção entre *tempo de trabalho* e *tempo de vida*. Por mais que se procure prolongar o tempo de trabalho, como diz Dal Rosso (2017),

A completa junção entre tempo de vida e tempo de trabalho somente é possível em máquinas, autômatos, robôs, androides, não em seres humanos. Os seres humanos podem emprestar uma parte limitada do tempo de suas vidas ao trabalho, condição que cada vez mais anseiam reduzir.

E, mais ainda, esse mesmo autor, alerta para uma questão, também, importante, que é o fato de,

A divisão entre trabalho e vida não corresponde às categorias de tempos de trabalho e tempos de não trabalho [...]. Tempos de não trabalho incluem tempos de desemprego, entre outras atividades não edificantes. Isoladamente, a categoria de tempos de não trabalho não contém um sentido ético de algo mais elevado a ser preservado, tal como contido na categoria de atividades edificantes (DAL ROSSO, 2017, p. 74-75).

O desenvolvimento de “atividades edificantes”, como estas a que já nos referimos (atividades artísticas, lúdicas, mais prazerosas como literatura, cinema, teatro, brincadeiras, viagens, passeios, convívio familiar e com amigos, praia, pintura, desenho etc.), torna-se importante na prática profissional também do professor universitário. É o que podemos perceber nos relatos destes professores-participantes:

[...] Eu acho que isso iria melhorar muito o nosso desenvolvimento,... pessoal e humano,...e, com certeza, iria ter impactos na própria qualidade do trabalho, né? Do trabalho docente que não é só o trabalho... é... burocrático, o trabalho de disseminação e de transmissão do conhecimento... é um trabalho que exige interação humana,... que exige contato com outras pessoas, que exige que você conheça um pouco a necessidade do outro, e busque... atender as necessidades que extrapolam até o espaço acadêmico ... As pessoas que trazem demandas sociais, de saúde... de uma série de questões que muitas vezes, se o professor, ele não for um professor que tem uma sensibilidade, que tenha uma afetividade, um desenvolvimento humano... ele também não consegue interagir de forma mais... digamos assim,... humana mesmo, com os colegas docentes e com os estudantes (P9).

Sim, algumas dessas que eu gostaria de fazer,... é um interesse meu de muitos anos, e eu não consegui ainda me dedicar. Eu acho que me tornaria, eu ficaria mais realizada, mais satisfeita, se eu conseguisse... me dedicar a essas atividades (P2).

Essa fala vai ao encontro de parte do conteúdo do depoimento deste professor, quando diz que,

[...] Na medida em que eu vou mais ao cinema, mais gostosa é a próxima ida, porque eu vou tendo melhor compreensão, melhor condição de curtir mais o cinema. Na medida em que eu posso ir ao museu, em que eu posso escutar música, a fruição te possibilita mais prazer na próxima vez que você pode fruir de novo. É mais ou menos que nem a gente fala para os alunos quando eles vêm com uma leitura... de que tá difícil... o aluno tá lendo e tá difícil. “Ah, professor, tá muito difícil, eu não estou entendendo”. Eu digo: “olha, insista, no começo é difícil, mas você vai se habituando. Pode parecer meio doido, mas... com prazer... é a mesma coisa... se você vai tendo cada vez mais... como é que fala?... Se você vai usando o seu tempo livre pra usufruir prazer social, cultural cada vez mais, esse prazer também vai se amplificando. É isso que eu tenho sentido. Então, quanto mais vou ao teatro, mais quero ir, mais gostoso fica ir, quanto mais vou a show e curto uma música, mais eu sinto vontade de fazer isso e mais fica gostoso quando vou, compreende? Então, tudo isso me traz melhores condições de saúde mental, saúde física, o relacionamento conjugal, relacionamento familiar, com os amigos e assim por diante (P13).

Pelo que vimos no capítulo 3 da tese (sobre a crise contemporânea do capital e a necessidade deste de reduzir o tempo de *trabalho necessário* e prolongar o tempo de *trabalho excedente*), e a partir dos depoimentos dos professores-participantes (sobre a atividade de trabalho, o tempo de trabalho e o *tempo livre*), fica explícita essa mesma lógica (observando as evidentes particularidades), no que diz respeito ao professor universitário. Como diz Marx (1987, p. 300-301),

Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. [...] Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida.

Essa usurpação do tempo, no sentido que a entende Marx, é o ponto de partida que nos permite entender por que o *tempo livre disponível* (tempo realmente livre), hoje, se constitui apenas como uma *possibilidade histórica*. Assim, o tempo que *sobra*, após o tempo dedicado a atividades de trabalho

durante a jornada formal/informal de trabalho, na maioria das vezes, individual e socialmente, se constitui, de fato, na sociedade capitalista, apenas como tempo (*livre*) liberado, no sentido que já definimos.

Neste caso, diante das circunstâncias, dos dados apresentados e das implicações humanas (e/ou desumanas) imbricadas nessa realidade, a redução da jornada de trabalho assume mais importância ainda na atualidade. Talvez seja por isso que, como acertadamente observa Antunes (2009, p. 172), essa questão,

Mas transcende em muito essa esfera da imediatividade, uma vez que a discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o tempo de trabalho e o tempo de vida. E, por outro, por possibilitar o afloramento de uma vida dotada de sentido fora do trabalho. (Grifo do autor).

Não se trata de pôr limites absolutos ou dividir formalmente o tempo de vida em tempo de trabalho e em tempo de não trabalho, mas, sim, de dá real e maior sentido humano aos dois (ao tempo de trabalho e ao *tempo livre*). Isto é, trata-se do desenvolvimento realmente humano.

Como relata este professor-participante,

Procuro viver minha vida de forma que eu não me arrependa das coisas que eu faço. E que eu possa usufruir plenamente do trabalho que eu acredito, que eu gosto, [...] do convívio com as pessoas que eu amo, meus familiares, meus amigos... e isso me enche de sentido (P4).

Este outro professor, expõe a sua preocupação, ao tratar da relação entre tempo de trabalho e tempo de vida:

Isto está muito relacionado. Mas o pior dessa relação é que quem está determinando meu tempo de vida é o trabalho. [...] é um trabalho que não sou eu que estou dizendo que deve ser, mas é o próprio ritmo de trabalho que está definindo o que é que eu devo produzir, inclusive. Porque aquilo que eu devo produzir é determinado fora de mim na medida em que põe metas (P14).

E, termina, fazendo uma crítica à forma de organização do trabalho acadêmico:

O processo de organização das ideias, de publicação e divulgação das ideias, não pode seguir regras instauradas por números, por exemplo, de artigos publicados. Se eu tenho que publicar quatro artigos para poder orientar mestre, ou seis artigos ou oito artigos para poder orientar doutor, significa que, independentemente do que eu estou pensando, eu tenho que produzir x número de artigos. E as ideias, elas, parece que não seguem muito esse movimento não, esse ritmo (P14).

A partir desses relatos, o conteúdo aí exposto, pode ser entendido como uma confirmação do que pensa Mézáros (2005, p. 43), ao afirmar que: “As determinações gerais do capital afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais”.

As expressões da lógica do capital em vários setores da sociedade tornam-se cada vez mais perceptíveis na medida em que as suas próprias contradições se aprofundam. Tais fatos se expressam também nas contradições atuais entre tempo de trabalho e *tempo livre*. Marx (2011, p. 591), indica já ter percebido essa contradição, ao afirmar:

Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o “tempo disponível”. O *tempo de trabalho como medida da riqueza* põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o “tempo disponível” como tempo existente apenas *na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente*, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. *Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que o fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares.*

São evidentes as singularidades com que esse aspecto contraditório entre tempo de trabalho e *tempo livre* se apresenta no setor diretamente produtivo. Mas, pelos dados coletados e apresentados, torna-se evidente que, atualmente, esse processo contraditório, também acontece no âmbito dos serviços públicos e, mais especificamente, no setor educacional, em um processo histórico concomitante de “afirmação e de negação”, assim como no caso dos professores universitários, pois, os indivíduos não estão isentos, mesmo em suas práticas cotidianas de trabalho. Mesmo sabendo que, às vezes, as consequências (humanas e/ou desumanas) poderão ser melhor percebidas, também, em pequeno, mas, principalmente, em médio ou longo

prazo. Talvez, isso ajude a entender por que o *tempo livre* (disponível) é uma questão tão atual, de direito, de justiça, de conquista, de emancipação humana, com todas as suas riquezas e misérias, com todas as suas contradições e potencialidades, com todos os seus desafios contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto de pesquisa desta tese foi a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário.

A atividade de trabalho, como pudemos ver no capítulo 2, passou por mudanças significativas no decorrer da história, tanto em sua prática quanto em relação aos significados atribuídos a essa atividade. Acontecendo o mesmo com o *tempo livre*.

No capitalismo, o que predomina é um processo de exploração baseado no trabalho alienado/assalariado, modificando-se apenas a sua forma. O capital é a forma histórico-social em que essa alienação/exploração encontra-se mais avançada. A necessidade de ampliar e de reproduzir continuamente a si próprio é parte da sua lógica interna (do capital). A busca por reduzir o *tempo de trabalho necessário* e ampliar do *tempo de trabalho excedente* é parte inerente desse processo. É a partir daí que, ao propor estudar a atividade de trabalho e o *tempo livre*, percebemos a necessidade de começar por entender o contexto da crise contemporânea do capital.

Ao estudar aspectos determinantes dessa crise contemporânea, como fizemos no capítulo 3, identificamos que se trata de uma “nova” fase do capitalismo: é o período de predomínio histórico do capital financeiro/especulativo/fictício.

As formas de reprodução nesta fase se realizam em um outro patamar: a sua base não é mais prioritariamente a “esfera da produção”, como fora antes, agora, a tendência é que essa reprodução, tenha como base, principalmente, a “esfera da circulação”, do capital especulativo/fictício. Mesmo mantendo-se a inter-relação entre as duas, a “esfera” da produção continua sendo importante, embora, do ponto de vista do capital, não mais predominante.

Como qualquer outra atividade humana, a atividade do profissional docente tem enraizamento e se desenvolve a partir de determinado contexto histórico e social.

Portanto, o contexto a partir do qual examinamos a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário, é o contexto da crise contemporânea do capital.

Como explicamos na introdução e no capítulo 3, a partir das dificuldades enfrentadas com a crise iniciada nas décadas de 1960/70, o capital foi obrigado a encontrar “saídas” para a mesma. Teve início, assim, a denominada reestruturação produtiva e da (re)organização do trabalho, com o *toyotismo* ou “produção flexível”. Encontram-se aí, as mediações e parte da explicação para outras mudanças ocorridas em outros setores da sociedade, como na educação e nas políticas públicas de educação superior. Daí, a implantação de tipos de gestão a partir de metas, resultados e avaliações instrumentais/quantitativas tão contraditórios com o saber/fazer propriamente científico e pouco coerentes com o verdadeiro processo de ensino/pesquisa e reflexão acadêmico-pedagógica nas Instituições de Ensino Superior - IES.

Aos poucos, foram sendo realizadas mudanças e adaptações em nível econômico, político e institucional. No Brasil, isso passou a acontecer principalmente a partir dos anos 1990 e prosseguiu até os dias atuais.

Como apresentamos no item *b*, do capítulo 3, as consequências dessas mudanças foram significativas na educação superior. Embora tenhamos que ter sempre em conta as características peculiares ao trabalho intelectual do professor, o processo de precarização, intensificação, flexibilização, de expansão das IES públicas, o prolongamento do tempo de trabalho do professor universitário, foi um processo que identificamos nesta pesquisa.

Conforme os dados coletados, os relatos/depoimentos dos professores-participantes da pesquisa e apresentados no capítulo 4, não esquecendo as especificidades de cada área, na percepção dos próprios professores-participantes, eles estão trabalhando mais nos últimos 5 anos. Para a grande maioria, o ritmo de trabalho atualmente é *acelerado* ou *apressado*. E, além disso, perceberam que o ritmo de trabalho, nos últimos 5 anos, também aumentou.

Alguns fatores podem ter contribuído para que isso ocorra. Nesse sentido, identificamos alguns indicadores, como: a expansão do número de universidades; maior número de alunos por professor, sem contratação proporcional de mais professores; utilização de novas tecnologias (TIC); surgimento de novas atribuições e exigências institucionais de metas/prazos/resultados, muitas vezes difíceis de serem cumpridos com qualidade devido às condições nas quais são desenvolvidas as atividades.

Quanto às consequências disso nas atividades de trabalho dos docentes na UFRN, verificamos que existe, de várias formas, uma necessidade e pressão imposta ao professor universitário para: desenvolver cada vez mais múltiplas tarefas simultaneamente; atuar nos limites de um tempo que se tornou insuficiente para pensar e/ou melhorar adequadamente a qualidade da própria atividade de trabalho; dedicar mais tempo à atividades de trabalho desenvolvidas em casa, ampliando, assim, os limites formais do espaço/tempo institucionais; dedicar mais tempo à atividades de trabalho ultrapassando os limites formais da carga horária legalmente prevista e estabelecida.

Uma certa *tensão* ficou evidente nos relatos registrados: há cansaço e insatisfação causados pelo tempo demasiado longo dedicado a atividades de trabalho ao mesmo tempo em que os professores confessaram gostar e se referiram ao prazer pelo tipo de atividades que desenvolvem. Isto nos faz entender que, além do contexto, um dos fatores importantes a ser considerado são as condições nas quais são realizadas as atividades.

Foram identificadas, ainda, implicações significativas no que diz respeito ao *tempo livre* do professor universitário, como: falta de tempo para cuidar da saúde e qualidade de vida; cansaço com desgaste físico e mental; preocupações e desenvolvimento de atividades relacionadas ao trabalho durante o *tempo livre*; mais tempo de trabalho utilizado aos finais de semana e mesmo durante as férias.

Esse processo em que o professor universitário termina ampliando a sua jornada ou dedicando mais tempo a atividades de trabalho, tem implicações não apenas na própria atividade de trabalho desenvolvida e/ou no *tempo livre* (liberado) utilizado para continuar as atividades de trabalho ou para o descanso e/ou repor as energias para voltar ao trabalho.

O mais importante é que esse tempo de trabalho a mais, também tem implicações relevantes e compromete de várias maneiras o *tempo livre* (disponível), tempo esse que poderia ser utilizado para se dedicar e usufruir em “atividades edificantes” (como outras literaturas, artes, até reflexões intelectuais etc.), ou para o desenvolvimento das potencialidades realmente humanas ou humanamente enriquecedoras. Além disso, o tempo a mais dedicado a atividades de trabalho também tem implicações significativas no próprio tempo de vida desse profissional.

Neste caso, corrobora com esta conclusão, o fato de que nos relatos dos professores-participantes, verificamos que não têm tempo suficiente, como desejam, para se dedicar a outras atividades que contribuem para o seu livre desenvolvimento pessoal, intelectual e humano, que não estejam relacionadas de forma impositiva ao trabalho. A maioria respondeu que o seu *tempo livre* não é um tempo *realmente livre* por que falta tempo para se dedicar a esses tipos de atividades. Por isso, como dissemos, o *tempo livre disponível*, como aqui o definimos, de fato, se apresenta, atualmente, mais como uma necessidade humana, construção e possibilidade histórica.

Quando solicitados a falar e dá significados ou estabelecer relações entre o seu tempo de trabalho, o *tempo livre* e o seu tempo de vida, os professores demonstraram certa surpresa. Alguns professores, disseram não ter refletido de forma mais detida, ainda, sobre essa questão até àquele momento (do questionário ou da entrevista). Outros, começaram a pensar recentemente, depois de muito tempo de trabalho e vários, de alguma forma, já percebem a urgência, a necessidade e a importância de ter mais *tempo realmente livre* (disponível).

De acordo com os relatos, não há uma discussão mais organizada e coletiva entre os próprios profissionais em seus departamentos, nem uma pauta de debates por parte da entidade que representa a categoria (sindicato), no que diz respeito às questões relacionadas às atividades de trabalho, da maneira como aqui foram expostas, nem sobre a questão do *tempo livre* (liberado ou disponível) do professor universitário.

Parte dos professores se referiram ainda a um processo contraditório de “resistência” e de “naturalização” dessas condições, que se impõem e são adaptadas e assumidas, de forma consciente ou não.

Verificamos que diferentes elementos podem ser indicadores que ajudam a entender a diversidade com que o professor universitário utiliza e percebe sua atividade de trabalho, seu tempo de trabalho e seu *tempo livre*. Tais elementos vão desde a especificidade do setor e das exigências da área de atuação profissional, o volume de atividades e a demanda existente em cada departamento, a forma como cada um organiza o tempo dentro e fora dos horários de trabalho (inclusive as *atividades difusas*), os seus objetivos

profissionais, até as cobranças por resultados, prazos e metas institucionais que são impostos ou estabelecidos.

Podemos *concluir*, então, que, por vários motivos, já apresentados, o professor universitário está dedicando mais tempo a atividades de trabalho. Esse prolongamento do tempo de trabalho, que invade e consome o *tempo livre* do professor universitário, faz parte de um processo histórico (e contraditório) de apropriação indevida do *tempo livre* de outro. É o que denominamos nesta tese, de *tempo livre usurpado*.

Além disso, a temática do trabalho e do *tempo livre*, e também do real desenvolvimento humano, se constituem em uma problemática atual que precisa ser pensada e debatida mais sistematicamente. Os desafios são muitos, tanto prática como intelectualmente. Durante os capítulos, foram apresentadas algumas questões que exigem mais pesquisas. E, também, mais debates entre a categoria dos professores. É o caso desse processo histórico de *usurpação do tempo livre*, e suas consequências.

As conclusões não são definitivas. Dependem do contexto, tempo e espaço a que se referem. Portanto, as *conclusões* a que chegamos são neste sentido.

Queremos finalizar apenas com uma indagação suscitada durante a pesquisa pelos próprios professores e que pode servir como provocação à reflexão: “O que estamos fazendo com o nosso próprio tempo?”.

Ao final, diante dessa *pressão do tempo* (de trabalho), fica a percepção e um alerta: há uma necessidade humana imensa de *tempo realmente livre*.

Isto nos diz respeito.

REFERÊNCIA

ADORNO, Theodor. Tempo livre. In: **Indústria cultural e sociedade**. 5. ed. Tradução de Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E O RESGATE INTELECTUAL: o relatório de Yale de 1828. Tradução de Giovanna Louise. Campinas, SP: Vide, 2016.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ALMEIDA, Djanira Soares de Oliveira e. Ensino superior no Brasil. In: ALMEIDA, Djanira Soares de Oliveira e; LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi (Org.). **O ensino no Brasil: políticas, níveis e modalidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica torres de. **Serviço social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

AMORIM, Henrique José Domiciano. **Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à reflexão toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Tradução de Juvenal Hahne. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

BEAUD, Michel. **A arte da tese: como elaborar trabalhos de pós-graduação, mestrado e doutorado**. Tradução de Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro; PEREIRA, Gilson R. de M. **O fim dos intelectuais acadêmicos? induções da capes e desafios às associações científicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BOSI, Antônio d Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, set.-dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDOM, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa em sociologia. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. . Decreto nº 62.091, de 09 de janeiro de 1968. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1968-01-09:62091>

BRASIL. Decreto nº 74.211, de 24 de junho de 1974. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74211-24-junho-1974-422758-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10861.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>.

BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3849-18-dezembro-1960-354412-publicacaooriginal-1-pl.html>

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRIDI, Maria Aparecida. A crise da relação salarial e o sindicalismo em tempos neoliberais. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 19, n. 47, p. 293-308, maio/ago. 2006.

CALEFFI, Paula; MATHIAS, Alexandre, J. L. **Universidade S. A.:** as companhias de capital aberto da educação superior no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo: Annablume, 2009.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1992.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva** artigo a artigo. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO, Alba Teresa B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte. A subjetividade do trabalhador e a lógica capitalista de exploração do trabalho. In: ARRAIS NETTO, Enéas. et al. **Mundo do trabalho: debates contemporâneos**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Reforma do ensino superior e autonomia universitária. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 61, ano XX, nov. 1999.

_____. In: O direito à preguiça (Introdução). São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999. Tradução de J. Teixeira Coelho.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior. **Serviço social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 105, p. 241-266, abr./jun. 2011.

_____. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilasio; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

COLOMBO, Sonia Simões; CARDIM, Paulo A. Gomes. (e colaboradores). **Nos bastidores da educação brasileira: a gestão vista por dentro**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CORDEIRO, Marina de Carvalho. **“Você tem tempo?” Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro: 2013.

CRUZ, Ângel1a Maria de Paiva; GOMES, Maria Carmozi de Souza; ARAÚJO, Virgínia Maria Dantas de. O REUNI na UFRN: um pacto pela expansão com

qualidade. In: NOUDEL, Alcínia; BRUTTEN, Elena; PIRES, Gláucia; HUET, Isabel (Org.). **Ensino superior: saberes, experiências, desafios**. João Pessoa, Ideia, 2012.

DAL ROSSO, Sadi. **A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de prometeu**. São Paulo: LTr, 1996.

_____. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Jornada de trabalho, duração e intensidade**. Disponível em: <cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a/6v58n4pdf>. Acesso em: 27 fev. 2014.

DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DE GRAZIA, Giuseppina. **Tempo de trabalho e desemprego: redução de jornada e precarização em questão**. São Paulo: Xamã, 2007.

DELORS, Jacques. **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 10. ed. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **Trabalho docente do assistente social nas federais: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro: 2017.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, [...].

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. 10. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

EDUCAÇÃO: UM TESOURO A DESCOBRIR. 7. ed. Tradução de José Carlos Eufrazio. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012. (Coord. Jacques Delors).

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 11. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. Carta de Engels a Joseph Bloch. In: CRUZ, M. Braga da. **Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos** (antologia de textos). 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulben Kian, 2004. v. 1.

ESPECIAL CAROS AMIGOS. **Universidade: crise e desafios**, ano XVIII, n. 70. set./2014.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de (Org.). **Método e metodologia na pesquisa científica**. 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008.

FOURASTIÉ, Jean. **A produtividade**. Tradução de Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. et al. **Tratado de sociologia do trabalho**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1973. v. I.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas: especialização e lazeres**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GOMES, Alfredo Macedo. As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR.; João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. (Org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Tradução de Angela Ramalho Viana e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Tradução de Gustavo Bayer. Biblioteca.

Tempo Universitário n° 85. Série Estudos alemães. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (v. I – A crise).

HADDAD, Sérgio; GRACIANO, Mariângela. Educação: direito universal ou mercado em expansão. **São Paulo em Perspectiva**, n. 3, v. 18, São Paulo, jul./set., 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2014.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Odysseus, 2011. Tradução, estudo e notas de Luiz Otávio de Figueiredo Mantovaneli.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JÚNIOR, João dos Reis Silva. **Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2005.

KON, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2 (74), abril-jun. 1999.

_____. **Nova economia política dos serviços**. São Paulo: Perspectiva: CNPQ, 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Z.; CALDAS, Andrea. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Tradução de J. Teixeira Coelho. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

_____. **O direito à preguiça**. In: HARDMAN, Francisco (Org.). 3. ed. Tradução de F. Maspero. São Paulo: Kairós, 1983.

LANER, Aline dos Santos. **Psicologia e trabalho na história: da apropriação do tempo à busca da felicidade**. Ijuí: Unijuí, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços?**. Tradução de Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEITE, Leonardo Queiroz. Reflexões de um reformador contemporâneo do Estado brasileiro: entrevista com Luiz Carlos Bresser Pereira. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, 48 (4), p. 1051-1070, jul./ago. 2014.

LEMOS, Denise Vieira da Silva. **Alienação no trabalho docente?** o professor no centro da contradição. Salvador: D. V. S. Lemos, 2007.

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 24, n. p. 105-120, 2011.

_____. Alienação no trabalho docente? o professor no centro das contradições. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ANDES, ano XIX, n. 45, jan./2010.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reformas e políticas de educação superior no Brasil. In: MANCEBO, Deise; SILVA Jr., João dos Reis; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Reformas e políticas:** educação superior e pós-graduação no Brasil (Org.). Campinas, SP: Alínea, 2008.

LINS, Maria Alcina Terto. A expansão do ensino superior pela via da mercantilização em Alagoas: repercussões na docência em serviço social. In: ALCÂNTARA, Maria Norma; PIMENTEL, Edlene; SOUZA, Reivan Marinho de. (Org.). **Em defesa do pensamento crítico:** relações sociais, trabalho e política. Maceió: EDUFAL, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social.** Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013. v. II.

MAAMARI, Adriana Mattar. **O Estado.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MAIA, Fernanda Landolfi. **O paradoxo da intensificação:** uma análise do trabalho dos professores de ensino superior público federal. Curitiba: UFPR, Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR: 2014.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. Tradução de Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:** uma introdução. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

MARQUES, Rodrigo Moreno; RASLAN, Felipe; MELO, Flávia; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. (Org.). **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 11. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1987. v. I.

_____. **O capital: crítica da economia política**. 11. ed. Tradução DE Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1987b. . v. II.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 10. ed. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 4. ed. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cadernos de Paris: manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo et al. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Tradução de Ana Cotrim; Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**. Tradução de Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. Tradução: Isa Tavares.

MIGEOTTE, Léopold. Os filósofos gregos e o trabalho na antiguidade. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Org.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Éric. **50 perguntas, 50 respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. Tradução de Noémie Rodrigues Josse. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MONTEIRO, A. Reis. **Profissão docente: profissionalidade e autorregulação**. São Paulo: Cortez, 2015.

MORHY, Lauro. Brasil: universidade e educação superior. In: MORHY, Lauro. (Org.). **Universidade no mundo: universidade em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 2.

NATAL/RN. UFRN. Lei Estadual nº 2.307, de 25 de junho de 1958. Disponível em: <http://rn-ufrn.blogspot.com/2011/11/lei-que-criou-ufrn.html>.

NATAL. ORGANIZAÇÕES UFRN. Disponível em: <http://dados.ufrn.br/organization/about/ufrn>.

NATAL/RN. UFRN EM NÚMEROS 2012 – 2015. Disponível em: www.ufrn.br/resources/documentos/ufrnemnumeros/UFRN-em-numeros-2012-2015.pdf.

NATAL/RN. UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Resolução nº 171/2013, de 05 de novembro de 2013. (Aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

NATAL/RN. UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Resolução nº 250/2009, de 29 de dezembro de 2009. (Fixa normas para distribuição da carga horária do professor de 3o grau por regime de trabalho).

NATAL/RN. UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Resolução nº 229/2016-CONSEPE, de 20 de dezembro de 2016.

NOSELLA, Paolo. A formação do educador e do professor: esboço histórico. In: JARDILINO; José R. Lima; NOSELLA, Paolo. (Org.). **Os professores não erram: ensaios de história e teoria sobre a profissão de mestre**. São Paulo: Terra do Sonhar: Pulsar, 2004.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental?. In: **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, SP: Alínea, 2000.

PAIVA, Olgamir Amância Ferreira de. **Contradições dos programas de transferência de renda no campo da educação: suavizando efeitos da barbárie capitalista ou enfrentando a lógica deste mesmo sistema?**. Brasília: Líber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012.

PASCHOALINO. Jussara Bueno de Queiroz. **O professor desencantado: matizes do trabalho docente**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2009.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEIXOTO, Madalena Guasco. Reforma da educação superior. In: GILBERTO, Irene Janete Lemos (Org.). **Universidade em tempos de desafio**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2006.

PENIN, Sonia. Profissão docente e contemporaneidade. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Profissão docente**. São Paulo: Summus, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: 2010-2019 – Ministério da Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN: UFRN, 2010.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretção da teoria crítica de Marx. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

PREVITALI, Fabiane Santana; FRANÇA, Robson Luiz de; FAGIANI, Cílson César; OMENA, Adriana Cristina; LIMA, Antônio Bosco de. Trabalho, educação e reestruturação produtiva no século XXI. In: JÚNIOR, João dos Reis Silva; LUCENA, Carlos (Org.). **Trabalho e educação no século XXI**: experiências internacionais. São Paulo: Xamã, 2012.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo**: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Unijuí, 2005.

PUENTE, Ferando Rey. **O tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é taylorismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, [...].

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

ROMITA, Arion Sayão. **Direito do trabalho**: noções fundamentais. São Paulo: LTR, 1975.

ROSSATO, Ermelio. **A expansão do ensino superior no Brasil: do domínio público à privatização**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2006.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 104, out./dez., 2010.

_____. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI et al. (Org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar; JÚNIOR, João dos Reis Silva. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Clóvis Pereira da. **A questão da universidade e outros ensaios**. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

SILVA, Leda Maria Messias da; PEREIRA, Marice Taques. **Docência (in) digna: o meio ambiente laboral do professor e as consequências em seus direitos da personalidade**. São Paulo: LTr, 2013.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

TARDIF, Maurice; LASSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 4. ed. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TUMA, Magda Madalena Peruzin. **A escola e o tempo**. Londrina: UEL, 2001.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

VEBLER, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 3. ed. Tradução de Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VIANNA, Jaqueline Abreu. **As mudanças no mundo do trabalho**: um estudo sobre o trabalho mediado por tecnologias de informação e comunicação e os efeitos sobre o trabalhador. Curitiba: Appris, 2014.

WAICHMAN, Pablo Alberto. **Tempo livre e recreação**: um desafio pedagógico. 4. ed. Tradução de Jorge Peres Gallardo. Campinas, SP: Papirus, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. **Conceitos básicos de sociologia**. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Centauro, 2002.

WILLAIME, Jean-Paul. As reformas protestantes e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan. (Org.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

QUESTIONÁRIO

Pesquisador doutorando: **Francisco das Chagas da Silva** – UFPR – (Matr: 201400009806)
- Tel. (95) 981151179 / chaguin@bol.com.br

Prezado/a **Professor/a pesquisador/a**, o presente questionário faz parte dos procedimentos metodológicos da tese/pesquisa em andamento “**Trabalho e tempo livre no contexto da crise contemporânea: incidências na atividade dos professores universitários**”. E tem como objetivo geral analisar a relação entre a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário no contexto da crise contemporânea. Assim, solicito a sua colaboração e autorização no sentido de responder ao presente questionário e, neste caso, permitir a utilização das informações contidas no mesmo para fins acadêmicos e científicos.

Informações Iniciais

- 1- Nome (ou sobrenome) _____
 - 2- Área de formação / Título Acadêmico: _____ / _____
 - 3- Curso/Departamento e Instituição em que trabalha:
_____ / _____
 - 4- Área de ensino e/ou pesquisa: _____
 - 5- Tipo de vínculo: 1() Concursado/estatutário 2() Outro _____
 - 6- Contrato: 1() 40 horas semanais 2() Dedicção exclusiva 3() Outro _____
 - 7- Idade: 1() 18 a 35 anos 2() 36 a 50 anos 3() 51 a 60 anos 4() Mais de 60 anos
 - 8- Gênero: 1() M 2() F 3() Outro _____
 - 9- Estado civil: 1() Casado/a 2() Solteiro/a 3() Outro _____
 - 10- Tem filhos/as? 1() Um 2() Dois a Três 3() Quatro ou mais
 - 11- Natural de qual estado? 1() RN 2() Outro _____
 - 12- Tempo de serviço: 1() Até 1 ano 2() Mais de 1 a 3 anos
3() Mais de 3 a 10 anos 4() Mais de 10 a 20 anos 5() Mais de 20 a 30 anos
6() Mais de 30 anos 7() Outro _____
 - 13- E-mail / Tel. profissional para contato (não obrigatório): _____
➤ Observações do professor: (pode utilizar o verso)
-

-
-
- **Tendo em vista que este questionário poderá ser submetido à apreciação de órgão oficial que trata da ética em pesquisa com seres humanos, afirmo a veracidade das respostas acima assinaladas e contidas neste questionário.**

() Concordo

() Discordo

a) Atividades de Trabalho

14- Desenvolve:

1() Ensino 2() Pesquisa 3() Extensão 4() Gestão 5() Todos
 6() Outros _____

15- Participa de base ou grupo de pesquisas na instituição em que trabalha (UFRN) ou em outra instituição de ensino superior?

1() Sim 2() Não

Se sim, quantos _____ Função: _____

16- Atualmente, desenvolve alguma pesquisa científica, teórica ou empírica, relacionada à sua área de formação profissional ? (individual ou coletiva)

1() Sim 2() Não Se sim, quantas? _____

17- Trabalha em outra instituição?

1() Sim 2() Não Por que? _____

18-

Assinale Sim ou Não		
QUESTÃO	SIM	NÃO
Exerce outra profissão?		
Ocupa cargo administrativo?		
Dispõe de equipamentos de trabalho adequados e suficientes?		

19- De quais equipamentos e material dispõe para execução das atividades de trabalho na instituição?

1() Computador e impressora 2() Papel e tinta 3() Scanner
 4() Mesa 5() Todos 6() Outros_

20- Sem contar as outras atividades e somando a graduação, mestrado e/ou doutorado, você leciona em média quantas disciplinas por semestre?

1() Uma a duas 2() três a quatro 3() Mais de quatro 4() Nenhuma

21- O tempo necessário para lecionar e desenvolver as atividades relacionadas às disciplinas é:

1() Muito 2() Pouco 3() Regular

22- Dispõe de bolsista ou auxiliar de ensino ou pesquisa para ajudar no desenvolvimento das atividades de trabalho na instituição em que trabalha?

1() Sim 2() Não 3() Outros _____

Se não, acha que é necessário?

1() Sim 2() Não Por que? _____

23- Participa de bancas examinadoras?

1() Sim 2() Não

Se sim, qual a frequência/média em participação por semestre?

1() Uma a duas 2() Três a seis 3() Sete a nove
4() Dez a doze 5() Mais de doze

Se sim, avalia que o tempo que tem para ler e preparar arguição é:

1() Suficiente 2() Pouco 3() Muito 4() Outro _____

24- Quais atividades de trabalho abaixo relacionadas você desenvolve na instituição em que trabalha?

- 1() Captação de recursos
2() Elaborar/preencher relatórios/formulários
3() Organização de eventos
4() Todas
5() Outros _____

25- Participa de eventos técnico-científicos locais, nacionais ou internacionais na sua área de atuação profissional?

1() Sim 2() Não

Se sim, com que frequência? _____

26-

Assinale Muito, Pouco ou Regular			
COMO AVALIA:	MUITO	POUCO	REGULAR
O seu tempo para ler/estudar os livros/textos científicos necessários ao exercício da profissão?			
O tempo que você dispõe para participar das reuniões do departamento ou curso?			
A relação entre o tempo necessário e o tempo que dispõe para desenvolver as atividades exigidas como pré-requisito para participar de eventos técnico-científicos?			

27- As atividades que desenvolve para participar de eventos técnico-científicos são realizadas:

- 1() Durante o seu tempo de trabalho
 2() Durante o seu *tempo livre*
 3() Durante ambos
 4() Outro _____

28- Desenvolve atividades de orientação? (estagiário/as ou estudantes)

- 1() Sim 2() Não
Se sim, quantas geralmente?
 1() Um a três 2() Quatro a seis 3() Mais de seis 4() Nenhum

29- Costuma desenvolver múltiplas tarefas ao mesmo tempo relacionadas às suas atividades de trabalho?

- 1() Sim 2() Não
Se sim, por quê? _____

30- Você avalia que está trabalhando mais ou menos nos últimos 5 anos:

- 1() Mais 2() Menos 3() Igual

A que atribui? (escolha 1 opção)

- 1() Prazos curtos
 2() Aumento de atribuições
 3() Alcançar metas
 4() Uso de novas tecnologias
 5() Outro (qual?) _____

31-

Qual a frequência em média anual com que elabora/escreve/preenche: (assinale de acordo com cada atividade desenvolvida)				
Produto	Um a três	Quatro a seis	Mais de seis	Nenhum
Artigos científicos				
Resumo				
Relatórios/Formulários				
Banner/Murais				
Outros				

32- Nos últimos anos, surgiram novas tarefas ou funções que foram acrescentadas às atividades que você desenvolve?

- 1() Sim 2() Não
Se sim, quais? (Cite alguma/s) _____

33- O tempo que você dispõe para o desenvolvimento das atividades constantes no seu PDI – Plano Individual do Docente, é:

1() Muito 2() Pouco 3() regular

34- Para a realização das atividades constantes no seu PDI, você trabalha mais ou menos do que consta no seu contrato de trabalho?

1() Mais 2() Menos 3() Igual

35- Você avalia que o número existente de professores para o desenvolvimento de todas as atividades atribuídas e a serem realizadas pelo professor universitário é:

1() Muito 2() Pouco 3() Regular

36- O crescimento do número de IES e o aumento do número de alunos por sala de aula interfere na *quantidade* ou na *qualidade* de atividades de trabalho desenvolvidas?

1() Sim 2() Não

Se sim, interfere na: 1() Quantidade 2() Qualidade Por que? _____

37- Como você avalia o tempo que ocupa com atividades de trabalho:

1() Pouco 2() Suficiente 3() Longo 4() Muito longo

38- Avalia que atualmente o seu ritmo de trabalho na instituição é:

1() Acelerado 2() Apressado 3() Lento 4() Regular

Por que? _____

39- Avalia que o seu ritmo de trabalho nos últimos 5 anos:

1() Aumentou 2() diminuiu 3() É o mesmo

A que atribui? _____

40- Em relação à sua jornada diária efetiva de trabalho dentro e fora do local de trabalho, você avalia que:

1() Está trabalhando mais em menos tempo

2() Está trabalhando menos em mais tempo

3() Está trabalhando mais em mais tempo

4() Está trabalhando menos em menos tempo

5() Continua trabalhando a mesma quantidade no mesmo espaço de tempo

6() Outro _____

41- Costuma desenvolver em outros locais atividade(s) relacionada(s) à sua profissão como continuidade das atividades que não foram possíveis ser concluídas no local de trabalho?

1() Sim 2() Não

Se sim, por quê?

1() Falta de tempo suficiente

2() O tipo de atividade desenvolvida exige mais tempo

3() Outro _____

42- Onde geralmente dá continuidade às atividades que não foram possíveis ser concluídas no local de trabalho?

1() Casa 2() Outro local de trabalho

3() Durante deslocamento para casa ou trabalho 4() Outro: _____

43- Você avalia que, nos últimos 5 anos, as atividades de trabalho que realiza em outros locais como continuidade das atividades que não foram possíveis ser concluídas no local de trabalho:

1() Aumentaram 2() Diminuíram 3() Igual

44- Costuma trabalhar nos finais de semana:

1() Não 2() Sim 3() Às vezes

4() Frequentemente 5() Dificilmente

Se sim, por quê? (escolha 1 opção)

1() Prefere

2() É necessário para não atrasar as atividades

3() Não existem condições adequadas no local de trabalho

4() Outro Qual? _____

Se sim, que tipo de atividade mais costuma desenvolver (escolha 1 opção)

1() Corrigir provas e/ou trabalhos

2() Preparar aula

3() Estudar/Pesquisar

4() Elaborar texto para publicação e/ou participação em eventos científicos

5() Outro Qual _____

45- Como professor/a pesquisador/a, somando o tempo de trabalho dentro e fora do local onde trabalha, você avalia que no conjunto das suas atividades desenvolvidas durante o mês, você trabalha mais ou menos do que consta na carga horária do seu contrato de trabalho?

1() Mais 2() Menos 3() Igual 4() Outro _____

b) Tempo Livre

46- O seu tempo de trabalho implica na sua qualidade de vida:

1() positivamente 2() Negativamente Por quê? _____

47- Como avalia o tempo que você dispõe para cuidar da saúde?

1() Muito 2() Pouco 3() Suficiente 4() Outro _____

48- Durante os intervalos entre as atividades de trabalho, você tem tempo suficiente para as refeições?

1() Sim 2() Não

49- O tempo dedicado às atividades de trabalho lhe impede de realizar alguma outra atividade não relacionada ao trabalho que seja de sua livre escolha?

1() Sim 2() Não

Se sim, qual? _____

50- Costuma se preocupar com alguma atividade relacionada ao trabalho durante o seu tempo livre?

1() Sim 2() Não

Se sim, por quê? _____

51- Utiliza o seu tempo livre para amenizar o cansaço e algumas preocupações com atividades de trabalho?

1() Nunca 2() Sempre 3() Às vezes

52- Que atividade faria se tivesse tempo livre suficiente (escolha 1 opção):

1() Música 2() Esporte 3() Literatura 4() Teatro 5() Cinema
6() Viagem 7() Todas 8() Descansar 9() Outro _____

53- Quando sai do trabalho geralmente se sente:

1() Descansado 2() Cansado 3() Normal 4() Outro _____

54- No final do expediente, quando sai do trabalho para casa, frequentemente primeiro pensa em:

1() Encontrar a família 2() Descansar
3() Concluir alguma atividade relacionada ao trabalho 4() Outro _____

55-

Assinale Sim, Não ou Às Vezes			
Você dispõe de tempo suficiente (nos últimos 5 anos)?	SIM	NÃO	ÀS VEZES
Para praticar atividades de lazer			

Para assistir a filmes de sua preferência			
Para ficar com a família, namorado(a) ou amigos			
Para viagens			
Para praticar esporte(s)			
Para o descanso do trabalho			

56- Assiste a quantos filmes em média por mês?

1() Um 2() Dois a três 3() Três a seis 4() Mais de seis

Se não assiste a filmes, por quê?

1() Não gosta 2() Não tem tempo 3() Outros _____

57- Vai ao teatro com que frequência por mês?

1() Uma vez
 2() Duas a três vezes
 3() Quatro a seis vezes
 4() Mais de seis vezes
 5() Não frequenta teatro

Por que? 1() Não gosta 2() Não tem tempo

6() Outro _____

58- Tem tempo suficiente para atividades complementares como mais estudo, qualificação e aperfeiçoamento científico e didático/pedagógico na área profissional?

1() Sim 2() Não

Se não, por quê? _____

59- Utiliza algum tempo para atualização em novas tecnologias?

1() sim 2() Não

Se sim, para realizar essa atualização, você ocupa parte do seu:

1() Tempo de trabalho 2() Tempo livre 3() Ambos Como faz? ____

60- O tempo para atualização em novas tecnologias é suficiente?

1() Sim 2() Não Se não, por quê? _____

61- Você tem tempo suficiente para aprender outra(s) língua(s)?

1() Sim 2() Não

Se sim, o faz durante: 1() Seu tempo de trabalho 2() Seu tempo livre

Apêndice B – Roteiro de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR – 2017

Pesquisador/Doutorando: Francisco das Chagas da Silva

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Tendo em conta as atividades de trabalho que você precisa desenvolver dentro e fora do local institucional de trabalho, desde quando começou as atividades nesta instituição, hoje você está trabalhando mais ou menos
 - Por que? A que atribui...

 - Há quanto tempo aproximadamente...

- 2- O que tem você a dizer sobre as cobranças de produtividade, cumprimento de metas e prazos para as suas atividades de trabalho, como exigido pelos órgãos avaliadores?

- 3- Como faz para desenvolver as atividades de trabalho exigidas constantes no Plano Individual Docente (PID)
 - Faz alguma crítica ou faria alguma mudança referente aos critérios de avaliação do PID?

- 4- Distribuição do seu tempo dedicado às atividades de trabalho na prática cotidiana no local institucional de trabalho ou fora deste

- 5- Trabalho *on-line*

- 6- Atuação ou contribuição da gestão da “sua” instituição em relação às condições para realização de suas atividades de trabalho

- Há alguma forma de resistência (reivindicatória ou propositiva) organizada por parte da categoria dos professores universitários? (Sindicato.. Grupo de Estudos e/ou debates.. Associações..
- Como Acontece (organização, participação, interesse, resultado)?

7- Situações em que é obrigado a ocupar parte do seu *tempo livre* com atividades de trabalho físico ou intelectual

- Como acontece...

8- Desgaste e/ou cansaço físico ou mental mesmo durante o seu *tempo livre*? Isso tem alguma relação com o tempo dedicado às suas atividades de trabalho?

- Explique.

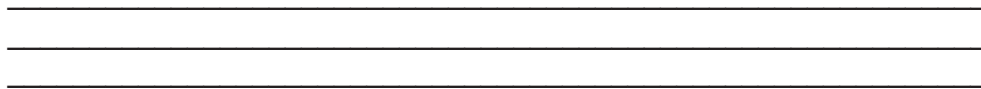
9- Tem *tempo livre* suficiente como deseja para se dedicar a outras atividades que contribuem para o seu livre desenvolvimento pessoal, que não estejam relacionadas ao trabalho?

- O *tempo livre* é realmente livre?
- De alguma forma, se preocupa com o tempo... como definiria essa preocupação... em que sentido

10- Relação entre o seu tempo dedicado a atividades de trabalho, seu *tempo livre* e seu tempo de vida?

- Entende que essas atividades (que poderia usufruir durante o “tempo livre” contribuem para um maior e/ou melhor desenvolvimento pessoal, social, físico, mental, humano...
- Isto acontece de fato, ou não... Por quê...

Observações complementares (realizadas pelo professor):



Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

ESCLARECIMENTOS

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Trabalho e *tempo livre* no contexto da crise contemporânea: incidências na atividade dos professores universitários”, que tem como objetivo analisar a relação entre a atividade de trabalho e o *tempo livre* do professor universitário no contexto da crise contemporânea.

A pesquisa será conduzida pelo doutorando **Francisco das Chagas da Silva, aluno/doutorando** do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, tendo como orientador o Professor doutor Nelson Rosário de Souza, pertencente ao quadro efetivo da mesma instituição.

Você foi escolhido(a) para participar porque compõe o universo de professores universitários pertencente à universidade e departamentos selecionados.

A sua participação nesta pesquisa é importante e voluntária, respeitando e ficando com você o direito de aderir ou não a esta, tendo a liberdade de, a qualquer tempo, desistir sem necessidade de expressar nenhum tipo de justificativa ou sofrer sanção pessoal ou profissional por esse ato.

Se você decidir participar da pesquisa, irá preencher um questionário com o objetivo de elucidar questões relacionadas às suas condições de trabalho, à atividade de trabalho e ao *tempo livre*.

Quanto às respostas ao questionário, a você é garantido o sigilo em relação às informações coletadas e à sua identidade.

Na divulgação dos resultados da pesquisa – que se dará via tessitura da tese doutoral – serão utilizados o uso de siglas ou nomes fictícios na exposição das informações, a fim de resguardar sigilo e privacidade pessoal e profissional da sua participação, adotando-se o mesmo procedimento no caso de possível publicação científica ou atividade didático-pedagógica decorrente do estudo.

O risco para você nesta pesquisa é mínimo e diz respeito à entrevista semiestruturada –, somente no caso da sua participação –, tendo em vista que entrevistas podem ocasionar timidez ou até desconforto, fato que pode não se aplicar no preenchimento do questionário. Frente a isso, no caso de sentir desconforto em alguma dessas situações, lhe é concedida ampla liberdade para desistir sem qualquer tipo de prejuízo para você retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa ou solicitar maior esclarecimento através do contato com o pesquisador.

Por se tratar de adesão eminentemente voluntária, não será concedido nenhum tipo de incentivo ou recompensa de qualquer espécie pela sua participação nesta pesquisa, da mesma forma que você não arcará com nenhum tipo de custo para participar da mesma.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Após ter sido esclarecido e lido as informações sobre o objetivo da pesquisa, do motivo pelo qual fui convidado(a), dos procedimentos que serão utilizados, da garantia do anonimato, dos riscos, isenção de despesas, de que os dados poderão ser utilizados para fins de publicação científica e/ou didático-pedagógicos, e, de que posso solicitar durante a pesquisa e a qualquer tempo, mais esclarecimentos, além de ampla possibilidade de poder interromper a minha participação no momento que achar necessário através de contato com o pesquisador, via seu endereço de e-mail: chaquin@bol.com.br ou do número de telefone pessoal: **(95) 98115-1179**, firmo o presente, confirmando que estou recebendo uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que está assinado por mim.

Cidade: _____ . Data: ____/____/____

Assinatura do/a Participante

Assinatura do Pesquisador

Apêndice D – Documento entregue à Reitoria da UFRN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO

Magnífico (a) Reitor (a),

Curitiba/PR, [Data].

Ao cumprimentá-lo (a) respeitosamente, informo que se encontra em andamento o trabalho de pesquisa intitulado “Trabalho e *tempo livre* no contexto da crise contemporânea do capital: incidências na atividade dos professores universitários”, por mim realizado.

A pesquisa faz parte do meu processo de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

A mesma contará com a participação de professores desta instituição (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN), através de aplicação de questionários e/ou entrevistas.

Aproveito a oportunidade para informar a Vossa Magnificência que a participação dos profissionais será por adesão meramente voluntária.

Diante disso, solicito dar ciência ao referido documento, agradecendo antecipadamente sua atenção, colocando-me à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos em relação à referida pesquisa.

Francisco das Chagas da Silva
Pesquisador/Doutorando
Tel.: (95) 98115-1179
chaguin@bol.com.br

ANEXOS

PID - Plano Individual do Docente

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

UFRRN - SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SAIR

Semestre atual: 2016.2

PORTAL DO DOCENTE > PLANO INDIVIDUAL DO DOCENTE > FORMULÁRIO

CARGO(A) PROFESSOR(A),

Este formulário contém os campos necessários para o preenchimento do seu Plano Individual Docente, sendo que algumas das informações foram populadas previamente a partir dos dados existentes no sistema acadêmico. Será solicitado que algumas cargas horárias sejam informadas, bem como atividades específicas a serem desenvolvidas no período de referência deste plano.

É possível salvar os dados informados para posterior término do preenchimento, mas para que seja válido o PID deve ser submetido à chefia de sua unidade, para que seja realizada a homologação. Após a submissão à chefia o plano ainda poderá ser alterado, mas voltará a ser necessária sua homologação.

PLANO INDIVIDUAL DOCENTE

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2016.2

DOCENTE: [REDACTED]

MATRÍCULA: [REDACTED]

LOTAÇÃO: [REDACTED]

I - ENSINO

ENSINO PRESENCIAL E A DISTANCIA

Ano/Período	Código	Turma	Nível	CH do Componente	CH do Docente	CH Semanal Dedicada*
2016.2	PEC5012	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTEGRADAS III - T02	GRADUAÇÃO	30h	29h	1.93h
2016.2	PEC5015	DIDÁTICA - T02	GRADUAÇÃO	90h	90h	6.0h

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO PRESENCIAL: 7,9h

* Carga horária semanal é diluída durante todo o semestre.

ORIENTAÇÕES DE ATIVIDADES E ATENDIMENTOS AOS ALUNOS

Abaixo são listadas as atividades cujo o componente curricular possui um valor para a carga horária dedicada pelo docente à atividade. Para os componentes que não possuem CH dedicada pelo docente, as orientações são listados no campo "ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO" mais abaixo

Atividade	Discente	CH Dedicada	CH Semanal Dedicada
PEC5046 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2012956880 - GERSICA RAJANY DE OLIVEIRA BANDEIRA	30	0.67h
PEC5046 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2009025938 - GHISLAINE DANTAS DE MEDEIROS	30	0.67h
PEC5046 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2012957036 - JOSÉ DANILO DA SILVA VIANA	30	0.67h
PEC5046 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	2011001224 - LORENA MIRELLA ALMEIDA BARBOSA MAIA	30	0.67h

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ORIENTAÇÕES: 2,7h

Caro(a) professor(a), informe as cargas horárias semanais dedicadas a atendimentos e orientações de atividades de discentes sob sua orientação, de acordo com as categorias a seguir:

ATENDIMENTO AOS ALUNOS: Mínimo 2h, Máximo 4h. 0,0 h

Digite a carga horária semanal dedicada a atender alunos fora do horário de aula.

ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO: 0 orientação(ões) cadastradas. 0,0 h

Digite a carga horária semanal dedicada a orientações acadêmicas aos alunos de graduação.

ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: 0 orientação(ões) cadastradas. 0,0 h

Digite a carga horária semanal dedicada a orientações acadêmicas aos alunos de pós-graduação.

TOTAL DE CARGA HORÁRIA DE ENSINO: 10,6h

II - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ADMINISTRAÇÃO

40 (CH do regime de trabalho) - 10,6 (CH dedicada ao ensino) = 29,4h

Distribua percentualmente as 29,4 horas restantes nas demais atividades abaixo.

Atividade	Dados	Percentual de Dedicado	CH Semanal Dedicada
OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO	2 projetos de ensino ativo(s).	20 %	5,9 h
PESQUISA E PRODUÇÃO ACADÊMICA	3 projetos ativo(s).	20 %	5,9 h
EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES	3 ações ativa(s).	20 %	5,9 h

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TOTAL DE PESQUISA, EXTENSÃO E OUTRAS ATIVIDADES: 23,5h

Especifique abaixo selecionando as outras atividades que desenvolve:

 Adicionar observação Remover observação
Outras atividades de Ensino

- Coordenação de atividades complementares que ocorrem sob a responsabilidade de um professor de 3º grau
- Coordenação e participação como colaborador em projetos de ensino
- Orientação Acadêmica
- Orientação de alunos da monitoria, PET e iniciação à docência
- Orientação de estágio docência
- Orientação de trabalho de conclusão de curso de graduação
- Orientação de trabalho de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu
- Orientação e coorientação de Mestrado e Doutorado na UFRN e outras IFES
- Outras atividades de natureza similar
- Participação na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação como membro da comissão
- Planejamento, preparação e avaliação das atividades de aula
- Supervisão, coordenação e orientação de estágios curriculares obrigatórios

Pesquisa e produção técnica científica

- Consultor ad hoc na análise de projetos, em seleção de editais da UFRN
- Consultor ad hoc, na condição de convidado, em eventos acadêmicos
- Coordenação de grupos de pesquisa
- Coordenação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
- Coordenação de Núcleos de Estudos Interdisciplinares
- Coordenação e participação como colaborador em projetos de pesquisa
- Editoração de revistas científicas e culturais internacionais, nacionais, regionais e/ou locais
- Orientação de alunos de Iniciação à pesquisa científica e/ou tecnológica
- Outras atividades de natureza similar
- Participação em Conselho Editorial internacional, nacional, regional e/ou local
- Patente ou produto (aparelho, instrumento, equipamento, fármaco, outros) em desenvolvimento a ser registrado (na área de atividade acadêmica do professor de 3o grau).
- Preparação de aplicativos computacionais a serem registrados ou publicados em livros ou revistas indexadas.
- Preparação de artigo de divulgação a ser publicado em revistas ou jornais.
- Preparação de artigo técnico-científico a ser publicado em anais de evento internacional e/ou nacional.
- Preparação de artigo técnico-científico a ser publicado em periódico de circulação nacional e/ou local.
- Preparação de artigo técnico-científico a ser publicado em periódico indexado internacionalmente e/ou nacionalmente.
- Preparação de cartas geográficas, mapas ou similar, a serem publicadas em livros ou revistas indexadas.
- Preparação de livro didático, cultural ou técnico (na área de atividade acadêmica do professor de 3o grau) a ser publicado com ISBN.
- Preparação de texto didático a ser publicado com a aprovação de Conselho Editorial ou comissão constituída para esse fim.
- Preparação de trabalho apresentado com ou sem resumo publicado em eventos científicos ou artístico-culturais (coreográfico, literário, musical, outros) internacionais, nacionais, regionais e/ou locais.
- Preparação de tradução de artigo didático, cultural, artístico ou técnico (na área de atividade do professor de 3o grau).
- Preparação de transcrição de partitura musical, composição musical ou arranjo musical.
- Preparação e/ou tradução e/ou edição (organização) de livro didático, cultural ou técnico (na área de atividade acadêmica do professor de 3o grau) a ser publicado com ISBN.
- Previsão de participação em banca examinadora de concurso público para Professor Titular ou Livre Docência, Adjunto, Assistente ou Auxiliar; professor substituto, nível médio e nível técnico.
- Previsão de participação em banca examinadora de monografia de Graduação.
- Previsão de participação em banca examinadora de qualificação de Mestrado ou Doutorado.
- Previsão de participação em banca examinadora de seleção de Doutorado, Mestrado e Especialização.
- Previsão de participação em banca examinadora de tese de Doutorado e/ou dissertação de Mestrado e/ou monografia de Especialização.
- Previsão de participação em eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais internacionais e/ou nacionais e/ou regionais e/ou locais, como conferencista convidado.
- Previsão de participação em eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais internacionais, nacionais, regionais e/ou locais, na Comissão Organizadora.
- Previsão de participação em oficinas, seminários e outros eventos científicos, desportivos ou artístico-culturais internacionais, nacionais, regionais e/ou locais, como coordenador geral.
- Previsão de participação em visita ou missão internacional, devidamente autorizada pela instituição, para desenvolver atividades acadêmicas.
- Relatório final de pesquisa a ser aprovado pela instância competente da UFRN.
- Representação acadêmica e participação em órgãos de formulação e execução de políticas públicas de ensino, ciência e tecnologia e de políticas sociais
- Representação em conselhos e/ou comitês profissionais
- Supervisão de estágio de Pós-doutorado na UFRN e outras IFES
- Tese de doutorado ou dissertação de mestrado em desenvolvimento.
- Tutoria de Empresas Juniores

Extensão ou outras atividades técnicas

- Atividade a ser desenvolvida de atendimento a pacientes em Hospitais ou Ambulatórios Universitários, preferencialmente com a presença de alunos, devidamente cadastrada na PROEX, como Prestação de Serviços de Extensão, aprovada em instâncias competentes na UFRN.
- Atividades a serem desenvolvidas em cursos e eventos de extensão, devidamente comprovadas por instância responsável pela emissão dos certificados, aprovadas em instâncias competentes na UFRN e cadastradas na PROEX.
- Atividades de assessoria, minicurso em congresso, consultoria, perícia ou sindicância, (manutenção de obra artística) a serem desenvolvidas, devidamente comprovadas por instância responsável pela contratação do serviço, aprovadas em instâncias competentes na UFRN e cadastradas na PROEX.
- Coordenação de Cursos e Eventos de Extensão
- Coordenação e participação como colaborador em programas e projetos de extensão
- Direção e montagem de espetáculos musicais, teatrais, dança e exposições a serem apresentadas ao público.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

- Orientação de alunos de Extensão
- Outras atividades de natureza similar
- Participação em atividades de atualização para docência no ensino superior
- Preparação de produção artística em mídia: documentários e/ou material didático, programa de televisão, rádio, vídeo ou vídeo-conferência, gravação e edição de CD, DVD ou outras mídias.
- Preparação de relatório, parcial ou final, de atividades (internacionais, nacionais, regionais ou locais) de extensão, aprovado nas instâncias competentes na UFRN.
- Previsão de participação em concertos, recitais e apresentações diversas como instrumentista, orquestrador, arranjador, compositor, regente ou solista.

Administração

- Assessoria, direção de museus e divisão de atividades desportivas ou coordenação de Unidade ou Programa
- Assessoria, direção ou coordenação de Unidade
- Cargos de Direção e Funções Gratificadas
- Chefia ou coordenação de setores acadêmicos de apoio: laboratórios, núcleos de estudos, bibliotecas, oficinas ou órgãos similares, designada por Portaria
- Membro de conselhos e colegiados, exceto membro nato, e de comissões permanentes ou temporárias
- Outras atividades de natureza similar

III- OUTRAS ATIVIDADES

Neste item podem ser informadas outras atividades desenvolvidas em cursos de graduação, de pós-graduação lato e stricto sensu e/ou outros projetos institucionais, com remuneração específica, mediante autorização prévia do CONSEPE.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

(500 caracteres/0 digitados)

Atesto que esta atividade foi autorizada previamente pelo CONSEPE, como informado na resolução que rege este plano.

Adicionar Atividade

OBSERVAÇÕES GERAIS

(5000 caracteres/0 digitados)

QUADRO RESUMO

I - Carga horária total de ensino:	10,6 h
Carga horária de ensino:	7,9h
Carga horária de orientações de atividades:	2,7h
Carga horária de orientações e acompanhamentos:	0h
II - Total de pesquisa, extensão, e outras atividades:	23,5h
Outras atividades de ensino:	5,9h
Pesquisa e produção acadêmica:	5,9h
Extensão e outras atividades:	5,9h
Funções administrativas:	5,9h
Outras atividades:	0h
Carga horária total informada:	34,1h
Carga horária pendente de definição:	5,9h

Gravar << Voltar Cancelar

Portal do Docente